



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 046/047

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 07 DE MAIO DE 2008

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democrata		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP		CHICO NOROESTE 5º Secretário - PL
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Luiz Claudio Romanelli</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>Partido Democratas</i>	<i>Plauto Miró</i>
<i>PT</i>	<i>Professor Luizão</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>Bloco PPS/PMN</i>	<i>Douglas Fabrício</i>
<i>Bloco PSB/PRB/PV</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>Bloco PTB/PR</i>	<i>Jocelito Canto</i>

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Pércles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 046

42ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 04

Expediente:

Ofícios..... 04

Indicações 04

Requerimentos 05

Projetos de Lei 13

Pequeno Expediente:

Dep. Professor Luizão..... 15

Dep. Plauto Miró..... 15

Dep. Valdir Rossoni 16

Dep. Luiz Claudio Romanelli 18

Dep. Luiz Carlos Martins..... 19

Dep. Marcelo Rangel 20

Grande Expediente:

Dep. Elio Rusch 21

Dep. Reni Pereira..... 24

Horário das Lideranças:

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 16

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins..... 19

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 25

Liderança do Bloco PR/PTB

Dep. Jocelito Canto 27

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 29

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão..... 29

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi30

Liderança do Governo

Dep. Waldyr Pugliesi31

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni31

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente32

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em).....32

Redação Final39

3ª Discussão39

2ª Discussão40

1ª Discussão42

Requerimentos68

Encerramento da Sessão68

DIÁRIO Nº 047

5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....69

Presenças.....69

Abertura da Sessão69

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

3ª Discussão70

Encerramento da Sessão70

Publicações Administrativas:

Diretoria Geral

Portaria DAT70

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 046

42ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....03

Presenças.....03

Abertura da Sessão04

Expediente:

Ofícios04

Indicações04

Requerimentos05

Projetos de Lei13

Pequeno Expediente:

Dep. Professor Luizão15

Dep. Plauto Miró15

Dep. Valdir Rossoni16

Dep. ALuiz Claudio Romanelli18

Dep. Luiz Carlos Martins19

Dep. Marcelo Rangel20

Grande Expediente:

Dep. Elio Rusch21

Dep. Reni Pereira24

Horário das Lideranças:

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni16

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins 19

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 25

Liderança do Bloco PR/PTB

Dep. Jocelito Canto 27

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 29

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão 29

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi 30

Liderança do Governo

Dep. Waldyr Pugliesi 31

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 31

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 32

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em) 32

Redação Final 39

3ª Discussão 39

2ª Discussão 40

1ª Discussão 42

Requerimentos 68

Encerramento da Sessão 68

DIÁRIO Nº 046

42ª SESSÃO ORDINÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 42ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
07 DE MAIO DE 2008**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Teruo Kato.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício,

Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Caíto Quintana, Luiz Eduardo Cheida e Luiz Fernandes Litro (04).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Luciana Rafagnin e o Sr. Deputado Fábio Camargo (02).

Em licença médica o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº 0453/08-OE do Sr. Luiz Mateus de Lima - Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando fotocópia do Acórdão nº 8536, proferido nos autos de Mandado de Segurança nº 418980-6, do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em que figuram como Impetrante Ari Fernandes dos Santos e Impetrado Presidente da Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 157/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa o Projeto de Lei nº 066/08, de autoria do Deputado Nelson Justus. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações:

INDICAÇÃO Nº 108/08

SÚMULA:

Propõe a atenção especial ao grave problema da viatura de uso da Polícia Militar no município de Corumbataí do Sul.

Ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que esta Secretaria de Estado dedique uma especial atenção em providenciar uma viatura para a utilização da Polícia Militar do município de Corumbataí do Sul.

II - A Câmara Municipal de Corumbataí do Sul, através da nobre Vereadora Eunice Martiniano Laura, nos encaminhou um ofício expondo a trágica situação vivida pelo município, pois a viatura utilizada atualmente está em péssimas condições.

III - Esta é uma reivindicação dos moradores em geral, e em especial nestes últimos tempos onde têm sido frequentes os delitos.

IV - A insegurança já atingiu patamar muito elevado e somente com o atendimento quanto ao aumento dos recursos, de contingente e o acirramento das rondas ostensivas poderemos minimizar tal situação com enormes benefícios à comunidade.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 109/08

SÚMULA:

Propõe a atenção especial ao fornecimento de cursos e operador de máquinas para costura industrial no município de Corumbataí do Sul.

Ao Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais dirige-se a V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que esta Secretaria de Estado dedique uma especial atenção em promover cursos de capacitação para operador de máquinas para costura industrial no município de Corumbataí do Sul.

II - A Câmara Municipal de Corumbataí do Sul, através da nobre Vereadora Eunice Martiniano Laura, nos encaminhou um ofício exposto a necessidade constatada na localidade, que dispõe de vagas para esta atividade mas possui poucos profissionais habilitados.

III - Esta é uma reivindicação dos moradores em geral, e em especial nestes últimos tempos onde vagas para operadores de máquinas de costura industrial vêm sendo ofertadas e não se encontram profissionais.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 07/05/07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 110/08

SÚMULA:

Solicita ao Exmo. Sr. Governador, Roberto Requião e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado de Educação, Sr. Maurício Requião, reparos na Escola Estadual Fazenda Velha, localizada no município de Araucária.

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - solicita que o Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado de Obras Públicas, reparos diversos, como a reforma do telhado, pintura externa e interna, reforma dos banheiros, torneiras e fechaduras, bem como, de todo o sistema elétrico da Escola Estadual Fazenda Velha, localizada no município de Araucária, conforme os Protocolos de nºs 5932282-6 de 29/01/04 e 9859880-4 de 31/01/08.

Sala das Sessões, em 07/05/07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Fazenda Velha, localizada no município de Araucária, necessita de reparos emergenciais, já solicitados via Protocolos junto ao Núcleo Regional de Educação da região metropolitana sul, sob os nºs 5932282-6 de 29/01/04 e 9859880-4 de 31/01/08.

Entretanto, os pedidos ainda não foram atendidos e a escola vêm enfrentando sérios problemas estruturais devido ao estado precário em que se encontram suas instalações, inviabilizando a continuidade dos trabalhos escolares e inibindo-a do cumprimento das suas verdadeiras funções de educar para formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres para com toda a sociedade.

Assim, sugerimos os reparos acima mencionados possibilitando um adequado ambiente escolar aos alunos, professores e demais funcionários da Escola Estadual Fazenda Velha.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1062

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) RIBAS CARLI FILHO

REQUERIMENTO Nº 1014

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Terezinha Aparecida de Andrade Ribeiro, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1015

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Angela Cristina Nascimento Machado, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1016

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Janete Carneiro Jacomel, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1017

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Srta. Evellwyn de Fátima Gonçalves da Rosa, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1018

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rafael Sovinski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1019

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Renato Jacinski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1020

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Maria Dalcol Sutil, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1021

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Emilia Bach, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1022

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Terezinha Mendes dos Reis, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1023

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Esmeralda Godoy Martins, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1024

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião de Moura Prestes, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1045

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. João Zamboni, ocorrido no dia 04 de maio, no município de Maringá.

Requer, outrossim, que após a decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 1029

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Bartolomeu de Gusmão, município de Londrina.

Fundada em 30/03/54, é dirigida pela respeitada professora Marcia Gisele Vitori Pifer Makiolke, e supervisionada pela eminente professora Iraci Cardoso de Lima, contando com 18 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Marcia Gisele Vitori Pifer Makiolke, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1030

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Professora Barbara Falcovski Vieira, município de Londrina.

Fundada em 1992, é dirigida pela respeitada professora Joceli Katia Pelisser Neves, contando com 25 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Joceli Katia Pelisser Neves, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1031

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Carlos Kraemer, município de Londrina.

Fundada em 03/07/70, é dirigida pela respeitada professora Neri Cazarim Barrozo Cavalcanti, contando com 36 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Neri Cazarim Barrozo Cavalcanti, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1032

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Professor Dr. Carlos da Costa Branco, município de Londrina.

Fundada em 24/02/77, é dirigida pela respeitada professora Dolores do Carmo Dias Marczuk, contando com 32 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Dolores do Carmo Dias Marczuk, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1033

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Cecília Hermínia Oliveira Gonçalves, município de Londrina.

Fundada em 08/02/88, é dirigida pela respeitada professora Cecília Maria Marques Nicolino, contando com 30 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Cecília Maria Marques Nicolino, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1034

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal José Garcia Villar, município de Londrina.

Fundada em outubro de 1968, é dirigida pelo respeitado professor Lucas Gonçalves de Souza, auxiliado pela professora Marilda Lourdes Guassu e supervisionada pela eminente professora Otilia Jordão Perez, contando com 43 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados ao Diretor Lucas Gonçalves de Souza, com votos de permanente sucesso a ele e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1035

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Dr. Joaquim Vicente de Castro, município de Londrina.

Fundada em 19/12/86, é dirigida pela respeitada professora Roseli Aparecida de Lima Santos, e supervisionada pela eminente professora Daniela Maria Rodrigueus Meretica, contando com 53 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Roseli Aparecida de Lima Santos, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1036

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal João XXIII, município de Londrina.

Fundada em 1995, é dirigida pela respeitada professora Ana Maria Rodrigues de Oliveira, e supervisionada pela eminente professora Marlene Garcia, contando com 29 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Ana Maria Rodrigues de Oliveira, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1037

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Irene Aparecida da Silva, município de Londrina.

Fundada em 12/02/96, é dirigida pela respeitada professora Laurentina Rosa Santos de Farias, contando com 19 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Laurentina Rosa Santos de Farias, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1038

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Ignez Corso Andrea-zza, município de Londrina.

Fundada em 19/02/81, é dirigida pelo respeitado professor Ricardo da Silva, contando com 45 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados ao Diretor Ricardo da Silva, com votos de permanente sucesso a ele e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1039

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Haydée Colli Monteiro, município de Londrina.

Fundada em 1970, é dirigida pela respeitada professora Suzete Maria Jorge de Mello, e supervisionada pela eminente professora Julieta Ritti Maranezzi, contando com 23 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Maria Jorge de Mello, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1040

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Senador Gaspar Velloso, município de Londrina.

Fundada em 10/03/80, é dirigida pela respeitada professora Maria das Graças Alves Eugênio, e supervisionada pelo eminente professor José Felisberto de Oliveira, contando com 26 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Maria das Graças Alves Eugênio, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1041

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Eurides Cunha, município de Londrina.

Fundada em 1995, é dirigida pela respeitada professora Leila Cavinato Porto Gransoti, e supervisionada pela eminente professora Elia Etsuco Yoshinaga, contando com 19 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Leila Cavinato Porto Gransoti, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1042

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Professora Áurea Alvim Toffoli, município de Londrina.

Fundada em 09/03/92, é dirigida pela respeitada professora Maria Aparecida Manso Mostaço, contando com 27 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Maria Aparecida Manso Mostaço, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1043

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Atanázio Leonel, município de Londrina.

Fundada em 2001, é dirigida pela respeitada professora Marcia Ines Vieira Santos Lozano, contando com 35 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Maria Ines Vieira Santos Lozano, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1046

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Arthur Thomas, município de Londrina.

Fundada em 1995, é dirigida pela respeitada professora Eunice de Fátima Couto Carneloce, contando com 17 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Eunice de Fátima Couto Carneloce, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1047

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Aristeu dos Santos Ribas, município de Londrina.

Fundada em 10/03/80, é dirigida e supervisionada pela respeitada professora Maria Cristina Villa, e também e supervisionada pela eminente professora Regina Dirce Fanti, contando com 24 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Maria Cristina Villa, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1048

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Anita Garibaldi, município de Londrina.

Fundada em 08/10/76, é dirigida pela respeitada professora Marli Favaro, contando com 18 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Marli Favaro, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1049

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Maestro Andréa Nuzzi, município de Londrina.

Fundada em 08/10/76, é dirigida pela respeitada professora Kátia Costa Perusso Oliveira, e supervisionada pela eminente professora Rosangela Maria Cestari, contando com 15 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Kátia Costa Perusso Oliveira, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1050

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Américo Sabino Coimbra, município de Londrina.

Fundada em 31/01/69, é dirigida pela respeitada professora Marly Aparecida Guagnini Sander, e supervisionada pela eminente professora Otília Jordão Perez, contando com 14 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Marly Aparecida Guagnini Sander, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1051

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Dr. Claudio de Almeida e Silva, município de Londrina.

Fundada em fevereiro de 1894, é dirigida pela respeitada professora Claudia de Fatima Storn, contando com 26 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Claudia de Fatima Storn, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1052

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Corveta Camaquã, município de Londrina.

Fundada em 01/03/71, é dirigida pela respeitada professora Maria Ines Beidak Rebolho Sant'Ana, e supervisionada pela eminente professora Suzie Pinheiro de Freitas, contando com professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Maria Ines Beidak Rebolho Sant'Ana, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1055

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Professor Carlos Zewe Coimbra, município de Londrina.

Fundada em 03/07/70, é dirigida pela respeitada professora Ivanir Marrafon, contando com 23 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Ivanir Marrafon, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1056

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Francisco Pereira de Almeida Júnior, município de Londrina.

Fundada em 13/02/89, é dirigida pela respeitada professora Sandra Mara Rechi Barbosa, contando com 37 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Sandra Mara Rechi Barbosa, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1057

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Eugênio Brugin, município de Londrina.

Fundada em 10/03/80, é dirigida pelo respeitado professor Júlio César Gomes, auxiliado na direção pela eminente professora Lucinéia Tereza Rodrigues Alves, contando com 51 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados ao Diretor Júlio César Gomes, com votos de permanente sucesso a ele e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1058

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Hikoma Udiara, município de Londrina.

Fundada em 09/04/75, é dirigida pela respeitada professora Carmem Maria Corrêa, contando com 42 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Carmem Maria Corrêa, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 07/05/08.
(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1059

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e reconhecimento público à Escola Municipal Cláudia Rizzi, município de Londrina.

Fundada em 06/02/84, é dirigida pela respeitada professora Marilena Pierotti Euzébio, e supervisionada pela eminente professora Aparecida Zanluchi Hara, contando com 32 professores e funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de educar e preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Marilena Pierotti Euzébio, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos e gratidão.

Sala das Sessões, em 07/05/08.
(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1060

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que subscreve o presente requerimento, facultado pelas prerrogativas regimentais, vem REQUERER, com o consentimento do Plenário desta Casa Legislativa, o registro nos Anais da Plenária, desta data, de efusivas congratulações ao jovem Luciano Alves, da cidade de Cruzeiro do Oeste, neste estado, por sua ordenação sacerdotal que acontecerá neste dia 10 de maio, na cidade de Santo Amaro, no estado de São Paulo.

Com a vocação de ser servo de Deus alimentada desde a sua infância, o ilustre jovem, depois de anos de estudo e preparação, vai definitivamente proferir seus votos de devotamento ao sacerdócio, com o nome de Padre João da Cruz, para alegria de seus pais e vasto círculo de amigos. Deixando em todos, desde já, a certeza de que a grande messe terá um dedicado obreiro.

Caso aprovada a presente proposição, requeiro seja dada ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 07/05/08.
(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1011

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Secretário de Estado da Agricultura, Valter Bianchini, solicitando apoio do Secretário às colônias de pescadores do estado do Paraná, doando um trator a cada colônia para que possa auxiliar na retirada dos barcos e uma máquina de fabricar gelo para armazenamento dos peixes.

Sala das Sessões, em 07/05/08.
(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

As colônias não dispõem de recursos para adquirir tais maquinários, tendo em vista a grande dificuldade de retirar os barcos do mar e armazenar os peixes, facilitaria no trabalho diário dos pescadores que representam boa parte dos habitantes de cada município do nosso litoral.

Conto com vosso apoio nessa solicitação, de extrema importância para as famílias de pescadores do nosso litoral.

REQUERIMENTO Nº 1012

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Secretário de Estado da Agricultura, Valter Bianchini, solicitando apoio do Secretário às 650 (seiscentas e cinquenta) famílias da CRABI - Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu localizada em Cascavel. As famílias assentadas não possuem equipamentos adequados para produção de alimentos, dificultando o trabalho do grupo.

Em visita ao assentamento da CRABI, no mês passado, pude constatar a organização do local e o trabalho desenvolvido pelos moradores. Hoje, são indispensáveis os seguintes maquinários: 1 máquina de limpar feijão, 1 secador a gás para feijão, 1 moinho de fubá, 1 máquina de limpar arroz e 1 máquina de produção de arroz integral.

Sala das Sessões, em 07/05/08.
(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

As famílias que residem no assentamento dos atingidos por barragens produzem os alimentos nas suas próprias dependências, porém não possuem maquinários para que possam melhorar a produção e dar mais sustentabilidade aos assentados. Os trabalhadores pedem para que o estado considere essa demanda urgente das famílias e possa atender às reivindicações em benefício de centenas de pessoas.

Conto com vosso apoio nessa solicitação, de extrema importância para as famílias que compõem a CRABI.

REQUERIMENTO Nº 1013

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual infra-assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, informações do Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes acerca da destinação das verbas provenientes do pagamento de tarifas de pedágio, implantado na ponte do município de Guaíra.

Segundo informações do DER enviadas a esta Casa de Leis (Of. CEE/CC 1630/05 - Informação nº 544/05 - DAG/AP), os saldos existentes, à época do envio da informação, eram de R\$ 56.689,45, na conta do Banco Itaú, e R\$ 29.958.635,44 na conta do Banco do Brasil.

Assim sendo, requer-se, respeitosamente, tais informações, qual sejam:

1) Em quais obras ou serviços estes valores foram utilizados? Especifique.

2) Ainda há saldo remanescente dos valores arrecadados após tais gastos? Informe valores e em quais contas estão.

3) No caso de ainda não terem sido utilizadas, há previsão da destinação destes valores?

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1053

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Luiz Forte Neto, solicitando seja encaminhado a este Parlamentar os seguintes documentos e informações, referentes a aquisição de caminhões e maquinários (caminhões coletores e compactadores de lixo, patrola, etc), através do Paraná Urbano, destinados às Prefeituras Municipais.

- A compra foi efetuada através do Paraná Urbano e repassada para os municípios?

- Quais os procedimentos para tal compra e transferência?

- Qual a forma de licitação empregada na aquisição desses caminhões e maquinários?

- Qual a forma de repasse desses caminhões e maquinários para os municípios?

- Anexar cópia de todos os contratos, tanto para a aquisição, quanto para a transferência.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1054

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Luiz Forte Neto, solicitando seja encaminhado a este Parlamentar os seguintes documentos e informações, referentes a liberação de R\$ 965.000,00 (novecentos e sessenta e cinco mil reais) para a Prefeitura Municipal de Imbituva, destinados à aquisição de um caminhão compactador de lixo, uma patrola e três caminhões basculantes.

- Houve a liberação deste valor pelo Governador em exercício, Orlando Pessuti para o município?

- Em caso afirmativo, qual a razão de tal liberação não ter sido efetivada?

- Existe previsão de data para tal liberação?

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 190/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica assegurado aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores nativas vítimas de causas naturais (ventos, tempestades, raios, doenças) no estado do Paraná.

Parágrafo Único. A liberação ocorrerá após vistoria do órgão competente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Muitos agricultores estão tendo prejuízo devido à exigência de leis ambientais que dificultam a retirada de árvores para destinação apropriada nas propriedades rurais. Atualmente as árvores que caem, ou secam devido a ocorrência de causas naturais (ventos, tempestades, raios, doenças) não podem ser aproveitadas economicamente.

É frustrante ao agricultor que tanto precisa de madeira para melhorar a sua propriedade ter que presenciar uma árvore, às vezes centenária, apodrecer no solo sem ser utilizada.

Os produtores rurais precisam constantemente investir em melhorias em suas propriedades: uns necessitam construir uma casa para morar ou uma garagem para guardar as máquinas agrícolas; outros precisam construir um chiqueiro, um estábulo, um aviário, uma laticínio para diversificar sua produção e aumentar a lucratividade de sua propriedade.

No entanto, devido a questões burocráticas e leis ambientais que vão de encontro com o desenvolvimento sustentável, os agricultores não conseguem aproveitar a madeira que está disponível em sua propriedade.

Por isso é necessário uma reanálise nos procedimentos administrativos atualmente adotados pelos órgãos ambientais no sentido de permitir que o produtor rural possa se utilizar desses recursos naturais sem maiores burocracias e com maior agilidade.

Isto posto, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 191/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Regional de Desportos de Deficientes Mentais - Região Paraná - ARDEM da cidade de Curitiba/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

A ARDEM é uma entidade que congrega outras associações promovendo o desporto entre os deficientes mentais do Paraná. Durante o ano de 2007 foi realizada extensa programação envolvendo os municípios de Rolândia, Campo Mourão, Francisco Beltrão, Sertãozinho, Curitiba, Loanda, Jaguapitã, União da Vitória, Guarujá, São Paulo, Guarapuava, Fortaleza, Prudentópolis, Brasília, Jaguariaíva, envolvendo nestes eventos um total de 69 afiliados e 1.082 alunos.

PROJETO DE LEI Nº 192/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Torna-se obrigatória, no estado do Paraná, a apresentação de documento de identidade para o pagamento de qualquer despesa a ser efetuada com a utilização de cartões de crédito e cartões corporativos, bem como assinatura de seu titular nas faturas, boletos ou extratos de pagamento quando da realização das referidas despesas.

§ 1ª À falta do documento de identidade, poderá ser apresentado documento oficial similar com foto.

§ 2º Na via de pagamento destinada ao estabelecimento deve ser anotado o respectivo número do documento oficial apresentado pelo titular do cartão.

Art. 2º Como medida de segurança e proteção patrimonial nas relações de consumo e visando a evitar possíveis fraudes ou o cometimento de qualquer outro

tipo penal pertinente, as empresas e estabelecimentos comerciais e financeiros que trabalham com cartões de crédito deverão exigir, obrigatoriamente, a apresentação do documento de identidade, assumindo a responsabilidade do ônus no caso de descumprimento.

Parágrafo Único. No caso de recusa da apresentação do documento de identidade, as empresas e estabelecimentos comerciais e financeiros poderão negar ou desfazer a venda do produto ou a prestação do serviço anteriormente acordado, ou exigir outra forma de pagamento.

Art. 3º Excetuam-se desta lei os cartões de crédito com senha e as compras por telefone e via internet.

Art. 4º Esta lei entra em vigor após 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

Parágrafo Único. O período compreendido entre a data da publicação e da entrada em vigor da lei ficará destinado para as empresas ou estabelecimentos informarem seus clientes da necessidade de apresentação do documento nas compras utilizando cartão.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei objetiva garantir a segurança e o patrimônio do cidadão, além da lisura e os interesses que envolvem as relações de consumo, pois, infelizmente, hoje se mostra bastante constante a prática de fraudes e outros delitos que envolvem as compras com cartões em nosso estado, seja através de clonagens de cartões ou o “comércio” de cartões furtados e roubados de centenas de cidadãos diariamente.

A obrigatoriedade da apresentação de documento de identidade, assim como da assinatura do titular do cartão e ainda a anotação do número do RG do titular do cartão representa uma garantia não apenas para o fornecedor, ou seja, o empresário, mas, principalmente, para o consumidor, evitando a realização de despesas indevidas ou em nome de terceiros de forma irregular, arbitrária ou criminosa.

O projeto de lei encontra-se em conformidade com os preceitos constitucionais, principalmente com o artigo 5º da Constituição Federal, que determina a obrigatoriedade do estado promover a defesa do consumidor e com o seu artigo 24, que estabelece a competência concorrente para legislar sobre produção e consumo:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXII - o estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

Além disso, encontra-se em adequação com a Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor) que, em seu artigo 55 estabelece:

Art. 55 A união, os estados e o distrito federal, em caráter concorrente e nas suas respectivas áreas de atuação administrativa, baixarão normas relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços.

§ 1º A união, os estados, o distrito federal e os municípios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo, no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor; baixando as normas que se fizerem necessárias.

Desta forma, respeitando-se todos os princípios constitucionais e legais que envolvem a matéria em comento, bem como diante das realidades atuais e da necessidade de uma maior fiscalização e cautela nas transações comerciais, é que apresento o presente projeto, contando com a colaboração dos nobres Pares desta Casa de Leis para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) EDGAR BUENO

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente é concedida a palavra ao Deputado Professor Luizão.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso a tribuna hoje para fazer uns comentários sobre a situação do trânsito nas nossas estradas.

Após apresentar projeto de lei visando preparar melhor os futuros motoristas, exigindo que pelo menos três aulas das 15 reservadas para práticas, que sejam realizadas em rodovias, fora do perímetro urbano.

Tenho conversado com policiais e constatei aquilo que tenho dito aqui. A maioria dos acidentes é causada por imprudência dos motoristas. Isso todo mundo já sabe. Mas a novidade é que a grande parte dessas imprudências são ocasionadas por conta da falta de preparo, de experiência dos motoristas novos, porque eles aprenderam somente em perímetro urbano, e quando pegam a estrada não têm noção do que os espera, do perigo que é uma rodovia. É nesse sentido que propus esse projeto, que será analisado na CCJ na próxima semana.

Nesse último feriado, por exemplo, tivemos no país 1.486 acidentes. Sessenta e três mortos e 966 feridos. E desses 966 feridos, muitos virão a falecer. E esses números não são contabilizados. Estima-se que perto de 50 mil pessoas perdem a vida no trânsito brasileiro por ano.

Então, é uma contribuição que esta Casa pode dar aos novos motoristas e à sociedade paranaense.

Aqui no Paraná tivemos 300 acidentes, com 20 mortes e 232 feridos, só nesse último final de semana. Vai resolver o problema? Não vai.

Como já fui caminhoneiro, fico observando os motoristas na estrada. O motorista novo não tem noção de uma estrada, de uma rodovia, onde a velocidade predomina, tem muitos caminhões, quando chove tem neblina na serra. E aí, infelizmente, 90% dos acidentes são causados pela imprudência do motorista. O que justifica a imprudência do motorista? A falta de experiência. E os agentes policiais rodoviários federais e estaduais são unânimes em afirmar que são os motoristas mais novos, que têm habilitação de zero a cinco anos, habilitados recentemente, que são a maior causa de acidentes nas rodovias.

Está confirmada a nossa teoria: se prepararmos melhor os nossos motoristas, provavelmente vai diminuir esse número de vítimas do trânsito. Vai reduzir, e muito. Estaremos contribuindo para termos melhores motoristas, mais preparados, e evitarmos tantos acidentes em nossas estradas.

Era isso. Obrigado Presidente, Deputados e Deputadas, pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Plauto Miró.

Deputado Plauto Miró (Partido Democratas)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O assunto que novamente me traz a esta tribuna, ele já se tornou até cansativo nesta Casa, pois aqui, representantes em especial dos campos gerais, da cidade de Ponta Grossa, periodicamente vêm à tribuna cobrar do Governo do Estado, e isso é feito há vários anos, só que agora vem novamente à tona a discussão, sobre o Instituto de Educação César Prieto Martinez, da cidade de Ponta Grossa. Aconteceu aquilo que há dias atrás alguns Deputados diziam que não havia acontecido, outros diziam que sim. Notícia dos três jornais da cidade de Ponta Grossa: "Interditado. Defesa Civil. Instituto de Educação sofre interdição". Os três jornais da nossa cidade trazem essa matéria.

A verdade é uma, Deputado Dobrandino, o senhor que é um Deputado lá de Foz do Iguaçu, preocupado com a Educação dos paranaenses, sabe que no momento que o Ministério Público assumiu a cobrança junto ao Governo do Estado e deu a sustentação também para a Defesa Civil do nosso município, o laudo saiu e mostrou exatamente a situação em que se encontra o Instituto de Educação. E está interditado pela Defesa Civil, pelo Edmir de Paula, ele que tem a responsabilidade de comandar a

Defesa Civil e onde apontou que o auditório e as escadarias do Instituto de Educação não têm mais condições de serem usados por professores, alunos e pessoas que tenham a necessidade de adentrar àquele colégio. Tornou-se um problema de estado. Temos lá o auditório que tem o forro apodrecido. O laudo do Edmir, que está sendo encaminhado ao Ministério Público para que ele possa tomar atitudes contra a falta de ação do Governo do Estado do Paraná, aponta também que está chovendo na fição e isto proporciona um risco de incêndio. Não tem equipamentos de incêndio, as salas têm rachaduras e chove dentro delas, a cobertura externa está cedendo, a ponto de o Diretor daquele colégio falar que tem que fazer um escoramento no telhado do prédio para que não aconteça o pior.

O que queremos é simples. Estamos aqui, agora, oficialmente trazendo o problema do Instituto de Educação, agora com parte do colégio interditada pela Defesa Civil e o que queremos é que o Maurício Requião, que é irmão do Governador Roberto Requião, resolva o problema.

Estamos falando neste tema há mais de quatro anos e infelizmente o problema até agora não foi resolvido. E queremos que o Governo tome a iniciativa. Acredito que é possível fazer uma obra emergencial agora, que o colégio tem uma parte dele interditada. O que os paranaenses, os ponta-grossenses, os alunos, os professores, os Diretores, os familiares querem, é que o Governo resolva o problema. Quando queremos resolver, priorizamos e resolvemos. Na nossa vida é assim: quando se tem um problema, se diz: vou resolver esse problema. Vai lá, acha o caminho e a saída para se resolver. Deixar a chamada ao Secretário de Estado, ao Governador Roberto Requião, para que resolvam definitivamente o problema do Instituto de Educação César Prieto Martinez, que agora está interditado pela Defesa Civil. Tem um sério problema de risco para os alunos, professores, Diretores, enfim, a todos aqueles que freqüentam esse colégio. Tudo está nas mãos do Governador do Estado, Roberto Requião. Governador, Ponta Grossa espera a solução!

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Plauto.

Volto à tribuna para tratar de um assunto que nesta semana passou meio despercebido e temos que voltar a tratar: propor ao Líder do Governo, para nós, na próxima segunda ou terça-feira, continuarmos o debate sobre o porto de Paranaguá.

A situação do porto de Paranaguá é preocupante. Ainda não conseguimos consertar qual é a “pedra ideal” para vir aqui, quem é a pessoa que tem que vir, dar as

explicações técnicas. Trouxemos três pessoas do porto, mas Deputado Elio, V. Exa. que também participou daquela Audiência, que foi em torno das 22h, cada vez em que as coisas apertavam para o lado daquele Diretor - ou pretendo Diretor, porque tem um que nem Diretor é, “venderam” como Diretor e ele não é Diretor - cada vez em que o assunto aprofundava um pouco mais, qual era a resposta da pessoa que estava prestando esclarecimentos? Dizia que não era da sua área, Deputado Plauto.

Ontem tive uma conversa com alguns entendidos do porto. Nada aconteceu. Leva 45 dias para fazer uma licitação no porto de Paranaguá. Estamos aqui há mais de 60 dias discutindo o porto de Paranaguá e a superintendência do porto não tomou atitude. Lá continua do mesmo jeito e da mesma forma. Eles nos disseram que há determinados navios que, ao atracarem no porto, ficam de três, quatro dias aguardando para sair do porto. Existem determinados momentos em que a maré sobe e dá o calado exigido pela Marinha, mas isso acontece meia, duas horas por dia. Por exemplo, o navio está atracado, carregado e pronto para sair do porto. Se não tiver o calado, não pode sair. Como ele demora a se deslocar daonde está para sair pelo Canal da Galheta, tem navio que ficou de quinta-feira até terça-feira da outra semana para poder sair do porto.

Não consigo compreender aonde o superintendente do porto deseja chegar, Deputado Marcelo? Porque ele está lá no porto há cinco anos, não tem uma pessoa que, mesmo escondido, que entenda de porto - porque muitas pessoas têm medo de se expor - não fale da gravidade da situação do porto. Ontem afirmaram taxativamente - olha quero que recordem isto aqui, o alerta que estamos falando - vai acontecer um desastre no porto, vai acontecer o encalhamento de um navio, o porto vai ficar paralisado por vários dias, porque esse navio vai ficar nos 90 metros do Canal da Galheta, e depois espero que não venha ninguém do Governo dizer que não alertamos. Estamos fazendo alerta, estamos...

(**Término do tempo**)

Passa a usar o horário da Liderança do (PSDB)

Depois, Deputado Plauto, gostaria que V. Exas. fossem testemunhas do meu alerta - V. Exa. já fez aqui pronunciamentos várias vezes, Deputado Marcelo Rangel, e ontem eu recebi, Deputado Rangel, algumas fotografias - quero acreditar que não é do porto, mas vamos ter que fazer a visita ao porto, Deputado Rangel, V. Exa. como Presidente da Comissão de Obras, de Transportes também, deveríamos, Deputado Plauto, Deputado Elio Rusch, na semana que vem, fazer uma visita ao porto, porque não vai mudar. - Ah, tem gente que pode dizer: “Mas o Rossoni está falando de visitar o porto. Não muda nada até semana que vem”. O que podemos ver é que se passou uma vassoura em algum lugar lá, mas não vai melhorar o aspecto e deveríamos ficar lá o dia inteiro no porto.

Então, gostaria de colocar para V. Exa., para os Parlamentares, que fizéssemos uma Comissão. Se Deputados do Governo quiserem nos acompanhar, tudo bem, senão vamos nós lá, porque temos que registrar, porque daqui a alguns dias, quando acontecer o que todo mundo que entende de porto está prevendo, não vão poder dizer que a Oposição não alertou, que os Parlamentares não alertaram. Gostaríamos que o porto fosse uma maravilha.

E outro exemplo de descaso e de incompetência do porto está aí: o Governo Federal, através do Ministério, porque agora foi criado o Ministério dos Portos, o Ministério dos Portos anunciou ao Brasil que vai dragar 13 portos brasileiros. E a gravidade do nosso porto onde está, Deputado Plauto? Uma das gravidades é na dragagem e o porto de Paranaguá ficou fora. Aí fui buscar informações: ora, se a gravidade é da não feitura da dragagem, por que Paranaguá ficou fora? É discriminação? Não, é falta da superintendência, da direção do porto cumprir os requisitos com o Ministério que cuida dos portos.

Então, quer dizer, vão dragar todos os portos brasileiros. O nosso porto, outra questão que foi colocada em dúvida, aqueles recursos que o Diretor falou, não existem. Vamos ter que pedir extrato para ver - ele disse que tinha 336 milhões, se não me falha a memória - vamos buscar esses valores, porque não existe, não tem dinheiro para a dragagem do porto.

Fica aqui o alerta, vamos fazer um alerta, hoje é dia 7, 15h10, vamos marcar esta data, porque quando acontecer o que estamos prevendo, ninguém vai poder argumentar que foi a Oposição ou que foi um Deputado que atua na Oposição que foi lá, com uma pá, jogar areia no Canal da Galheta para encalhar o navio, por sacanagem.

O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Rossoni, quero lhe parabenizar por, mais uma vez, trazer um sério problema do porto de Paranaguá. São vários, mas o mais grave, na minha ótica, é a questão da dragagem. Há o problema das filas dos navios, que demoram mais de 40 dias para atracar e poder carregar. Temos o problema do terminal de álcool, que foi investido pelo Poder Público, dinheiro público, mais de R\$ 10 milhões, inauguraram e até hoje, mais de seis meses, até agora não funcionou porque o material usado não é adequado para o álcool. E a dragagem? O senhor sabe que me cria uma dúvida e cabe aqui uma investigação: por que é que não fazem essa dragagem? Sempre dizem que a licitação pública que foi aberta não se conseguiu concluir. Será que não estão querendo fazer uma contratação emergencial de uma draga para fazer a dragagem? Porque quando é emergencial não tem licitação e sabemos que uma obra de dragagem é uma obra cara, em torno de 30, 40, R\$ 50 milhões é a contratação de uma draga para que possa resolver o problema lá no porto de Paranaguá. Sabe que esta situação me traz até uma dúvida e acho que temos que nos aprofundar.

Lá no porto, quando formos, porque quero fazer parte dessa Comissão, tenho certeza que muita coisa poderemos trazer o esclarecimento de muitas dúvidas que até agora não foram sanadas.

Obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Plauto, quem não recorda aqui, e passou despercebido por nós, mas se recordarmos aqui o que falou um dos Diretores - essa falácia da compra da draga, nós achávamos que era a solução, inclusive alguns Parlamentares do Governo - o que disse o Diretor? Ele disse que a draga, se comprada para entrar em funcionamento, entre comprar, nacionalizar, treinar e colocar em funcionamento, um ano, no mínimo um ano! Não fui eu que falei, foi o Diretor do porto que esteve aqui. Então, a questão da compra da draga está descartada.

Outro dia argumentaram que o Rossoni não queria que dragassem o porto, porque entrei com a ação. Entrei, sim, com ação, porque a direção do porto não quer cumprir os requisitos que a lei exige e terá que cumprir! Aí o que o Juiz Federal disse? “Determino que se faça a contratação direta”, ótimo, mas “cumpra-se os requisitos do edital”. Sabem quando vão cumprir os requisitos do edital? Nunca!

Faz 60 dias que estamos levantando a questão, há um ano atrás veio aqui nesta Casa uma Comissão de alto nível de Paranaguá, nós já tínhamos levantado a gravidade um ano atrás, imaginem um ano depois!

Vem aqui o Diretor e diz que a draga não resolve o problema momentaneamente, precisa ser contratado! Eu pergunto: o que foi feito? Foi aberta nova licitação? Por que perderam o dinheiro do Ministério dos Portos? Está lá, o Ministério dos Portos já disse porque, o porto não tem dinheiro para a draga também, não tem!

Deputado Romanelli, gostaria de lhe fazer uma proposta: V. Exa. traz uma pessoa altamente técnica que responda, em nome do porto, e eu vou trazer uma pessoa também que entende do porto, e vamos aqui, com os Parlamentares, gostaria de propor a V. Exa. para fazermos aqui mais um debate. Depois desse debate, se continuarmos com este entendimento, não tem mais outra alternativa: nem que seja simbólico, queremos convocar aqui o Diretor do porto de Paranaguá, Eduardo Requião, para vir a esta Casa. Temos que marcar. Se ele não esclarecer nada, pelo menos vamos marcar aqui o alerta para que ele não queira jogar a responsabilidade amanhã no Ministério dos Portos, no Deputado Rossoni, nos Deputados de Oposição, nas pombas que comeram o farelo, no sumiço do farelo. Ele que não queira encontrar justificativa, porque há um desconforto total no setor produtivo do estado com o porto de Paranaguá.

Com o aparte Deputado Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Rossoni, parabéns mais uma vez pelo pronunciamento à frente da Oposição.

Quem disse que a situação é gravíssima do porto de Paranaguá foram os diretores que estiveram aqui. O Diretor Luiz Henrique deixou muita gente de cabelo em pé. Até quem não tem cabelo ficou em pé, porque a situação, realmente, é muito grave e nós, como somos representantes também da Comissão de Transportes e Obras, temos a responsabilidade de ir até o porto de Paranaguá. Quisermos fazer isso naquela ocasião, mas nos falaram que não tinha ninguém para nos receber. Não precisa ter ninguém para nos receber.

Vamos fazer essa visita, Deputado Rossoni. Quer convidá-lo e convidar também aos demais Deputados. A qualquer momento estaremos no porto de Paranaguá para vistoriar o silão, para ver se tem pomba lá. O terminal de álcool. Enfim, vamos fazer uma vistoria, uma visita em todo porto de Paranaguá, porque acho que é extremamente necessário para passarmos essas informações aqui para a Assembléia Legislativa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Rangel, aceito o convite, o acompanharei, espero que muitos Parlamentares nos acompanhem. Mas, uma coisa é muito estranha: quando o Diretor Leopoldo Campos denunciou irregularidades no porto, o que aconteceu? Foi demitido. Quando o Chefe de Departamento do silo afirmou numa correspondência que sumiram 4 mil e 500 toneladas de farelo de soja? Foi afastado. O Diretor dessa área, demitido. Então, alguém está errado: ou quem está sendo demitido, ou quem está demitido. É aí que queremos chegar. A proposta fica no ar, Deputado Romanelli, para que V. Exa. se posicione.

Gostaria que essa reunião fosse na terça-feira, porque traremos, Deputado Elio Rusch, uma pessoa aqui para falar para os Parlamentares sobre o porto de Paranaguá, para quem quiser ouvir.

Neste momento peço ao Deputado Nelson Justus o plenarinho para trazermos esse cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente o Deputado Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Queria convidar aos Deputados, sejam eles integrantes da base que compõe o nosso Governo, ou os Deputados da Oposição, para irem ao porto de Paranaguá no próximo sábado, às 10h da manhã, porque nesse horário, Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. que está demonstrando profundo conhecimento em relação à questão portuária, estará chegando em Paranaguá o navio gigante Rio de la Plata. Vai chegar no terminal de contêineres de Paranaguá. O navio gigante atraca nesse final de semana no porto de Paranaguá. Enquanto uma embarcação normal carrega em média 3

mil contêineres de 20 pés, o novo navio do armador Hamburg Sud, pode levar até 5 mil e 900 contêineres. Ele ainda é o maior do mundo no carregamento de contêineres refrigerados, com capacidade para 1.365 unidades. Sabe qual é o tamanho do navio, Deputado Marcelo? É de 300 metros.

Então, veja, o Rio de la Plata é o primeiro de seis navios que a Hamburg Sud está construindo. Ele foi entregue em março do ano passado. Iniciou suas atividades pelo porto de Sepetiba, seguiu para Buenos Aires e agora volta ao Brasil.

Estou dizendo isso porque, sinceramente, de más notícias não construímos uma nação. Enquanto V. Exas. falam dos pombos de Paranaguá, estão fazendo apologia do caos. Está chegando no cais o maior navio do mundo, de transporte de contêineres. Então, o navio ainda vem com uma certidão de nascimento fantástica, do ponto de vista da possibilidade de atracar em Paranaguá.

Para V. Exas. terem uma idéia de como é importante a vinda desse navio para o nosso estado - autorização foi dada, inclusive, pela Capitania dos Portos do Rio de Janeiro - sabe qual é o prazo de validade para esse navio operar em Paranaguá? Um ano!

Entendo que o tema que envolve o porto de Paranaguá envolve muito interesse comercial. Entendo isso. Sei disso. Não nasci ontem. É uma experiência de vida suficiente para saber, também, que a atual administração do porto contraria interesses de muita gente poderosa. Esses interesses contrariados, naturalmente, procuram poder expressar seu sentimento de insatisfação com o porto.

E embora eu ache e não descarte a possibilidade da realização de que a contratação da dragagem possa ser feita de forma emergencial, me alertava muito apropriadamente o ex-Secretário Especial de Assuntos Metropolitanos, ex-Prefeito de Colombo, engenheiro, e me dizia o Deputado Edson Strapasson: "Romanelli, toda obra emergencial, só pela mobilização que envolve, ela custa no mínimo 30% a mais do que uma obra normal, seja uma obra ou uma contratação".

Então, sabemos que contratação emergencial não é a melhor alternativa para Administração Pública. É um instrumento, claro, previsto na lei, mas o ideal é a boa e bem estruturada licitação, com livre participação dos concorrentes. Por outro lado, sabemos que há um cartel que comanda as dragas, no Brasil e no mundo. E eu, pessoalmente, sou favorável à aquisição de uma draga para operar em Paranaguá. Sou favorável. Agora, isto é uma decisão que tem que ser tomada pelo Superintendente do porto e pelo Governador Roberto Requião.

Por outro lado, também entendo que a questão da dragagem é uma questão prioritária. Sem dúvida nenhuma. Ouvimos, aqui, os Diretores. Mas, concluo dizendo que me disponho a que possamos conversar e estabelecer este diálogo, na possibilidade de ter a oitiva de outra pessoa, ou do porto e outros especialistas. Entendo que este debate tem que ser aprofundado, com transparência. Não fujo da discussão. Ao contrário.

Entendo que a vinda dos dois Diretores foi muito oportuna e pudemos fazer um bom debate e aprofundamos nossos conhecimentos sobre o tema. Inclusive, desmistificamos algumas coisas, outras nos preocupamos mais. Mas, de qualquer forma, o tema pode e deve ser debatido.

Quero convidar V. Exa e aos demais Parlamentares para irem a Paranaguá, no sábado, no terminal de contêineres, chegará o navio, que é o maior do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins.

Deputado Luiz Carlos Martins (PDT)

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Acho bastante oportuno neste instante fazermos uma reflexão, uma meditação em cima do que escreve hoje o jornalista Fábio Campana, no jornal O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná. Ninguém tem dúvida aqui que o jornalista Fábio Campana é um profissional competente, bem informado, bem articulado, mas não que seja o dono da verdade. Dono da verdade não, mas é bem informado, é bem articulado, vencedor em várias campanhas, enfim, pelo seu histórico.

Vou pedir licença para ler a coluna do jornalista Fábio Campana. O título da coluna do Fábio Campana, hoje, no Estado do Paraná e Tribuna é: "Acordo Branco". Exatamente. Esse assunto tem que ser discutido aqui neste Plenário, até porque a população espera de cada um de nós uma satisfação. Quando peguei o jornal hoje de manhã e li "Acordo Branco", falei: meu Deus do Céu, eu já vi esse filme! Aí, Sr. Presidente, lembrei-me do Grande compositor Lucílio Rodrigues, um dos maiores compositores do Brasil e do mundo: "Esses moços, esses moços, pobre moços...se soubessem o que eu sei", e assim vai, mas não sei cantar.

"Na reunião dos jovens políticos na noite de segunda-feira, o Deputado Alexandre Curi revelou que está em curso um acordo branco entre o tucano Beto Richa e o Governador Roberto Requião. O compromisso exige que o Vice de Beto Richa seja mesmo Luciano Ducci, do PSB. Curi afirmou que Ducci está respaldado por Hermas Brandão, Heinz Herwig, Euclides Scalco, Valdir Rossoni e por um acordo que envolve entendimento entre Beto Richa e Requião. Ducci, segundo o plano exposto, é o aval para o acordo branco de 2010, que teria Beto Richa para Governador e Requião para Senador, donde Requião e Beto deixam desde já a condição de desafetos e se entendem para a eleição deste ano. Segundo o plano, Luciano Ducci assumirá a Prefeitura e coloca a máquina municipal a serviço dos dois, Beto e Requião. O acordo incluiria ainda a aceitação de Maurício Requião para ocupar a vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas. Foi a terceira reunião do grupo de Deputados que se autodenomina 'Grupo de 1 milhão e meio de votos', que reúne Deputados jovens de diversos partidos.

Passa a usar o horário da Liderança do PDT

O organizador é o Deputado Marcelo Almeida, do PMDB. E a reunião foi na casa dos Almeida, na Mateus Leme. Compareceram ao encontro Barbosa Neto (PDT); Stephanes Júnior (PMDB); Ney Leprevost (PP); Alexandre Curi (PMDB); Osmar Bertoldi (Democratas); Douglas Fabrício (PPS); Paulo Salamuni (PV); Luiz Felipe Braga Cortes; Ratinho Júnior (PSC); Reni Pereira (PSB) e Rosane Ferreira (PV).

O esforço agora é para sufocar qualquer tentativa de mudar o Vice da chapa de Beto Richa.

Ducci é condição essencial do acordo que, desde já, consolida o candidato do PMDB, o Reitor Carlos Moreira. Esse cederá o espaço inteiro para o Roberto Requião fazer o que mais gosta, elogios a si mesmo."

Termina a coluna do jornalista Fábio Campana. O título é "Acordo Branco".

É bom discutir! Houve essa reunião? É bom se reunir! Por isso que resolvi ter a coluna do jornalista Fábio Campana, para discutirmos aqui, para que todo mundo fique sabendo o que aconteceu.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Como Presidente do PSDB não tenho mais o que provar ao PDT. Tenho provado com a minha história como Presidente do PSDB, da minha lealdade, da minha postura. Inclusive, enfrentei um dos maiores companheiros que eu tinha, o Presidente desta Casa, Deputado Hermas Brandão. Eu dicordava do seu posicionamento de aliança com o então Governador Roberto Requião.

Quero lhe afirmar o seguinte: enquanto eu for Presidente do PSDB não haverá acordo com o Governador Roberto Requião. Só se eu morrer ou me cassarem.

Também quero afirmar, em poucas palavras: sou contra a candidatura do Secretário Maurício Requião. Não voto nele aqui como Conselheiro do Tribunal de Contas. E vou lutar para que ele perca a eleição para o Deputado Durval Amaral.

Sabe por que estão acontecendo essas notícias? O Deputado Alexandre Curi deve ter sido mal interpretado. Tenho quase certeza que ele não afirmou isso. Os Parlamentares que estavam lá estão com um objetivo, com todo direito. Não participei e não fui convidado.

Estamos preparando um projeto para 2008 e 2010 e isso incomoda, incomoda, incomoda muita gente.

Vamos ter o cuidado para que eles não puguem a discórdia em algo que está indo tão bem, obrigado.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

V. Exa. conhece a minha história e sabe que jamais seria portador da discórdia. Até porque a minha história é de agregador. Gosto de agregar sempre.

Claro que existem aqueles que querem afastar o Senador Osmar Dias e o Prefeito Beto Richa. É claro. Nisso eles apostam 24 horas. Afastar.

Um aparte ao Deputado Traiano e depois ao Deputado Romanelli.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Deputado Luiz Carlos Martins, louvo V. Exa. pela forma como conduz os seus pronunciamentos, muito equilibrado, com muita maturidade. Fico realmente perplexo diante dessa matéria. V. Exa. é um político experiente, sabe que a política é muito dinâmica. Mas, qualquer possibilidade de acordo branco para daqui a três anos, numa eleição majoritária neste momento, é algo insustentável. V. Exa. sabe perfeitamente disso, que vamos viver alguns embates no curso desse tempo. E fundamentalmente, a eleição de Curitiba é algo elementar para a sucessão de 2010.

Portanto, quero crer que não prospera essa notícia. Tenho a convicção de que V. Exa. também deve entender a posição que tivemos na eleição passada, quando daquele embate da disputa pelo nome do Senador Osmar Dias.

Deixo aqui também manifestada expressamente a minha posição como Líder do PSDB, contrária à indicação do irmão do Governador Roberto Requião para o Tribunal de Contas, até porque historicamente nunca estivemos juntos. E exatamente por isso que gostaria de marcar a minha posição e dizer que não acredito nessa possibilidade. O que está em jogo na verdade, é procurar tumultuar o processo da sucessão do Beto Richa, que desponta hoje com índices extraordinários aqui na capital do estado.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Entendo que tanto o Líder Rossoni quanto o Traiano não entenderam o espírito com que V. Exa. foi à tribuna. Certamente foi para falar sobre uma reunião feita pelos “príncipes da política”, aquelas pessoas com menos de 45 anos que teriam votos.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

O Deputado Alexandre Curi é um príncipe?

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

É um príncipe. Temos que reconhecer. É o critério de corte. Foi etário, 45 anos e são aqueles que são herdeiros.

Mas, de qualquer forma, esse encontro entra para o folclore da política e dele não pode ser extraído nenhum posicionamento sério.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Mas o jornalista Fábio Campana é um homem sério!

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Muito sério e, aliás, fez um belíssimo relato desse encontro. V. Exa. viu as conclusões, as mais estapafúrdias possíveis, fruto inclusive, da realeza. A realeza sempre descolada da realidade.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Deputado Reni, é um príncipe também?

O Sr. Reni Pereira (PSB) (Aparte)

Não, sou filho de pequenos agricultores, com os pés no chão, assim como a maioria que faz parte deste grupo de amigos. E não foi o primeiro encontro. Esses encontros já vêm desde o ano passado.

Agora, quero repudiar a plantação dessa notícia, porque o Deputado Alexandre Curi em nenhum momento falou em nome de ninguém. O que fazemos em todas as reuniões são projeções futuras. E nessa mesa, nesse grupo de amigos, tinha três pré-candidatos a Prefeitos da cidade de Curitiba: Deputado Ratinho Júnior, Deputado Ney Leprevost e Deputado Osmar Bertoldi. E comentávamos nessa mesa a oportunidade de se lançarem, porque lá ecoamos aquilo que falou o Ministro da Agricultura. Parece-me que a vontade dos curitibanos está bem definida.

Dizer que tanto em relação às afirmações do Deputado Alexandre Curi, como em nenhum momento se falou em Tribunal de Contas e esse grupo de amigos existe. Quer queiram ou não algumas pessoas, é possível que pessoas pensem na política paranaense de forma diferente, inclusive estando em partidos diferentes e não fazendo politicagem e muito menos boataria para alcançar algum objetivo.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Último orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Subo à tribuna no Pequeno Expediente, para comentar a respeito da chegada desse navio, um dos maiores do mundo, que estará chegando ao Paraná. Ele tem 40 metros de largura e nosso Canal da Galheta tem 90 metros. Segundo questões, métodos de segurança internacionais, isso está em desacordo e foi autorizado a vinda desse navio para o estado do Paraná, para o porto de Paranaguá. Portanto, começo neste momento a fazer uma oração, porque se esse navio vier a encalhar no nosso porto, infelizmente, teremos um prejuízo incalculável. A FAEP calculou que o prejuízo do porto de Paranaguá, para o estado do Paraná, no ano passado, foi de 1 bilhão e meio, devido à má gestão.

Mais uma vez volto a fazer o convite aos Srs. Parlamentares, para que possamos fazer essa vistoria, essa visita ao porto de Paranaguá a qualquer momento. É um órgão público e não precisa ser sábado. Podemos ir amanhã cedo, Deputado Rossoni, ou amanhã no final da tarde. Enfim, vamos fazer todas aquelas vistorias e perguntas *in loco* para os Diretores e responsáveis pelo porto de Paranaguá, como fizemos aqui naquela Sessão no plenarinho. Ficamos nervosos com a situação e até mesmo os Deputados do Governo também. Eles estão preocupados, porque a situação é extremamente grave. A questão da contratação da draga é emergencial. Mas os próprios Diretores disseram que a compra de uma nova draga não resolveria o problema, porque demoraria em torno de um ano e meio, dois anos, para que essa draga entrasse em operação no Canal da Galheta. A proposta do Governo de comprar uma draga está fora de questão.

Começamos as orações neste momento. Estamos alertando para os problemas graves do porto de Paranaguá há muito tempo. Pode acontecer realmente um encalhe de uma embarcação, a qualquer momento, em nosso porto. E se isso acontecer será trágico para o nosso povo e para a história do estado do Paraná.

Era isso que eu tinha para falar.

Grande Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Com a palavra o próximo orador inscrito, no Grande Expediente, Deputado Elio Rusch, por 15 minutos.

Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sra. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Deputado Waldyr Pugliesi.

Não sei como vou intitular o meu pronunciamento na Sessão de hoje, mas vamos começar a falar de uma pessoa conhecida no Paraná e conhecida no Brasil inteiro. Foi Vereador, Deputado Estadual, Prefeito de Curitiba, Deputado Federal e Ministro de Estado - falo de Rafael Greca de Macedo.

Rafael Greca foi nosso companheiro aqui na Assembléia Legislativa, Deputado Rafael Greca, Deputado Valdir Rossoni, já fiz a sua defesa aqui desta tribuna num pronunciamento no Grande Expediente quando o título levava - a fritura das lideranças do Paraná - por alguns políticos do nosso estado. Hoje não sei se falo do Rafael Greca ou se falo da COHAPAR. Mas COHAPAR fala-se Rafael. Rafael Greca fala-se COHAPAR.

O que está acontecendo na COHAPAR aqui no Paraná? O Líder do Governo, Deputado Romanelli, foi Presidente da COHAPAR. Sabemos que o senhor fez o seu trabalho. Mas o que existe na COHAPAR no dia de hoje? O que está acontecendo na COHAPAR? Empresários sem receber, obras na atualidade, segundo informações,

paradas. A COHAPAR, Srs. Deputados, segundo informações também extra-oficiais e acredito que elas possam ser esclarecidas pela Bancada do PT ou pelo Líder do Governo, diz que a COHAPAR tem assinado ou possui 56 novos conjuntos já assinados com a Caixa Econômica. Esses conjuntos nenhum iniciou, Srs. Deputados, por falta de recursos da COHAPAR.

A COHAPAR que sempre foi uma empresa de referência na habitação do nosso estado. Eu falaria do Governo passado ainda, quando Rafael Deli, que Deus o tenha, construiu na sua gestão e no Governo Jaime Lerner, 60 mil moradias, beneficiando cerca de 300 mil pessoas no estado do Paraná. Alocaram-se recursos, buscaram-se recursos para o Paraná na ordem de R\$ 580 milhões para serem aplicados na habitação.

E o que está acontecendo no dia de hoje com a COHAPAR? Empresas do nosso estado, acredito que de Curitiba e também do interior do estado, sem receber pelas vendas que as empresas fizeram. Deputado Ademir Traiano, empresas há mais de seis meses sem receber os seus créditos da COHAPAR.

Agora eu pergunto - o que existe? E cá para nós não consigo entender algumas coisas - quando Rafael Greca era Deputado e quando Rafael Greca era Ministro de Estado, hoje Governador Roberto Requião era Senador da República.

A imprensa nacional tem noticiado as críticas severas e contundentes que o então Senador, Roberto Requião fez em relação ao Ministro Rafael Greca de Macedo. E não quero usar nesta tribuna as palavras que o próprio ex-Senador, hoje Governador, usou em relação ao então Ministro Rafael Greca. Falou do Ministro Rafael Greca quando Ministro de Estado e fez as suas considerações também ao Ministro Rafael Greca quando era candidato a Prefeito em Curitiba. E todos se lembram muito bem o que o Roberto Requião disse aí então candidato a Prefeito de Curitiba, Rafael Greca.

O que aconteceu na sequência? Rafael Greca, de repente no PMDB, Rafael Greca candidato a Deputado Estadual, não se elege, Rafael Greca é convidado pelo seu desafeto, Roberto Requião, para ser Presidente da COHAPAR, Companhia de Habitação no Estado do Paraná! Pois bem, aí vem uma pergunta e uma dúvida que alguém poderia me esclarecer e não só para mim, mas para toda a sociedade do Paraná: se o Greca não prestava como candidato a Prefeito, e era um Prefeito incompetente, para quem está no Governo hoje, se Rafael Greca era incompetente como Ministro, para quem está no Poder hoje, aqui no estado do Paraná, de repente ele o convida para assumir uma Secretaria no seu Governo e a dúvida aqui é a seguinte: o Governo não quer repassar recursos do Tesouro do Estado para a COHAPAR para fritar definitivamente o Rafael Greca? Rafael Greca entrou no PMDB e eu não posso falar de outros partidos, tenho que cuidar da minha Casa do meu partido, agora ele é preferido pelo Governador do Estado do Paraná e é trocado por outros candidatos? Mas isso é problema do

PMDB, não é nosso! Mas temos que dizer, sim, o que o Greca fez e está fazendo na COHAPAR? Rafael Greca, a quem eu respeito como pessoa, sabe do respeito que tenho por sua pessoa, agora, por favor, ou o senhor põe a casa em ordem, a COHAPAR, ou pega o chapéu e vai para casa! Ou chame a atenção do seu Governo, porque não é possível que a COHAPAR continue devendo para as empresas no estado do Paraná!

O que a COHAPAR fez, Deputado Rossoni? Veio para o Paraná a mãe do PAC, a Ministra Dilma, veio a Miss PAC, a Suzana, que hoje parece que trabalha na COHAPAR, vieram para Curitiba, anunciaram a construção de 800 casas em Guaraituba, se não me falha a memória, 800 casas que não saíram do papel ainda! Mas sabem quantos vieram para o Paraná, para a COHAPAR, quando temos engenheiros sobrando em Curitiba, no nosso estado? Segundo informações, e gostaria de ser desmentido, que alguém me provasse o contrário, vieram dois ou três engenheiros de Brasília ou de outros estados para o Paraná e estão hospedados hoje em hotel, como turistas particulares, andando de cima para baixo! A Miss PAC, que estaria hoje na COHAPAR, está de férias, está na Europa ou Estados Unidos! O Diretor Financeiro da COHAPAR está de férias no exterior! E os empresários do Paraná, que tem a ver com a COHAPAR, o que fazer com eles? Será que temos que enfrentar o problema ou fugir do problema?

Mas a COHAPAR não pára por aí não, 260 funcionários da casa, sempre teve, precisa, mas sabem quantos funcionários terceirizados? Mais de 400 funcionários terceirizados segundo as denúncias que chegaram até o nosso gabinete.

O que aconteceu com as companhias de habitação, no Brasil inteiro, Srs. Deputados?

A COHAPAR diz que foi, recebeu um prêmio lá no nordeste, do estado, na cidade de Maceió. Para buscar esse prêmio, me parece que 12 pessoas da COHAPAR foram lá, em Maceió buscar um prêmio que a COHAPAR teria recebido.

Enquanto as pessoas viajam, belas e formosas, os nossos empresários e os paranaenses continuam a esperar a receber os seus créditos. O que acontece daí? O que nós Deputados devemos fazer? Trazer para cá, levantar as denúncias. Eu não sei se o Governador Roberto Requião sabe disso. Eu não sei, acredito que sim, que o Líder do Governo deve saber disso, porque ele era Presidente da COHAPAR. Segundo informações, as dívidas da COHAPAR são de milhões e milhões de reais. Imaginem, Srs. Deputados, mais de 50 projetos assinados e que não saem do papel, por causa de recursos da COHAPAR. Coisa que, ao menos enquanto Deputado eu não me lembro de ter acontecido, nem no Governo Jaime Lerner, como eu já disse, mais de 60 mil casas construídas. Também não me lembro se no tempo do Romanelli, quando era Presidente da COHAPAR, se alguma obra foi paralisada por falta de recursos. Também não me lembro. Mas atualmente sim, os empresários do Paraná - e não podemos

divulgá-los até por medo de sofrerem represálias - mas o Governo do Estado tem que injetar o dinheiro sim. A habitação, casa própria é coisa que não se brinca, Srs. Deputados, é sério. O que o Greca está fazendo?

Eu disse antes, será que o Requião, para não fazer o que o Hugo Chávez fez com o seu irmão: "Vá para a casa", ou será que ele não está repassando os recursos para ele pegar o seu chapéu e ir para casa? Será que ele não é bem vindo dentro do ninho do PMDB? O que está acontecendo?

Espero que a Assembléia e que a sociedade do Paraná possa ter uma resposta para todas essas indagações e tantas outras mais que já recebemos.

Concedo aparte para o Deputado Ademar Traiano, depois ao Deputado Rossoni e ao Deputado Douglas.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Não consigo compreender muitas vezes a atitude de determinados políticos. V. Exa., com muita propriedade, colocou aí da tribuna o comportamento do Governador Roberto Requião em relação ao atual Secretário da Habitação, Rafael Greca, quando Ministro em Brasília do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Quem não lembra dos discursos vibrantes do Senador Roberto Requião criticando o atual Secretário de Habitação, lá no Senado Federal? Aliás, lembro-me de uma frase que o Governador Roberto Requião dizia lá do Senado Federal: "Que o problema do atual Secretário à época então Ministro, era uma questão da nau." A nau que estava afundando. Construída a nau dos 500 anos. Construída pelo então Ministro e que acabou sendo uma verdadeira vergonha a nível nacional. E que na sequência acabou saindo do Ministério em função de não suportar, na verdade, toda a pressão exercida sobre ele, em função das suas ações no Ministério, na época.

Portanto, a incompetência do nosso atual Secretário Rafael Greca é pública. Na verdade, é de conhecimento nacional. Não consigo compreender o porquê deste amor, hoje, entre o Governador Roberto Requião e o Secretário Rafael Greca. Aliás, acho que temos alguém muito bem entendido na área de habitação, neste estado, que é o Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, que poderia dizer, com muita propriedade, se a Secretaria de Habitação está, realmente, falida. As informações que temos é de que em mais de 100 municípios do Paraná está acontecendo este problema, onde a COHAPAR não paga seus fornecedores. Portanto, é altamente comprometedor, e quero crer que isto macula a imagem do Governador Roberto Requião e ele tem que tomar uma providência imediata.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS) (Aparte)

Ouvia atentamente seu pronunciamento e problemas na COHAPAR. Promessas de construção de novas moradias, desorganização, pelo que V. Exa. traz nesta tarde. Só quero lembrar um caso específico de uma cidade da minha região. A cidade chama-se Goioerê. Nos

dois mandatos do Governador Roberto Requião sabe quantas casas ele construiu lá? E aí todos os Secretários que passaram, inclusive o Deputado Luiz Claudio Romanelli? Nenhuma casa popular! E aí, vemos dificuldades, cargos e mais cargos no Governo, especialmente na COHAPAR.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

O que estranho, pelo que estou sentindo, V. Exa. está praticamente afirmando que a COHAPAR está falida, não tem recursos para salvar seus compromissos. E eu não vejo ninguém levantar a voz, aqui, para explicar. Não vejo a contundência.

Faço um apelo ao Deputado Luiz Claudio Romanelli, não por ser Líder do Governo, mas por ser profundo entendedor desta área. Acho que poderíamos aprofundar esta questão. Não tenho dúvidas, conhecendo o Rafael, se ele estiver me ouvindo ele está torcendo para que o convidemos a vir a esta Casa contar como é que está a situação da COHAPAR. Eu proponho a V. Exa. vamos fazer um convite ao Secretário, porque aqui é a casa do povo, aqui é o lugar do debate. Trazer o Secretário aqui para ele contar esta real situação da COHAPAR, se é verdadeiro o que corre nos corredores e bastidores sobre a situação da COHAPAR.

Cumprimento V. Exa. por este assunto que traz neste momento.

O Sr. Reni Pereira (PSB) (Aparte)

Discordo do Deputado Valdir Rossoni quando ele fala que a COHAPAR estaria falida. Mas acredito que esta Casa tem este dever e já está na situação de concordatária, que é o último passo antes da falência. Acho que o atual Líder do Governo, ex-Presidente da COHAPAR, pode prestar estes esclarecimentos, porque depois de quebrar a COHAPAR não adianta mais tentarmos elucidar. Mas, acredito que a atual fase, pelas notícias que temos da COHAPAR, é que já está na fase de concordata. Ainda não está falida.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Entendo que o assunto que V. Exa. traz à tribuna mexe comigo, até com minhas emoções, na medida em que por duas gestões pude dirigir a Companhia de Habitação do Paraná. E entendo que durante este período eu pude, de fato, fazer um trabalho que felizmente foi reconhecido pela opinião pública e pelo conjunto dos agentes políticos e sociais que compõem o nosso estado. Ao mesmo tempo quero dizer a V. Exa. que a administração do ex-Prefeito Greca segue os programas que deixamos, tanto no aspecto do Programa Casa da Família - aí a parceria com o Governo Federal, através da Caixa Econômica, do Ministério das Cidades - quanto também em relação aos programas de regularização fundiária, seja da Vila Zumbi dos Palmares ou especialmente do Novo Guarituba, que é um grande projeto desenvolvido lá com

o Prefeito Gabão, como foi a Vila Zumbi dos Palmares, que iniciei junto com a Prefeita Beti Pavim e no caso do Novo Guarituba temos que fazer um registro aqui da responsabilidade do Deputado Edson Strapasson no início desse projeto do Novo Guarituba.

Estou colocando isso, porque a COHAPAR pode ter problemas pontuais, porque como V. Exa. sabe, é uma empresa que é dependente de recursos do Governo Federal. Não conseguimos construir ou avançar sem ter esses recursos e desde o dia 1º de janeiro, porque é uma discussão nacional travada entre a Caixa Econômica Federal e o próprio Ministério das Cidades - e aí entra também a questão da chefia da Casa Civil - porque há uma parte que quer colocar os recursos no Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social, o FNHIS, e outra que quer continuar a modalidade de contratação via Caixa Econômica Federal. Então, as novas contratações não estão ocorrendo neste período por conta de uma certa indefinição, especialmente nesses últimos quatro meses, por parte do agente financiador, que é o Governo Federal.

Em relação às questões que V. Exa. coloca, quero dizer que V. Exa. pode requerer as informações que deseja e certamente o ex-Prefeito Rafael Greca prestará todas as informações. Entendo que, V. Exa. faz uma crítica genérica, com problemas pontuais e é claro que existem problemas pontuais. Existiu na minha administração e existe na gestão de qualquer pessoa, mas todas elas são absolutamente possíveis de serem respondidas pelo atual Presidente, o ex-Deputado Rafael Greca. Então, entendo que se V. Exa. tem questões pontuais, deve relacioná-las e certamente vamos encaminhar ao Rafael Greca, que é uma pessoa do convívio de todos nós e que certamente prestará os esclarecimentos, e não tenho dúvidas que os esclarecimentos são sempre a favor do interesse público. Mas, entendo que V. Exa. faz uma crítica. No aspecto político V. Exa. tem muito mais intimidade com o Rafael Greca do que eu, porque foram correligionários, tiveram uma longa vida política juntos, e ao mesmo tempo tenho que reconhecer que esse entendimento havido entre V. Exas. sempre foi respeitoso, como tem sido V. Exa. dessa tribuna.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Deputado Romanelli, não estou fazendo nenhuma crítica política, mas estou levantando uma questão, uma denúncia que chegou ao nosso gabinete e que nós, através de algumas informações, checamos e algumas se confirmaram. Então, no primeiro ponto, Deputado Romanelli, eu gostaria que V. Exa., como Líder do Governo, procurasse saber do Governo Roberto Requião ou do próprio Ministro Rafael Greca se efetivamente essas dívidas com os fornecedores se confirmam. O empresário não pode ficar esperando por parte do Governo para ter o seu crédito, que é líquido e certo. Ora, o empresário no interior e na sua grande maioria são pequenos empresários, que vendem na confiança para a COHAPAR o cimento, o ferro, o tijolo, a telha, a madeira, seja qual for o material

de construção e daí, a COHAPAR não faz o seu pagamento. Isso que estamos trazendo! E a outra questão é a contratação de profissionais de fora e a outra constatação é que o Diretor-Financeiro está de férias e está no exterior. Concedo um aparte ao Deputado Dobrandino.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB) (Aparte)

Obrigado, Deputado Elio Rusch!

Deputado, concordo com V. Exa., com a sua preocupação e a Oposição é para isso mesmo. Sempre disse que é importante no regime democrático a Oposição corrigir muitas vezes as distorções dentro do Governo. A COHAPAR não está em regime de concordata, não é verdade.

Fui convidado para, na semana que vem, ir ao município de Missal, entregar um conjunto aos moradores. A COHAPAR está entregando quase que semanalmente. Admito que a COHAPAR está em dificuldades. Mas é outra situação. Não está no ritmo que gostaríamos que tivesse, porque a demanda é muito grande. Mas a COHAPAR está trabalhando.

O Governo acaba de liberar recursos para a COHAPAR. Por trás da COHAPAR, afirmo isso com toda segurança, tem o Governador Roberto Requião. Que é um Governo sério e que jamais vai deixar quebrar a COHAPAR.

Suas críticas são salutares, mas a COHAPAR está trabalhando e construindo. E, com essa ajuda que o Governo repassa agora, com certeza, ela toma um ritmo acelerado.

Não estou defendendo o Rafael Greca, sou amigo dele.

Muito obrigado!

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Na esperança que o Governador possa socorrer urgentemente, não só a COHAPAR, mas os empresários do estado do Paraná, que estão há seis meses sem receber os créditos que têm, referentes ao material que venderam para os conjuntos habitacionais.

Espero que o Governo do Estado repasse, urgentemente, os recursos necessário, para que se possa iniciar os 56 conjuntos já assinados com a Caixa Econômica e que possamos ver solucionado os problemas de habitação do estado do Paraná.

Este é o nosso desejo! Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo orador inscrito, ainda no Grande Expediente, o Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero aqui, de uma vez por todas, estancar essa tentativa de criar um fato político em cima de algo que não ocorreu.

Dizer que, nesse grupo de amigos que se reúne já há algum tempo, não tem nenhum grupo político, são só amigos. Pessoas que imaginam o futuro do Paraná e querem participar da política do futuro. E dizer que o que saiu em algumas notas políticas não ocorreu.

O Deputado Alexandre Curi pode ter sido mais veemente numa convicção, e tinha uma cadelinha lá fora na mansão dos Almeidas, pode ser que ela só escutou a parte do Deputado Alexandre Curi, já que ele era o de menor estatura.

Saí antes de terminar a reunião, ficou lá o Deputado Stephanes Júnior, que é conhecido por apagar o incêndio com gasolina. De repente, tenha sido ele que defendeu a candidatura do Maurício Requião para o Tribunal de Contas. Porque eu, enquanto estava lá, não ouvi falar em eleição do Tribunal de Contas.

Também gostaria de dizer ao Líder do PDT, que não se faz presente aqui, o Deputado Luiz Carlos Martins, que em todas as reuniões participou o Deputado Barbosa Neto, que é a voz do PDT do Paraná no Congresso. Em nenhum momento lá se comentou em vice. Agora, o que ocorre: é natural que num grupo de políticos, principalmente de amigos que estão visualizando uma participação de uma maneira mais intensa nas decisões que serão tomadas em relação à política do Paraná, principalmente no processo de 2010. É natural que se façam algumas simulações. Lá existiam três pré-candidatos a Prefeito da cidade de Curitiba. O que mostra que não têm nenhum compromisso partidário e muito menos uma teoria da conspiração.

Analisa-se, por exemplo, ontem recebi a ligação do Deputado Marcelo Almeida dizendo que na próxima vez ele vai trancar a cadelinha no canil para ela não escutar a conversa. E já dizendo também que o Deputado Alexandre Curi continua nesse grupo de amigos, mas para que não parem dúvidas sobre a sua participação, ele pediu para voltar a participar das nossas reuniões só depois das eleições municipais, dado ao seu vínculo com o Governador Roberto Requião.

Então, dizer que essas preocupações, inclusive o Deputado Osmar Bertoldi colocou lá com muita propriedade que o seu partido decidiu ter a pré-candidatura e eventualmente até lançar a candidatura dele. E que isso não era uma afronta à candidatura do Beto Richa que também é amigo dele. Faz parte do processo. Agora, o fato político que criaram em cima de uma situação que efetivamente não ocorreu, é que nos preocupa. Mas, não é isso que vai afastar esse grupo de amigos de se reunirem. Temos pessoas de diversos partidos, o Deputado Marcelo Rangel, que não esteve na última reunião, é um dos que sempre tem defendido a cidade de Ponta Grossa, o Deputado Douglas. E o critério não é idade, e sim pessoas que estão fazendo uma política diferente, tem Deputados de diversos partidos.

Com aparte o Deputado Stephanes Júnior, o nosso defensor da candidatura no grupo de amigos. Em nenhum momento se intitulou grupo de 1 milhão e meio. Nunca se falou essa palavra nos nossos encontros.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Muito obrigado.

Na verdade é bom esclarecer esse assunto. É um grupo de jovens, idealistas, que querem o bem do Paraná e que se reúnem não só agora. O Ney Leprevost, o Osmar Bertoldi, o Alexandre e hoje esse grupo se expandiu em nível de Paraná, como o Reni, a Rosane, o Marcelo, o Douglas e outros, onde defendemos idéias. É um grupo afinado em termos de ideal, de amizade e independente de partido quer o bem comum do estado. Por isso se reúne. Estão deturpando o que falamos na reunião.

A Sra. Rosane Ferreira (PV) (Aparte)

Me permita fazer um esclarecimento, Deputado Reni. Conheci o Deputado Marcelo Almeida no final do ano passado. Discutimos em uma conversa assuntos de meu interesse e do Deputado, como a questão do lixo em Curitiba e região metropolitana, onde discutimos a questão da mobilidade urbana, o transporte coletivo e fiquei muito impressionada com a visão que tem o Deputado Marcelo Almeida.

Na seqüência discutimos a minha trajetória política e as minhas intenções com relação ao município de Araucária. E tive, por parte do Deputado Marcelo Almeida, um incentivador das minhas idéias. E foi aí que ele me convidou para fazer parte desse grupo. Estivemos por três vezes com o grupo e nunca, em momento algum, ouvi a frase, Deputado, “grupo de 1 milhão e meio de votos”, segundo o jornalista, o grupo que se auto-intitula. Essa frase nunca foi falada na minha presença. Quando se reúnem vários políticos, de várias tendências partidárias, se discute de tudo um pouco. Posso garantir que todas as vezes que estive com o grupo, sempre as questões do Paraná foram discutidas de uma forma muito séria.

Espero sinceramente que a renovação da política do Paraná passe para aquele grupo. Príncipes ou não, são pessoas que estão na política, pagos pelo erário público, para buscar propostas alternativas para a história da sociedade paranaense. É uma honra estar lá, ouvir outras pessoas, trocar experiências e é um aprendizado constante do que fazer e do que também não fazer com os mandatos que nos são confiados.

Muito obrigada.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Obrigado, Deputada Rosane.

Foi bom esse episódio. Não sei se foi o nosso incendiário, ou a cadelinha que “vazou”, para que o Paraná tomasse conhecimento que existem pessoas que pensam na política de uma maneira diferente. Essas pessoas não vão se acovardar e continuarão se reunindo, respeitando as suas siglas, porque devemos primeiro, dada à fidelidade partidária, o compromisso com o nosso partido. Mas isso não afasta de nós a possibilidade e o dever de pensar no futuro, nas várias hipóteses que podem ocorrer em relação ao Paraná. Não existe e nunca existiu a teoria da conspiração, porque o grupo não pensa na questão, unicamente, de Curitiba, Ponta

Grossa, Araucária, Foz do Iguaçu, Campo Mourão e assim por diante. Pensamos no Paraná do futuro, de 2010, de 2014. Podem ter certeza, se não todos esses 10 desse grupo de amigos, estarão lá no futuro, em 2010, em 2014, alguns deles estarão defendendo as idéias e ideais de todos, mesmo aqueles que ficarem no processo eleitoral. Sabemos que nunca nos intitulamos o grupo de 1 milhão e meio. Temos a humildade de saber que somos passageiros nos cargos que ocupamos hoje. Ao contrário de alguns que temem pelo surgimento de novas lideranças, não nos sentimos donos dos mandatos e muito menos donos da política do Paraná.

Horário das Lideranças:**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Passa-se ao Horário das Lideranças: Bloco PPS/PMN.

Concedo a palavra ao Deputado Douglas Fabrício, por 10 minutos.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO**

Sra. Presidente, Srs. Deputados.

Falar sobre um projeto que está na pauta do dia de hoje, em 2ª discussão, e que havíamos conversado na CCJ, que trata do aumento do funcionalismo público, se não me falha a memória, do item 07 da pauta desta tarde. Aí está um projeto de iniciativa do Governo, dando 5% de aumento para o funcionalismo público. Na CCJ discutimos a constitucionalidade. Houve o voto a favor do PPS, projeto constitucional. O Governo que tomou a iniciativa para dar o aumento. Nós, Deputados, não podemos ter a iniciativa de dar o aumento para o funcionalismo público. Como agora o projeto veio para esta Casa, por iniciativa do Governador, podemos colocar emendas para que esse projeto seja melhorado. Quando houve a votação da iniciativa privada, que o Governo colocou 15% de aumento, também um projeto de iniciativa do Governo, e que nós juntos na Oposição, vários Deputados, propusemos algumas emendas, a Bancada do Governo derrubou todas as emendas que nós propusemos. É assim que funciona aqui. Como o Governo tem mais votos aqui nesta Casa, tem mais Deputados que apóiam o Governo, temos uma grande dificuldade de aprovar as emendas dos nossos projetos. Esta é uma realidade, nós respeitamos, é da democracia. Agora, não podemos deixar de passar uma oportunidade destas.

Então, nós temos uma emenda, e esta emenda não é só do Deputado Douglas Fabrício, assinaram vários Deputados e está aberta a mais Deputados para assinarem ainda. Já assinaram - Deputado Marcelo Rangel, Valdir Rossoni, Mauro Moraes, Durval Amaral, Antonio Belinati, Elio Rusch, Edson Praczyk, Rosane Ferreira, Reni Pereira, Duílio Genari, Edgar Bueno, Luiz Carlos Martins, enfim, vários Deputados assinaram junto.

Então, não é só o número de Deputados que é grande aqui nesta emenda, não. Aqui, nós estávamos fazendo a conta, tem oito partidos representados nesta emenda, oito partidos.

Aí tem uma coisa - o que é esta emenda, então, Deputado Douglas? A emenda é propondo 19% de aumento para os policiais militares e 19% para os professores. O Governo está propondo só 5. Então, tem duas coisas que vão ser comentadas aqui, Deputado Marcelo Rangel e Deputado Valdir Rossoni - o que vão dizer? Vão dizer que é demagógico. É demagógico apresentar um projeto desta natureza.

Pergunto: o que é mais demagógico? Apresentar um projeto desta natureza ou, fazer a iniciativa privada pagar 15% e o funcionalismo público só 5% de aumento? E ainda mais - demagógico discursar que o Governo está indo bem, que está aumentando a arrecadação.

Então, o que é mais demagógico? Eu acho engraçado. Tem horas que escutamos cada discurso aqui e usam esses termos sempre para pegar e jogar a opinião da população contra os Deputados da Oposição. Só que quero deixar bem claro aqui que mais demagógico, na minha opinião, é quem vai inaugurar obras e na hora de votar aqui o projeto vota contra o povo. Isto que eu acho que é demagogia. Respeito a opinião de todos os Deputados, respeito o voto de cada um, mas tenho que deixar bem claro no meu momento de falar aqui que nós estamos aqui para defender a população, para defender aqueles que elegem quem estão aqui.

Então, vamos pegar os números - eu conversava dia destes com policiais militares e aí peguei uma cópia da folha de pagamento do policial militar. Um xerox aqui, um resumo, aí coloca aqui - o soldo do policial militar, deste especificamente, este que eu peguei, que é um policial militar, Soldado já com certo tempo de experiência dentro da corporação, tem mais de cinco anos, e o soldo dele é R\$ 304,25. O soldo, para ficar claro, para entendermos é o salário, é o nome do salário dele é soldo. Para todas as demais pessoas é salário, rendimento, mas aqui para o policial militar o nome é soldo.

Deputado Marcelo Rangel e Deputado Durval Amaral, V. Exas. que são pessoas muito respeitadas também dentro desta Casa, R\$ 304,25. Aí tem algumas gratificações que a cada quinquênio, no caso a Emenda é 19, eles têm a cada cinco anos R\$ 15,21. Depois tem uma diferença de salário-mínimo nacional com equiparação, vai mais R\$ 75,75. Aí tem gratificação por função militar, cursos, enfim, R\$ 30 e pouquinho. Risco de vida, o policial militar, R\$ 101,41. Aqui já se questiona o negócio do 101, porque é um percentual sobre o salário. E aí dá-se a entender que um Coronel, a vida de um Coronel vale mais que a vida de um Soldado. E temos que pensar que vida é vida de ser humano. Então, todos são iguais perante a lei - isto está na própria Constituição Federal.

Enfim, para resumir, o total bruto do salário de um Soldado é R\$ 1.744,06.

Ele vai ter um aumento agora de 5%, pegando o exemplo do policial, porque a Segurança na minha região, no Paraná, é um gravíssimo problema.

Veio aqui o Secretário, conversou com os Deputados, não resolveu o problema, nós questionamos, questionamos, mas você tem dois minutos para falar com o Secretário. É um Deus nos acuda! Então, temos que utilizar este momento, porque aqui é 10 minutos pelo menos para poder falar, deixar a população saber o que acontece nesta Casa em relação ao problema.

Voltando ao salário, o salário líquido deste policial militar, R\$ 1.530,41. Então vamos fazer uma conta: ele vai pagar 548 para a empregada doméstica, já sobrou só R\$ 1.000. Estou falando do policial militar, estou falando de uma pessoa que cuida da Segurança, da vida dos outros. Hoje aconteceu um assalto aqui em Curitiba, várias movimentações da Polícia Militar, que fez um bom trabalho para prender os assaltantes, assalto a carro forte, vi isso pela imprensa. Destes R\$ 1.530, ele paga 500 e poucos e fica com menos de 1.000 para poder colocar seu filho para estudar, pagar aluguel, poder dar roupa e condições de a família sobreviver.

Agora é a hora que vamos discutir o aumento de salário. Espero que consigamos aprovar essa emenda. Tem diversos Deputados que estão subscrevendo junto conosco, mas sei que vai ser difícil. Vai chegar a hora da discussão, vão dizer que esta emenda é demagógica, e não sei o quê, mas mais demagógico é dar um aumento maior para a iniciativa privada, pagar, e na hora de dar o exemplo, na sua casa, aí não, aí o aumento é menor.

Com o aparte Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Só para parabenizar V. Exa. pelo belíssimo pronunciamento. O senhor está repleto de razão e realmente temos uma grande batalha pela frente e estamos preparados. A Oposição está preparada, Deputado Romanelli, sim senhor, para se Deus quiser conseguir a aprovação dessas emendas aqui no Plenário da Assembléia Legislativa.

Queria dizer o seguinte: na verdade não estão concedendo aumento aos servidores públicos, isso é reajuste, segundo o IPCA, de 5%. Aumento seria pelo IGPM, aumento seria como a nossa emenda de 19% para os professores, para os servidores públicos. Isso sim é um reajuste justo para os servidores do estado do Paraná.

Obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado, Deputado Marcelo Rangel.

Estamos discutindo, Deputado Rossoni, a postura desta Casa quando se fala em votar projeto que vai beneficiar a população. Se imaginarmos que todos os Deputados podem aprovar este projeto, não tem problema. Se vem aqui o Secretário de Finanças do Governo do Estado, da Fazenda, e fala que está tudo bem, as contas estão todas bem, se falam que a economia do Paraná está melhorando, está gerando empregos, está conseguindo

arrecadar mais, por que na hora de pagar o valor ao funcionalismo só quer dar 5%? Por que não reduz os cargos comissionados no Governo, que tem mais de 3 mil? Com isso poderia ter mais dinheiro para pagar quem fez concurso, quem realmente está defendendo a população e quem merece realmente aumento. Porque quem tem um cargo, um mandato, como o nosso caso, é temporário e quem é cargo de confiança também é temporário. Por isso a valorização de quem está lá defendendo a população e prestou concurso público!

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, Bloco PR/PTB. Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PR/PTB: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A figura do “ex”. É terrível ser “ex” não é? Ex-Prefeito, ex-Deputado, ex-Secretário, ex-Presidente desta Casa, ex-Vereador. O “ex” é aquele que quase ninguém respeita.

Mas é bom sempre lembrar, Deputado Stephanes Júnior, popular lobinho nosso, V. Exa. que já é “ex” também, ex-Secretário do Governo Lerner. Estava aqui acompanhando os argumentos e o “cacete” que levou aqui o ex-Deputado Rafael Greca. O Deputado Greca acabou de levar um bombardeio aqui.

Primeiro, Deputado Waldyr Pugliesi, vi pessoas aqui que parece que estão vibrando pelo fato de que o Greca perdeu o cargo de Ministro. Chato isso, o nosso paranaense que vê isso, tem que ouvir aqui, a senhora que está em casa assistindo pela televisão, gente vibrando, destilando ódio porque o Greca perdeu o cargo de Ministro lá atrás. Parece que soltaram foguetes porque o Greca perdeu o cargo quando era Ministro, porque a nau não andou. Daí o Greca é um pobre coitado.

Não tenho aqui nenhum tipo de procuração para defender o Presidente da COHAPAR, até já tivemos algumas divergências. Mas, como é triste ver alguém paranaense judiando de um paranaense. “Puxa, que bom que ele caiu, que bom que a nau não andou.” Ruim isso. Muito ruim isso.

Lembrei também que o Rafael Greca foi Secretário da Comunicação, vejo falar tanto em comunicação hoje. Ele foi Secretário da Comunicação do Lerner. Se não me falha a memória, Sr. Presidente, ele andou liberando muitos recursos para muitas rádios por aí. Muitas rádios e rádios de gente importante. Gente que o critica hoje, passava lá: “Manda tanto para a minha rádio.” Daí o Greca não era ruim, era jóia!

Daí o Greca foi Chefe da Casa Civil, se não me falha a memória. Chefe da Casa Civil é o 1º Ministro, é aquele cara que manda prender e soltar. Eu me lembro que

o Greca prendia todo mundo, principalmente, os Deputados. Tinha fila de Deputados lá e o Greca com aquele chapuzinho de palha, andando pelo Paraná, liberando as coisas. Esta aí ninguém se lembrou de elogiar o Greca também. Daí se esqueceram que o Greca foi Secretário.

Alguém lembra agora que o Greca levou uma bordoadada do Requião. Mas, alguém conhece alguém que o Requião não tenha dado uma patada? Alguém conhece? Eu não conheço. Todo mundo já levou alguma bordoadada do Requião, por bem ou mal é o estilo Requião de bater em todo mundo. Bate até nele de vez em quando.

Estava pensando aqui, esta semana saiu uma notícia na Gazeta do Povo, ontem, 1ª página, ninguém deu um pio aqui nesta Casa. Tivemos um fato terrível esta semana, 1ª página dos jornais, a Assembléia se calou.

Ninguém abriu a boca, senhores. Dinheiro público, segundo aqui, roubado, desviado.

Imagina se eu, Jocelito, fizesse isso como Prefeito de Ponta Grossa. Meu Deus do céu, eu estava preso! Iam me prender aqui no plenário, algemado!

Agora, ontem estava nos jornais e nem um pio nesta Casa. Ninguém piou. Está em todos os jornais. Aqui a moda é se pautar pela imprensa. Ninguém abriu a boca. Ninguém. Por quê? Não cabe também falar. Esse tema não interessa falar aqui.

O tema que interessa, hoje, é discutir o aumento dos servidores. Muito bom. Agora, se tivéssemos prestado atenção lá atrás, o que se dá de aumento ao servidor, hoje, é 5%. Pouco, muito pouco, 5%. Agora, se tivesse cuidado do BANESTADO, lá atrás, e não tivéssemos que pagar 65 milhões por mês, sabe quanto poderia dar de aumentos para os servidores, hoje? Vinte por cento é o que alguns estão propondo, hoje, aí. Se não tivessem roubado o BANESTADO, como roubaram. O BANESTADO foi assaltado, foi roubado!

Isto é coisa do passado. Vamos para o presente. O passado morreu. Hoje vamos discutir o aumento dos servidores. Só pode dar 5%. Só 5%. Porque 5% representam 26 milhões a mais no orçamento do estado. Mensal. Mas, não dá para dar. É duro tirar estes 26 milhões. Mas, se o BANESTADO não tivesse sido roubado, dava para dar 20% de aumento, agora. Mas, deixa pra lá. Este é assunto defasado.

Nenhum pio aqui na Assembléia, ontem. Senhores, a Assembléia se calou! Ninguém abriu a boca! Os jornais pautaram e ninguém seguiu a pauta ontem, antes de ontem. Nada, nada, nada, nada! Nem um pio se deu sobre notícias, nesta semana, no jornais. Por quê? Não interessa para ninguém, 1 milhão e meio que foi para uma campanha política lá de 1998. Uma porcaria, não é nada! A Assembléia se calou! Ficou quieta. Se calou! Porque é que se calou? Mas, hoje, “pau” no Greca! Porque, coitado do Greca, perdeu a eleição. Babaram quando ele saiu do Ministério: “Que bom, saiu aquele cara do Ministério”. Bom, para paranaenses, espetacular! Perder um Ministro? Legal! Mas, quando o Greca era Secretário, tinha gente que o criticava e que batia lá: “Sr. Greca,

mande um dinheirinho para mim”, “Sr. Greca, manda um dinheirinho lá para o meu pessoal”, “Sr. Greca, tira o Delegado de lá e põe outro Delegado, põe o meu!” Aí o Greca era boa gente.

Não tenho procuração do Greca, mas como sofre um ex. Não deveria existir este negócio de ex. Ex é uma porcaria, que ninguém respeita! Ex é uma porcaria! Coitado do Greca. Dava dinheiro e era bom este Greca. Como ele era bom. “Fulano, libera lá, nosso amigo”, “Libera sicrano”, “Casa Civil: fulano, manda soltar o cara lá, o Deputado pediu”. E assim vai.

Greca merece. Parabéns Greca. Ex é uma porcaria, Greca. Eu já fui ex e quem já foi ex sabe o que é. É ruim ser ex. Agora, a Assembléia se calou. A Assembléia, esta semana, se calou. Imagina se o Requião desvia 1 milhão para a campanha dele, de um lugar destes aí, e põe na campanha. O que aconteceria com o Requião? Alguém iria chamar ele de desviador de recursos. Ele iria brigar, xingar todo mundo, iria ser uma confusão.

Mas, tudo passa. Só quero deixar este registro, Sr. Presidente, e defender o Greca, porque foi nosso colega, aqui, um batalhador, sofredor, tem seus defeitos. Quem é que não tem defeitos? Agora, ele liderava um dinheirinho bom lá, quando era Secretário. Liberava um dinheirinho, pegava o telefone: “Libera o cara para o Delegado aí”.

Fica minha homenagem ao ex. Ex não manda nada, mas nós que estamos presentes, podemos defender os ex. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário da Liderança do PP, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente, Deputado Nelson Justus, Deputado Ribas Carli, Deputado Pedro Ivo, Deputado Augustinho Zucchi, Deputado Durval Amaral, Deputadas e Deputados.

Sr. Presidente, o Presidente Lula, em uma medida inteligente, naturalmente preocupado com a aceleração da inflação, ele que é um Presidente popular, creio que para evitar a aceleração da taxa inflacionária eliminou alguns impostos visando evitar a alta da gasolina e a alta do álcool. Mas o Presidente acabou determinando, através da PETROBRAS ou através do Ministério competente, um aumento no preço do óleo diesel. Infelizmente a manchete que está estampada hoje nos principais veículos do país é que começou a onda de assalto à economia do povo brasileiro.

De maneira irresponsável, de maneira criminosa alguns empresários desse setor do petróleo estão aumentando o preço do óleo diesel em 15%, quando o aumento autorizado pelo Governo foi inferior a 9%. Bom, tem gente dizendo assim: “Mas não uso óleo diesel”. Todos

nós dependemos, sim do fator óleo diesel, porque a economia do país, a nossa safra, os produtos que adquirimos têm o frete, têm o transporte. E não tenho dúvidas que com essa alta do preço do óleo diesel, vai subir o preço do remédio, vai subir mais ainda o preço da comida, da roupa, do sapato, do brinquedo, de tudo. Já temos aí alguns Prefeitos assanhados, para aumentar a tarifa do transporte coletivo, porque neste ano tem eleição e eles estão preocupados primeiro em agradar o dono da empresa de transporte coletivo e quem político sabe o porquê.

Então, vem aí um grande “ferro”, uma alta ainda maior do custo de vida. E agora pergunto, Presidente Nelson Justus, V. Exa. que é um homem inteligente, onde está o PROCON, onde estão os órgãos fiscalizadores do Governo? Se o Governo autorizou aumentar o óleo diesel em menos de 9% e está escancarado na imprensa que de maneira irresponsável aumentaram em 15% esse produto tão essencial, tão importante para a vida do brasileiro, onde estão os órgãos fiscalizadores? Estão dormindo? Estão de férias?

Coitado do povo brasileiro! É lamentável, mas podem ter certeza que enquanto continuar a negligência, o comodismo, a irresponsabilidade dos órgãos fiscalizadores, quem vai pagar é o povo brasileiro e sobretudo a classe trabalhadora, o aposentado, o servidor público, aquele que vive de salário-mínimo ou aquele que depende de um salário.

Portanto, Sr. Presidente, a nossa crítica a esses maus brasileiros que fazem de tudo para engordar o seu lucro, ainda que isso represente desestabilizar a economia do povo brasileiro.

Por último, gostaria de saber se tem alguém aqui que queira ganhar R\$ 53 milhões em apenas três meses? Esse lucro é do trimestre da rede de Supermercado Pão de Açúcar, do Sr. Abílio Diniz. Se ele teve mais de R\$ 53 milhões de lucro é porque está explorando o povo. Está vendendo caro o arroz, o feijão, o óleo, o vinagre, o sal, o açúcar. Claro que está vendendo caro, senão não daria tanto lucro assim, minha gente!

Quanto que esse homem está engordando? Será que esse homem, quando morrer, terá uma frota de carros-fortes para transportar todo o dinheiro que ele ganhou explorando o povo, vendendo caro a comida para o nosso povo? A comida que muitos brasileiros vêm na prateleira do mercado e que não dá o dinheiro para comprar, porque está caro.

Quantas vezes aquele produto vai para o lixo, porque passa o prazo de validade. Não somos contra o lucro. O povo, de um modo geral, luta para melhorar a vida, mas tudo tem um limite. Em se tratando do estômago do nosso povo, da alimentação do nosso povo vai a nossa crítica ao Sr. Abílio Diniz. Não nos interessa se ele está na lista dos homens mais ricos do mundo. Gostaria de ver ele e todos os demais empresários da área de alimentação, na lista dos mais humanitários. Mas para isso, eles têm que ter respeito com a pobreza, com a miséria e com

a dificuldade do nosso povo. E não ficar remarcando a mercadoria da prateleira do seu supermercado, sacrificando o nosso povo.

Portanto, Sr. Abílio Diniz, ganhar R\$ 53 milhões em apenas 90 dias, é muito dinheiro para um país de gente pobre e sofrida.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PT, com a palavra o Deputado Professor Luizão.

Liderança do PT: Deputado Professor Luizão

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes do meu pronunciamento quero justificar a ausência da Deputada Luciana Rafagnin, pois está numa visita técnica com o Governador Roberto Requião na cidade de Francisco Beltrão, cidade que ela representa.

Quero fazer um comentário sobre a Audiência Pública que tivemos hoje pela manhã, no plenarinho desta Casa, onde essa proposição de minha autoria, essa Audiência Pública onde tratamos de segurança bancária. Estiveram presentes nessa Audiência Pública, além do Deputado Tadeu Veneri, o Deputado Reni Pereira; também o Superintendente da Polícia Federal do Paraná, Delegado Delci, o Delegado-Chefe do COPE, Miguel Stadler; o Rubens que é da Delegacia de Araucária, foi Delegado durante quatro anos da Delegacia de Furtos e Roubos; Luiz Carlos de Oliveira, Chefe da Delegacia de Furtos e Roubos de Curitiba; Carlos Cordeiro, Secretário Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro; a Presidente do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região Metropolitana, Marisa; Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e Região Metropolitana, João Soares; o Major da Polícia Militar Major Arildo, Jéferson Furlan, Presidente do Sindicato das Empresas Prestadoras de Segurança Bancária; Presidente da União dos Conselhos de Seguranças, Sergio Skiba.

Enfim, tivemos uma Audiência bastante representativa e o assunto que preocupa no momento, é o grande índice de assaltos a bancos e assaltos a clientes de bancos nas saídas e nos postos avançados. Inclusive, durante a realização da Audiência houve um assalto a um carro-forte no posto avançado do HSBC - ali em frente ao Hospital Pequeno Príncipe - aonde houve um tiroteio hoje pela manhã. Um bandido tombou morto e houve também um segurança que foi baleado e está em estado grave. Lamentavelmente, durante a Audiência tivemos a notícia dessa tentativa de assalto.

Os vários assuntos tratados nessa Audiência foram levantados e a crítica maior é em relação aos bancos que tem obtido vultosos lucros nos últimos anos, e não têm se preocupado com a segurança dos seus clientes. Os bancos

têm se preocupado muito mais com o seu patrimônio, com possíveis roubos de valores, mas não estão preocupados com a segurança dos clientes. A reclamação é grande, muitos bancos não tomam providências em relação à segurança dos seus clientes.

Hoje, por sinal, a página da economia da Gazeta do Povo, traz um dado que o Banco Itaú fechou no primeiro trimestre deste ano, um lucro de 2,043 bilhões em relação ao seu patrimônio líquido. São mais de dois bilhões de lucro. O Banco BRADESCO também: 2,102 bilhões. A quantia de recursos que estão sendo arrecadados por esses bancos, no mínimo têm que cuidar da segurança dos seus clientes. Mas, o que temos visto é que eles gastam o mínimo possível com a segurança e ainda os clientes que vão lá para pagar as suas continhas, estão empurrando para as casas lotéricas, postos avançados. Querem se livrar de clientes que tem pouco poder aquisitivo.

Então, dos problemas levantados nessa Audiência, devo destacar alguns, apontando quais seriam os responsáveis para tomar as providências. No caso: o Governo Federal, deve incluir a segurança bancária em sua política nacional de Segurança Pública; o Congresso Nacional, modernizar a legislação que trata de segurança bancária, da obrigação dos bancos em relação aos seus clientes; o Governo Estadual, deve investir principalmente no policiamento preventivo para evitar os roubos a bancos, para evitar que ocorra esse tipo de crime ao redor dos bancos; a Polícia Militar, realizar ações integradas de inteligência para enfrentar esses ataques aos clientes; e a Polícia Federal, tem por obrigação fiscalizar o plano de segurança dos bancos. A reclamação de quem cuida da segurança dos bancos, do Sindicato dos Bancários é de que, a Polícia Federal muito raramente fiscaliza os bancos, os planos de segurança, para ver se eles estão cumprindo a legislação, que garante a proteção da vida dos bancários, dos vigilantes e, principalmente, dos clientes. Os bancos devem organizar a segurança nos postos avançados, onde muitas vezes são mais vulneráveis, por exemplo, como aconteceu hoje no posto avançado do HSBC, em Curitiba.

As Assembléias Legislativas proporem medidas de segurança. Temos projeto de lei tramitando nesta Casa, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que prevê a porta giratória também nas casas lotéricas e agências dos correios, para que possam ter mais segurança e evitar que os bandidos possam entrar armados e oferecer perigo, aos clientes e aos funcionários desses postos avançados.

Os bancos devem contratar vigilância em número compatível com o volume de circulação de pessoas. Acompanhamos várias agências bancárias, que têm um grande volume de clientes e muitas vezes contam com apenas um segurança no banco, que fica orientando fila e cuidando da portaria, não dando segurança necessária. Exigir dos bancos para que eles tomem providências, em relação à segurança, para que os clientes possam entrar com mais tranquilidade e fazer as suas operações

bancárias. Os bancos também devem garantir treinamento para esses vigilantes, assim como treinamento psicológico, devido à tensão a qualquer momento podem ser surpreendidos por um assaltante. Isso dá a oportunidade de uso de armas não letais para esses vigilantes. Cumprir a portaria da Polícia Federal, que obriga o uso de coletes à prova de balas, para os vigilantes. Os bancos devem efetuar maior investimento em tecnologia de vigilância. Eles têm muitas vezes um sistema muito aprimorado, para detectar qual é o seu cliente, que tem maior potencial para estar oferecendo um cartão bancário, um cartão de crédito, mas muitas vezes eles não aperfeiçoam esse sistema de vigilância, para prever possíveis ataques aos seus clientes. Sabemos que muitas vezes dentro de uma agência bancária, tem um assaltante que fica dentro pesquisando qual é o cliente, que vai fazer um grande saque e dali, pelo celular, ele informa quem está do lado de fora para efetuar o assalto. O banco muito bem pode estar monitorando essas atitudes e prever esse tipo de ataque, comunicando a Polícia Militar, que pode também prevenir e evitar que aconteça esse tipo de coisa.

Surgiu nessa Audiência Pública a sugestão, que o Sindicato dos Bancários devem levar adiante, que os bancos que não tomam as providências mínimas para dar segurança aos seus clientes, o sindicato fará essa divulgação, colocando faixas, distribuindo panfletos, dizendo que tal agência bancária não oferece segurança aos seus clientes, já foi assaltada, foram assaltados tantos clientes, morreu uma pessoa e o banco não tomou as devidas providências. Para ver se mexendo com a imagem do banco, ele possa tomar as providências.

Sras. e Srs. Deputados, é lamentável que os bancos que têm lucros - um dos maiores lucros desse país é dos bancos. O Deputado Antônio Belinati acabou de falar dos grandes supermercados, das grandes redes, mas sabemos que os bancos têm tido muitos, graças a grande influência que eles têm no Congresso Nacional, o liberalismo e as regras que eles conseguiram manter na legislação do nosso país, que permite que eles pratiquem juros abusivos. O juro estabelecido pelo Governo é de menos 12%, muitos bancos, infelizmente, cobram isso de seus clientes por mês. Os seus lucros, em média, no primeiro trimestre, os grandes bancos tiveram lucro de R\$ 2 bilhões só no primeiro trimestre deste ano.

Então, é claro, que nós temos que exigir dos bancos maior segurança para seus clientes, para seus funcionários e para, inclusive, dando condições para a segurança privada que atua dentro dos bancos, poder trabalhar com mais tranquilidade.

Era isto, obrigado pela atenção, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PMDB, com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero falar a respeito um pouco da demagogia.

O Deputado Douglas Fabrício se referenciou a demagogia querendo dizer que nós do PMDB, do Governo, estávamos sendo demagogos.

Mas, Sr. Presidente, se recuarmos no tempo, lá na expressão grega, primitiva, o termo demagogo não era deprimente. Ele não tinha uma conotação pejorativa, o termo demagogia.

Parece-me, Pastor Edson, que depois com a chegada de alguns do PFL é que este termo começou a ser pejorativo, por que o que é a demagogia se não a promessa daquilo que não pode ser cumprido? Eu tenho visto muito isso em toda a minha caminhada política - políticos em todas as cidades prometem aquilo que não podem, na prática, concretizar.

É como agora - estou vendo aqui a apresentação de emendas ao projeto de lei do Governo do Estado concedendo 5% de aumento que, na prática, não tem viabilidade, mas o discurso fica fácil. O Governo manda uma proposta de reajuste de 5%. Aí alguém fala - mas por que não 10? Por que não 20 ou 30 ou 50? Por que não darmos 1.000% de aumento?

Ora, isso aí deveríamos nós, políticos, avaliando a realidade objetiva que está colocada, expurgarmos definitivamente estas coisas. O Governo tem uma folha de pagamento de R\$ 529 milhões, que foi agora a folha de pagamento do mês de março - com 5% nós chegaremos a um aumento de mais 26 milhões e 200 mil, então como é que vamos, isso é até inconstitucional querermos fazer o privilégio de determinadas categorias para a concessão desses reajustes salariais. Mas tem gente que não entende dessa maneira, de jeito nenhum, e aí então somos obrigados a ver este tipo de discurso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, e fui três vezes Prefeito, na última vez que fui Prefeito, de 1993 a 1996, sabem quantos aumentos eu concedi ao funcionalismo público? Quarenta e oito aumentos, todo mês tinha aumento. Por quê? Porque eu queria corrigir a inflação, como o Governo com dificuldade está tentando fazer. Então imaginem, um Prefeito que concede 48 reajustes salariais nos quatro anos de mandato! Estou falando isso para embasar a minha posição que não é de contrariedade aos aumentos que nós poderemos conceder. Agora existe a Lei de Responsabilidade Fiscal, estão aí os homens, as mulheres competentes do Tribunal de Contas para fiscalizar todo mundo! Existem leis, a vontade nossa não pode ser colocada em prática se ela se bate contra as leis, se ela vai ao confronto com aquilo que a realidade financeira de um estado tem nesse momento.

Agora, o que é que podemos fazer? Podemos caminhar seguramente na direção de uma nova política, acredito até. E estava falando agora há pouco, com o

Deputado Stephanes em relação as reuniões que os jovens políticos estão fazendo, os “menudos” estão se reunindo! Estão falando muito em juventude, Deputado Elio Rusch, eu gostaria de propor ao grupo dos menudos que eles colocassem, por exemplo, como patrono deles o jovem Fernando Collor de Mello. Apareceu e era o jovem, era a novidade, era aquilo que estava aparecendo e deu no que deu!

Então muitas vezes, Sr. Presidente, aqueles que estão começando a caminhada política precisam, como o Deputado Jocelito falou, ter um pouco de respeito àqueles que já fizeram a sua caminhada. Não concordo com o Deputado, quando ele diz que o ex não é nada, é sim! V. Exa., Presidente, foi Secretário de Transportes, eu o substitui, eu sou um ex-Secretário dos Transportes que comande uma grande obra, que foi a restauração das estradas nesse Paraná. Então, vamos acumulando, ao longo das nossas vidas, muitas coisas positivas que pudemos fazer para nossas populações.

Agora, nunca fui demagogo, nunca fiz promessa antes de eleição, como muitos fazem, que não possa ser cumprida depois no exercício do mandato. Aliás gostaria de chamar a atenção dos “menudos”, que uma das soluções que poderíamos encontrar, por exemplo, é na fiscalização desses caras que são sonegadores de impostos no Brasil. Outro dia, um Deputado aqui falou que os brasileiros, todos os brasileiros pagam impostos. Não é verdade, não é verdade, tem muita gente que não paga nada! Tem muita gente que deveria pagar bastante e não paga nada, não são alcançados pelo braço da lei. Então veja bem, o Deputado Luizão fala aqui do lucro dos bancos.

Olha, eu era menino, Deputado Rossoni, e falava desses anticristãos lucros dos bancos. Eles estão aí até agora sob o Governo do companheiro Lula, no qual eu votei todas as vezes e apoio, porque ele transforma a realidade neste país. Tem muita gente que acendeu na direção da cidadania por causa do Governo Lula, mas os bancos estão aí de maneira pornográfica, exibindo monstruosos lucros que fazem com que as pessoas nesse país fiquem coradas. Se houvesse uma lei fazendo com que eles pudessem pagar mais impostos sobre o lucro, eu acredito que nós poderíamos ter neste país uma nova realidade.

Era para eu ter falado ontem a respeito dessas questões que ainda envolvem o BANESTADO. Estava eu e o Vice-Governador Orlando Pessuti numa oportunidade inaugurando um trecho asfaltado que entregávamos a população no Vale do Ivaí.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Deputado Pugliesi, eu lhe concedo o monopólio do horário da Liderança do Governo para que V. Exa. possa terminar o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. tem mais 11 minutos.

Passa a usar o horário da Liderança do Governo

O SR. WALDYR PUGLIESI

Estamos quebrando um monopólio nesta Casa, Sr. Presidente. Quero agradecer a Liderança do Governo, mas dizer o seguinte Deputado Romanelli, talvez não haja necessidade de fazer o uso de todo o tempo que é concedido à Liderança de V. Exa.

Mas, estava dizendo que enquanto Secretário dos Transportes num determinado dia, a gente se dirigiu ao Vale do Ivaí para entregarmos uma obra dentro da Secretaria dos Transportes.

Lembro-me que falei naquela oportunidade, que estávamos entregando uma obra que tinha consumido R\$ 11 milhões é que naquele mês, nós do Governo do Estado tínhamos efetuado o pagamento de R\$ 55 milhões que era uma dívida mensal com relação aquilo que tinha acontecido ao BANESTADO. Todo mundo sabe que houve um enquadramento dentro do BANESTADO. Eles comeram o fígado do banco. Comeram por dentro. Uma verdadeira quadilha foi montada dentro do BANESTADO.

Lembro-me que o Governador Lerner, dirigiu o expediente ao Banco Central, - quando ele assumiu o Governo naquela época sucedendo ao Governador Requião - dizendo, que as condições do BANESTADO eram boas e com pequenos ajustes o banco continuaria sendo um instrumento de fomento do desenvolvimento paranaense.

Pois bem, esta comunicação do Governador Lerner logo que ele assumiu, depois teve que ser modificada ao longo do tempo, levando, por exemplo, a esta situação de realidade hoje que nós estamos pagando todos os meses R\$ 65 milhões pelo empréstimo que o Governo do Estado fez junto ao Banco Central para resolver os problemas do banco e, em seguida, praticamente, foi doado ao Itaú, que neste trimestre como foi dito aqui ainda hoje tem um lucro de bilhões de reais.

Então essas coisas aconteceram e elas não podem voltar a acontecer. Quero dizer aos jovens políticos que eles podem, se baseando naquilo que muitos fizeram, caminhar com muita segurança na direção. É o que espero de todos eles. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário destinado à Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Procurarei ser breve, Sr. Presidente. Sou admirador do Deputado Waldyr Pugliesi mas, quero discordar do pronunciamento do Waldyr Pugliesi. Vejo a reunião, que parece que esta reunião vai transformar o mundo, vejo

com naturalidade. Vejo pessoas procurando um caminho para mostrar soluções ao Paraná. Nós, talvez, cabeças-brancas aqui do outro lado, até não fomos conduzidos ou convidados, eu teria a honra de participar, porque vejo neste grupo que se reuniu pessoas de todos os partidos, pessoas que têm respeito e responsabilidade.

O que interpreto por “menudos”? Um grupo de jovens, e aí jovens políticos que estão discutindo, a noite, nas horas de folga, um caminho para que no futuro eles possam contribuir ainda mais no que estão contribuindo, hoje, para o estado do Paraná.

Vejo parceiros meus, da Oposição, do Bloco Independente, que participam desta reunião e eles têm dado um exemplo de seriedade, de atitudes dignas, de respeito. Sou uma pessoa que às vezes eles me compreendem, até porque sou radical. E estes jovens “menudos” que participam desta reunião, que fazem parte do Bloco Independente, do Bloco de Oposição, sempre têm colaborado com o meu trabalho.

Eu iria para casa, hoje, triste, se eu não falasse o que senti no pronunciamento do Deputado Waldyr Pugliesi. Quero, aqui, dizer a estes Parlamentares, a estes políticos que estão se reunindo que vocês estão certos: discutir, trabalhar. Porque é um trabalho. Vocês poderiam estar assistindo a novela das 8h, das 8h30, ou assistindo futebol. Não! Estavam discutindo o Paraná. Ora! Que coisa boa, isto. Eu, quando mais jovem, não tive esta oportunidade. Talvez esteja aprendendo, agora, que isto é salutar.

Quero encerrar meu pronunciamento, manifestando meu apoio para este grupo, que tem, na grande maioria que participou desta reunião, que tem colaborado e muito em fazer Oposição neste estado. Meus parabéns! Continuem, não deixem que este grupo pare de trabalhar. Somem, chamem, certamente V. Exas. vão contribuir e muito, ainda para a construção deste estado. Era isto o que eu queria falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se, de imediato, à

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 108/08, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, uma atenção especial ao grave problema da viatura de uso da Polícia Militar, no município de Corumbataí do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 109/08, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, uma atenção especial ao fornecimento de cursos de operador de máquinas para costura industrial, no município de Corumbataí do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 110/08, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Educação, reparos na Escola Estadual Fazenda Velha, no município de Araucária. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 134/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 206/08, que cria os cargos de provimento em comissão que especifica, na estrutura do quadro de servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná, alterando o Anexo II da Lei nº 14807, de 20/07/05, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER DA CCJ.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 134/08

P A R E C E R :

O presente projeto, de autoria do Poder Judiciário, tem como escopo de criar 190 cargos de Assessor de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C, na estrutura do quadro de servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Pois bem, em seu trâmite regimental, este projeto foi aprovado na CCJ, atestando assim sua legalidade e constitucionalidade. Como bem se sabe cabe a esta Comissão se manifestar sobre a proposta visto pelo ângulo das finanças do estado, embasando-se principalmente na Lei de Responsabilidade Fiscal.

No caso concreto que se analisa, pode ser verificado que foi informado o impacto econômico-financeiro total da propositura. Ademais, informou-se que os valores serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, noticiando ainda em que rubrica serão contabilizados os gastos. Cumpre dizer também que o custo anual com a propositura não comprometerá o limite de gastos com pessoal e encargos sociais do Poder Judiciário, situação destacada na justificativa do projeto. Pois bem, temos que todas as exigências legais foram plenamente atingidas, sendo que, do ponto de vista econômico financeiro nada há que possa obstar o regular trâmite do projeto nesta Casa de Leis.

Frente a esta explanação, o parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 06/05/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 134/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

Pretende o Deputado Tadeu Veneri, modificar os artigos 1º e 3º do Projeto de Lei nº 134/08 de autoria do Poder Judiciário, para que os cargos criados por força da referida lei sejam providos por concurso público.

Fundamentação

É inequívoca a competência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná ao propor o Projeto de Lei de nº 134/08 - conforme parecer já aprovado por unanimidade por esta Comissão de Constituição e Justiça em 30/04/08. De conformidade com parecer anexo ao projeto.

O projeto seguiu sua tramitação normal, recebendo parecer favorável na Comissão de Finanças, de lavra do eminente Relator Deputado Reni Pereira.

Em plenário, em 1ª votação, quando se votou a constitucionalidade, houve a aprovação igualmente unânime dos Srs. Deputados.

Quando da 2ª votação o projeto analisado, recebeu emendas modificativa do ilustre Deputado Tadeu Veneri propondo que os cargos criados fossem modificados para cargos de provimento efetivo e providos por concurso público.

Entende esse Relator que o cargo em comissão é criado no quadro da Administração Pública por lei, com estipêndio correspondente e com atribuições certas e específicas a serem exercidas por pessoas de confiança da autoridade nomeante, podendo ser alguém estranho aos quadros do poder público. São cargos que não geram estabilidade, efetivamente e por isso mesmo demissível “*ad nutum*”. Sua existência na Administração Pública está respaldado pela Emenda Constitucional nº 019/98.

O Tribunal de Justiça preencheu em seu projeto de lei todos os requisitos formais, inclusive de serem os cargos de assessoramento de Juízes de Direito, com caráter de transitoriedade.

Apresentou o Tribunal de Justiça todos os elementos necessários, inclusive impacto financeiro e demonstração de limites orçamentários de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Da Emenda Modificativa

A emenda modificativa em apreciação carece de elementos básicos para ser acatada por essa relatoria, pelas razões elencadas.

Da Oportunidade e Interesse Público

Caso prospere a emenda proposta estaremos criando uma carreira de assessor de juiz, com todas as garantias do concurso público e desviando o objetivo do Tribunal de Justiça que é o caráter de transitoriedade ao assessoramento do Juiz de entrância final da justiça de primeiro grau, podendo ser substituído quando da remoção do magistrado ou quando não merecedor de sua confiança, evitando as tão conhecidas disponibilidades existentes no serviço público, o que ocasionaria novas necessidades e novos concursos.

Da Constitucionalidade

Entende este Relator que o cargo em comissão e o cargo efetivo (nomeado por concurso) são tratados por regimes de natureza institucional diferentes, o que altera o seu regime jurídico funcional.

Não apresentou o autor da emenda modificativa nenhum elemento para dar guarida à mudança proposta de regime público, nem de ordem legal, nem de amparo financeiro, eis que, nomeados por concurso público seguramente acarretaria diferentes encargos financeiros, aos quais não se demonstrou nada que permita qualquer análise.

Cabe ainda, a atenção aos artigos 125 parágrafo primeiro - artigo 101, inciso I letra b - observando que dispõe os artigos 39 parágrafo 4º - artigo 150, II - 153, III e 153 parágrafo 2º, I e o artigo 96, II - b, todos da Constituição Federal já relacionados no parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao projeto original.

Conclusão

Por todas as razões elencadas, tanto de natureza constitucional, quanto da oportunidade e economicidade, somos de parecer contrário a referida emenda para que o projeto original possa fluir normalmente atendendo a necessidade do judiciário e da agilidade da prestação jurisdicional que, em derradeiro é o desejo da população paranaense.

Sala das Comissões, em 06/05/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

Apoiamento:

Edgar Bueno, Duílio Genari, Reni Pereira, Nereu Moura, Valdir Rossoni, Artagão Júnior, Luiz Claudio Romanelli e Douglas Fabrício.

Voto Contrário:

Tadeu Veneri.

Está em votação o projeto, ressalvada as emendas.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero discutir a emenda na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. Primeiro, vamos colocar em votação o projeto e depois as emendas.

Está em votação o projeto. **Aprovado.**

Está em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**

Está em votação a emenda de plenário de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que recebeu parecer contrário da CCJ.

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Sr. Presidente!

Na realidade, solicitei para discutir a Emenda de Plenário porque hoje estamos discutindo o mérito, uma vez que a constitucionalidade nós todos aprovamos. No mérito do projeto em si vou aqui dizer a mesma coisa que falei na CCJ, que absolutamente ninguém em sã consciência pode ser contra a contratação e melhoria do Judiciário. Todos nós sabemos que o Judiciário do Paraná tem uma defasagem com relação ao Judiciário de outros estados, como Santa Catarina ou Rio Grande do Sul, mas o que questiono não é a contratação dos 190 novos funcionários para o Tribunal de Justiça, mas sim a forma de contratação, porque entendo que embora haja uma série de argumentos para que devamos aprovar a contratação como uma deferência que o próprio Juiz faz ao escolher quem vai trabalhar com ele, por entender que é um cargo de confiança do Juiz, tenho alguns argumentos com os quais me deparo e acho que não poderia ser dessa forma e por isso apresentei a emenda, que como o Presidente já falou aqui não foi acatada na CCJ.

Entendo que essa forma de preenchimento do cargo deveria ser obrigatoriamente por concurso público. E por que falo por concurso público? Porque me parece que o concurso público, na república, é a forma mais abrangente e universal de provermos os cargos dentro do estado, dentro do espaço público. É claro que há argumentos que dizem que não poderíamos fazê-lo por entenderem que é difícil prover um auxiliar de Juiz com um cargo de R\$ 1.525. Bem, o projeto diz que basta que a pessoa que vai assumir esse cargo seja bacharel em Direito, não diz que tipo de exame será feito para que ela possa assumir, mas basta que o Juiz o indique, ou seja, o Juiz escolhe quem ele bem entender e coloca. Parece-me absolutamente discricionário, porque primeiro não possibilitamos a todos que possam concorrer e segundo, nós não profissionalizamos o Judiciário.

O Judiciário tem hoje 2 milhões, 632 mil processos parados e esse é o argumento principal para que autorizemos esses 190 cargos. Daqui a seis meses, daqui um ano talvez não estejam lá esses 190 funcionários - porque são cerca de 139 que serão contratados agora e

51 vão ficar aguardando quando houver a instalação das novas Varas - mas desses que vão assumir agora, possivelmente muitos adquirirão experiência e sairão rapidamente e nós vamos continuar com o problema que temos hoje, que é o problema de termos 2 milhões, 632 mil processos e não termos um acompanhamento mais célere dessa situação.

Uma segunda questão, acho que hoje já há compreensão inclusive no STF que todos os cargos, pelo menos a maioria deles, devam ser providos via concurso público. Entendo que aqui temos visões diferenciadas.

Primeiro que a emenda não é inconstitucional.

Segundo que hoje, quando discutimos o mérito do projeto, todos fomos unânimes em dizer que somos favoráveis que tenhamos funcionários em número suficiente na Justiça.

Até porque, em 2005, esta Casa autorizou a contratação de 175 novos funcionários. De lá para cá sabemos que há um acúmulo de funções, principalmente os Juizes no interior do estado.

E esses cargos se destinam a Curitiba e região metropolitana e cinco outras regiões.

A minha pergunta é: com esses 190 cargos, da forma como estamos acolhendo, se vamos conseguir resolver o problema? Acho que não!

E acho mais, talvez daqui a um ano, dois ou três esta Casa novamente se depare com esse mesmo problema ou até mais grave. Que são alguns funcionários que, depois de trabalharem quatro, cinco, seis anos, possam entender, não estou dizendo que devam, que têm direito de buscar sentença alegando que já ficaram por três ou cinco anos servindo determinado Juiz.

O melhor que esta Casa poderia fazer é votar favorável a emenda, contrário aquilo que determinou a CCJ, para que tenhamos concurso público e esses cargos sejam incorporados ao Judiciário. E por último, para não haver dúvida nenhuma, em nenhum momento ninguém aqui desta Casa é contrário à melhoria do Judiciário.

Muito obrigado!

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Votei já, na CCJ, pela constitucionalidade, até pela compreensão que tenho da necessidade, urgente, de podermos ajudar o Poder Judiciário, no sentido de desfogar o número excessivo de processos acumulados no Poder Judiciário.

Em muito esta Casa poderá contribuir com o Poder Judiciário aprovando a criação desses cargos, para podermos dar a sustentabilidade tão cobrada pela sociedade, pela morosidade de julgamento ou de encaminhamento dos processos judiciais. Até pela minha formação, por ser advogado, conheço bem essa área.

Gostaria de fazer o meu encaminhamento, o Deputado Tadeu Veneri, que eu respeito muito, estudioso, combativo. Ele procura sempre, fazer o estudo minucioso das suas sustentações aqui nesta Casa.

Deputado Tadeu Veneri, quero discordar de V. Exa., talvez a sua postura não seja a postura que o seu partido vem tendo em nível nacional.

Se o PT nacional seguisse à risca aquilo que V. Exa. defende nesta Casa, com relação à contratação temporária, criação de cargos em comissão, com certeza não estaríamos também presenciando em nível nacional uma enxovalhada de cargos em comissão criados pelo PT, para acomodar determinadas situações, queira ou não queira até de ordem política nesse país. Tão combatidas pela imprensa nacional. Isso é público e notório. É realmente um fato concreto. E não há como discordar disso. O PT Nacional criou milhares de cargos em comissão em nível nacional. Trouxe para Brasília muitos dos seus companheiros políticos, que perderam eleições nos seus estados, amigos seus que historicamente estiveram com o PT. Agora, nobre Deputado Tadeu Veneri, V. Exa. se contrapõe a essa solicitação do Poder Judiciário. Até posso entender o seu discurso. E quero crer que na esteira daquilo que estabelece a lei, quem sabe seria realmente oportuno promovermos um concurso público. Mas, o momento talvez não dê essa possibilidade do Poder Judiciário promover esse concurso público, pela emergência, da necessidade dos cargos para desafogar os trabalhos do Poder Judiciário.

Então, nessa linha de raciocínio quero defender aqui a criação dos cargos, por entender que é realmente necessária e quero contrapor para concluir o meu pronunciamento porque quero crer que a linha do PT deve ser realmente uma única linha. Quando se defende determinados princípios, espero que o partido ideologicamente defenda intransigentemente, e não saia fora daquilo que sempre foi, na verdade, a grande bandeira desse partido. Infelizmente, o PT não vem cumprindo isso em nível nacional. Por isso, com o devido respeito a V. Exa., a quem considero um grande Parlamentar, não posso concordar com a sustentação da sua tese. Até porque o exemplo vem de cima. Espero que o PT em nível nacional possa realmente dar esse exemplo a todos os brasileiros e aí sim, estaríamos acompanhando quem sabe determinações da legislação maior oriunda de um elenco de medidas, quem sabe apresentadas no Congresso Nacional universalizando o direito do cidadão através de concursos públicos. Mas, quem deve dar esse exemplo é o PT Nacional.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Prezado Deputado Tadeu Veneri que é autor da emenda e que vou encaminhar em nome do Deputado Caíto Quintana quem fez o relatório que acabei apresentando na CCJ contrário à emenda.

Quero dizer que julgo absolutamente inoportuno, Deputado Ademar Traiano, as considerações que V. Exa.

fez em relação ao Governo do Presidente Lula e do Partido dos Trabalhadores. Entendo que uma coisa é V. Exa. fazer uma crítica em relação ao Governo. Tenho profundas divergências do que V. Exa. falou porque o Governo do Presidente Lula é um Governo transformador e renova a Administração Pública. Eram as mesmas figurinhas carimbadas de sempre até o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, era o Brasil de 500 anos atrás. Quando o Presidente ousa colocar na Administração Pública pessoas que rompem com *status quo* geram um incômodo profundo. Outra coisa é o Deputado Tadeu Veneri apresentar, por conta do histórico que ele tem, vinculado sindical, uma emenda, que entendo pode ser discutida e é por isso que estou aqui hoje, justamente encaminhando o relatório.

O relatório que foi feito, nesses cargos de livre provimento, em comissão, por que o Tribunal de Justiça quer criar esses cargos? Quer criar porque entende que a entrância final do 1º grau, está de fato absolutamente sobrecarregada. Temos que reconhecer que o processo de seleção dos Juízes de Direito não é simples, é cada vez mais complexo. Muitas vezes ficamos com vagas abertas e não conseguimos preencher essas vagas, pelas exigências do concurso público.

Quando estive na Assembléia Legislativa o Corregedor Geral do Tribunal de Justiça, o Desembargador Lustosa, que é o autor intelectual, ou seja, é dele essa proposta - confesso que me encantei com a proposta, porque ela é inovadora. O Tribunal de Justiça pretende criar os cargos de livre provimento, para que pessoas, bacharéis de Direito, que são em tese vocacionados, aqueles serão selecionados, escolhidos pelo Juiz de Direito daquela Vara, daquela comarca de entrância final, poderão ser escolhidas pessoas que queiram seguir a carreira da magistratura. Hoje, por força de uma emenda constitucional, a obrigatoriedade para alguém poder ser Juiz de Direito, tem que ter pelo menos três anos de experiência na área jurídica, seja como advogado, assessor jurídico, alguma função jurídica. A idéia é de que essas pessoas poderão, no futuro, estar prestando concurso público, para serem Juízes de Direito. Essas pessoas serão selecionadas pelo Juiz, mas sobre o crivo, a análise e a avaliação do Tribunal de Justiça. Os cargos não devem ser preenchidos por concurso público, porque são cargos de assessoramento ao Juiz de Direito, que tem esse caráter de transitoriedade. O Tribunal de Justiça atendeu a todos os pressupostos legais. Como é um cargo de caráter transitório, quando Juiz deixar aquela comarca, outro Juiz assume e nomeia-se outra pessoa, que deverá ser de confiança daquele Juiz. Sabemos que o Juiz pode ter a convivência íntima ao prolatar uma sentença, ele tem que ter muita confiança naquilo que está fazendo. Alguém que estará trabalhando como ele, tem que saber exatamente com quem ele pode contar. Ou seja, as pesquisas que ele terá que fazer, para fundamentar aquilo que está fazendo.

Por isso, a emenda que foi rejeitada pela CCJ, pela questão da constitucionalidade, é justamente no sentido

de que o regime jurídico, que estamos tratando, do cargo em comissão e do cargo efetivo, que era a proposta do Deputado Tadeu Veneri - são tratados por regime de natureza institucional diferentes, o que altera o regime jurídico funcional. Por isso é que é inconstitucional a emenda do Deputado Tadeu Veneri.

Nesse sentimento que apresento esse relatório que foi feito pelo Deputado Caíto Quintana, que encaminhamos pela manutenção do parecer da CCJ, que foi aprovado por esta, portanto, pela rejeição da emenda do nobre Deputado Tadeu Veneri.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, o Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (Partido Democratas) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, ouvindo atentamente os pronunciamentos, me deparo com uma realidade - a mensagem do Poder Judiciário fixa, sim, critérios para nomeação e para provimento desses cargos comissionados. Ela faz menção muito expressa a critérios de competência a serem efetivamente apurados e faz menção à resolução do Conselho Nacional de Justiça, Resolução nº 07, que fixa alguns critérios, inclusive algumas proibições, entre essas proibições a nomeação de parentes até 3º grau, a proibição expressa de qualquer nomeação que possa caracterizar o nepotismo.

Então, está colocado e o Poder Judiciário, o Presidente do Tribunal de Justiça, enfim, o Tribunal de Justiça teve a preocupação de fixar critérios, teve a preocupação de vedar expressamente a nomeação de qualquer parente até o 3º grau, por parte dos Juízes e também por parte dos próprios Desembargadores, que não poderão ter seus parentes nomeados, mesmo naquela comarca de entrância final mais distante da cidade de Curitiba.

Então, só para deixar claro, só para deixar evidenciado que critérios estão colocados, e critérios muito rígidos fixados pela Resolução nº 07 do Conselho Nacional de Justiça.

Era só este o esclarecimento que gostaria de fazer.

O SR. ELTON WELTER (PT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, também conversei com o Desembargador e vou a sua argumentação e a mensagem é muito clara, que diz que existem 2 milhões 632 mil processos judiciais e o pedido do Tribunal de Justiça é para dar celeridade, para desembaraçar esses processos.

Então, acho que este Poder tem como dar esta credibilidade aos Juízes de instância final para dar celeridade aos processos judiciais. Todo mundo reclama da morosidade da Justiça. Acreditamos que criar um cargo para um Juiz de entrância final é justo, é diferente a nossa posição, foi uma posição isolada do Deputado Tadeu, respeito sua opinião, mas quero dizer ao Tadeu e também aquilo que foi a fala do Traiano, que o Governo Lula tem feito concursos e mais concursos e a exemplo disto são as

universidades brasileiras, no Banco do Brasil, na Caixa Econômica e tantos outros lugares. Concursos públicos mais efetivos na máquina da república. Cargos comissionados sempre vão existir. Aliás, na Polícia Federal dobrou o efetivo, no CGU também se aumentou o número de Auditores Fiscais por concurso público. Tenho orgulho de representar este Governo, sabendo que realmente primamos pela qualidade do serviço público, pelo concurso público.

Agora, os magistrados paranaenses, na nossa concepção, merecem esse aval deste Poder para que, de fato, eles consigam dar mais celeridade na definição desses mais de 2 milhões de processos que estão lá travando, muita gente esperando a decisão final desses Juízes.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, estava acompanhando os pronunciamentos sobre a questão dos cargos e me chamou a atenção o pronunciamento do Deputado Traiano, acho que muito rico na questão política, e me chamou a atenção aqui o encaminhamento feito pelo Presidente do Tribunal de Justiça, em que fala que mais de 2 milhões e 632 mil processos judiciais estão para serem apreciados. Como é bom um Juiz ter o assessoramento de um bacharel e vou defender aqui a idéia dos cargos em comissão, porque Ponta Grossa é uma cidade que hoje tem orgulho de ter várias faculdades ligadas ao Direito e que geralmente esses Juízes vão buscar lá nas universidades os melhores alunos para ajudá-los a formatar os seus pareceres. Então, defendendo a idéia que é correta da contratação desses bacharéis isso valoriza também os estudantes. Primeiro, porque foi muito feliz o nosso Presidente da Comissão de Justiça, nosso futuro conselheiro, Durval Amaral colocando que não pode colocar parentes, mas isso não nega o direito do eminente Juiz de convocar alguém competente, como nós fazemos aqui na Assembléia, todos os Deputados têm cargos em comissão e nós podemos buscar pessoas boas que nos assessoram como também têm pessoas boas da Casa.

Quero colocar o meu voto favorável a este projeto, entendendo que ele vai beneficiar os bacharéis recém-formados nas cidades, principalmente na nossa região de Ponta Grossa. E vai deixar o Judiciário com mais liberdade, com mais rapidez para julgar os processos, inclusive contra nós, para que possa, com a apreciação desses eminentes jovens formados buscar a fundo o que diz a lei para que possam julgar com muita seriedade, inclusive nós políticos que às vezes cometemos nossos erros.

Por isso, Sr. Presidente, meu voto é favorável e quero dizer que o Deputado Traiano está certo, o PT, sempre pregou concurso público, mas como sempre pregou o velho Aníbal Khury: "Atrás do balcãozinho é outra coisa, na frente é uma coisa, atrás é outra." O PT era o salvador da pátria, depois que chegou ao Governo o PT criou o maior número de cargos em comissão no país e não podemos nos esquecer que o PT cobra um dinheirinho dos seus membros para ajudar o partido, o que é justo.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, estou pedindo pela ordem, Sr. Presidente, porque não está em discussão se o PT tem ou não tem cargos, o que está em discussão é se nós vamos ou não autorizar os cargos.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

A verdade sempre dói, a minha mãe e meu avô já diziam isso. Então esse negócio de cargos em comissão, eu sou a favor e o PT nos ensinou isso, quando voltar a ser Prefeito em Ponta Grossa vou ter muitos cargos em comissão, seguindo o PT.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nós já tivemos, Srs. Deputados, apenas o Deputado Tadeu Veneri encaminhou a favor da emenda, encaminharam contrários a emenda, o Deputado Romanelli, Deputado Traiano, Deputado Durval, Deputado Elton e o Deputado Jocelito. Com a palavra o Deputado Péricles, a favor da emenda.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho que tem um problema neste debate. Quando o Deputado Traiano expõe o seu ponto de vista, ele não acrescenta nada a não se tentar desqualificar a opinião do adversário, isso é muito ruim porque o que está em jogo não é a opinião do Deputado Tadeu é o conteúdo de uma proposta. E tenta desqualificar de uma forma completamente equivocada. Em primeiro lugar estamos discutindo cargo de assessor para Juiz. Juiz não é eleito pelo povo por quatro anos, é aprovado em concurso público e fica todo tempo como Juiz e tem a sua ascensão de carreira. É uma coisa totalmente diferente do Poder Legislativo ou Executivo, pois as lideranças são eleitos pelo povo, têm um prazo determinado para cumprir a sua função e não é possível governar um estado segundo diretrizes partidárias, eleitas pelo povo, senão tiver uma vanguarda que daquele período de tempo determinado participa do Poder do estado para conduzir o caminho do partido eleito pelo povo. Então são coisas totalmente distintas.

Outra falácia que é usada para desqualificar argumentos do nosso partido, é que o PT inchou o estado. Ora, sabemos que o estado brasileiro foi destruído pelo neoliberalismo, é diferente. O PT, outro caminho, foi o quê? Concurso da Polícia Federal, a preservação da Amazônia, reestruturar o estado, que aumenta porque precisa. Claro nesse sentido aumenta proporcionalmente os cargos de confiança.

Fui Prefeito de Ponta Grossa, o atual Prefeito se elegeu dizendo que ia acabar com essa história de confiança e não acabou com nenhum. É um exemplo, porque é difícil governar segundo diretrizes partidárias com tempo determinado se não existir cargos de confiança, que podem ser demitidos, nomeados conforme uma diretriz que o povo escolheu, através de um partido político. É diferente do Poder Judiciário.

O que temos que discutir aqui, acho que o Deputado Romanelli foi muito bem, deu o seu argumento, o Deputado Elton é a diferença de qualidade entre assessoria de Poder Judiciário e de poder político.

O Juiz é alçado à sua função por concurso público. Ora, se o próprio Judiciário desqualifica o assessor por concurso, está desqualificando a si mesmo. Se a própria vanguarda do Judiciário é escolhida por concurso público, por que o assessor do Judiciário não pode ser por concurso público também? Esta é a questão filosófica que está por trás desse projeto e não a tentativa vã de desqualificar pessoas fugindo do argumento ou da discussão qualitativa do que está proposto, tentando desqualificar um partido ou uma pessoa.

Faço meu protesto e o meu repúdio a que tenhamos sido vítimas todos os dias aqui, desse tipo de ataque que não é verdadeiro e não acrescenta nada ao debate político importante que está se travando. Por esses motivos que elenquei, da qualidade do Poder Judiciário diferente do poder político, eleito pelo povo, é que eu voto a favor da proposta do Deputado Tadeu Veneri.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apenas sugerir as V. Exas, que V. Exa., como Líder do bloco, encaminhe favorável ou contrário.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Vou respeitar o Regimento, não vou encaminhar. Vou aproveitar o encaminhamento do Deputado Romanelli, em especial quando ele citou que esse projeto é diferente pelo caráter de transitoriedade do Juiz na comarca de entrância final.

A orientação é para que o bloco acompanhe o Relator e vote no projeto da maneira que veio do Tribunal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeito. Deputado Plauto, Deputado Elio, em nome dos Democratas?

Perfeitamente.

Está em votação apenas a emenda de Plenário, com parecer contrário da CCJ.

Por se tratar de emenda contrária, a votação será feita ao inverso. Portanto, os Deputados que rejeitam a emenda permaneçam como estão. **Rejeitada.**

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Registrar o voto do Deputado Péricles, do Deputado Tadeu Veneri e o Deputado Marcelo Rangel, favoráveis à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está registrado. Está, portanto, **aprovado o projeto, artigo por artigo, com a emenda da CCJ.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Um comunicado à Mesa. Recebi do Presidente da COHAPAR, o Deputado Rafael Greca, uma nota e gostaria de lê-la:

(Lê):

“Recursos de R\$ 6,9 milhões do orçamento da Companhia de Habitação do Paraná já autorizados pelo Governador Requião para pagamento de fornecedores de materiais de construção, serão liberados ainda no mês de maio pela Secretaria da Fazenda.

A decisão foi tomada após reunião realizada na segunda-feira (5), na Secretaria do Planejamento. O atraso foi decorrente no atraso do repasse da contrapartida.

O Presidente da Companhia de Habitação do Paraná, Rafael Greca, enfatiza que qualquer formalização de pedidos de esclarecimentos serão atendidos e respondidos com toda transparência.

Companhia de Habitação do Paraná.”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Há sobre a mesa, Requerimento nº 1062, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente, para que seja marcada Sessão Extraordinária logo após o término da presente Sessão, com a diminuição do interesse. **Aprovado.**

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 115/08, de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Nelson Justus, Luiz Claudio Romanelli e Ademar Traiano, que altera a legislação do ICMS, conforme especifica e adota outras providências (vestuário, têxtil e artefatos de couro). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER DA CCJ. SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 115/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

A presente emenda de Plenário, objetiva alterar o projeto de Lei nº 115/08, que concede crédito estimado no valor de 85% do débito referente ao pagamento do ICMS, aos estabelecimentos industriais de artigos de vestuário, têxtil, artefatos de couro, e seus acessórios, com a finalidade de incluir os produtos oriundos dos estados de Santa Catarina e São Paulo, no benefício tributário que estabelece.

Fundamentação

Quanto ao objetivo da presente emenda, deve-se observar a competência legislativa para fazer a alteração proposta.

A emenda em análise pretende alterar a legislação do ICMS, na forma que especifica. Desta forma, independente do mérito a que está atrelada no que diz respeito a competência para legislar sobre o ICMS vejamos o disposto na Constituição Federal.

Art. 155. Compete aos estados e ao distrito federal instituir impostos sobre:

(...)

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

Diante disso, denota-se que o estado possuem a competência para instituir imposto sobre o ICMS, bem como, detém a competência para promover a sua alteração.

No que tange a competência para instituir medida modificativa igualmente afere-se a legitimidade parlamentar por conta do que estabelece o Regimento Interno desta Casa de Leis em seu artigo 137. Observe-se:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas:

(...)

§ 2º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Aferida a competência do Poder Legislativo, portanto para propor a emenda modificativa sobre o tema que ora se analisa, resta-nos verificar a conformidade da presente emenda com os ditames legais.

Nesse contexto, observe-se que se faz necessária a adoção da emenda substitutiva geral, ora em anexo, a fim de melhor adequar o presente projeto, e sua respectiva emenda com a legislação que lhe é pertinente.

A inclusão de somente alguns estados no benefício tributário a que faz alusão o projeto de lei é discriminatória, fazendo-se por isso, necessária a sua retificação, e a extensão de tal isenção não somente aos produtos oriundos do Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e São Paulo, mas sim de todo e qualquer estado do Brasil, conforme propomos na emenda em anexo.

Finalmente, no que diz respeito à técnica legislativa, observe-se que não há qualquer óbice perante a Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Deste modo, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade da subemenda acima analisada, opinam-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Douglas Fabrício, Reni Pereira, Luiz Carlos Martins, Artagão Júnior, Luiz Claudio Romanelli, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Ademar Traiano.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 115/08

Atendendo ao disposto no artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei nº 115/08, a fim de melhor aprimorar sua redação e melhor adequá-lo aos parâmetros legais, passando o supracitado projeto de lei a contar portanto, com o seguinte texto:

“Art. 1º Fica concedido ao estabelecimento industrial de artigos de vestuário, têxtil, e artefatos de couro, e seus acessórios, crédito estimado em até 85% do débito do imposto nas operações com esses produtos, em substituição ao aproveitamento de quaisquer créditos fiscais decorrentes da aquisição de matérias-primas e dos demais insumos utilizados na fabricação dos seus produtos, de bens destinados a integrar o ativo imobilizado do estabelecimento, bem como dos serviços tomados.

Art. 2º O Poder Executivo indicará, em lista de Códigos NBM-SH, os produtos a serem contemplados com o regime tributário previsto no artigo precedente.

Art. 3º Ficam introduzidas alterações do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.

Art. 4º Ao estabelecimento paranaense que realizou operações anteriores a Lei nº 15352 de 22/12/06, de aquisições ou transferências de couro salgado, couro “wet blue”, couro semi-acabado oriundas de outros estados, fica garantido o aproveitamento integral do valor do ICMS destacado nos documentos fiscais (Nota Fiscal), desde que comprovado o recolhimento na origem.

Art. 5º Para fins de aproveitamento do crédito de ICMS integral previsto no artigo 4º desta lei, deverá o estabelecimento paranaense, manter documentação que comprove a efetividade da operação (aquisição ou transferência).

Art. 6º Ficam convalidados e homologados os procedimentos de aproveitamento integral do valor do ICMS destacado nos documentos fiscais adotados pelos contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, relativas às operações anteriores a Lei nº 15352 de 22/12/06, de aquisições ou transferências de couro salgado, couro “wet blue”, couro semi-acabado e couro acabado oriundas de outros estados, desde que comprovado o recolhimento na origem.”

Sala das Comissões, em 07/05/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

Vamos votar o projeto, ressalvadas as emendas.

V. Exa. vai encaminhar o projeto?

(Assentimento).

Com a palavra o Deputado Reinhold Stephanes Júnior.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; quero encaminhar este projeto, que considero muito bom e fundamen-

tal para a indústria de vestuário. Quero parabenizar o Deputado Ademar Traiano, Vice-Líder da Oposição; o Deputado Luiz Claudio Romanelli, Líder do Governo; Deputado Alexandre Curi, 1º Secretário; e Presidente Nelson Justus. Quero parabenizar porque isto mexe com mais de 100 mil empregos diretos, na hora em que você permite que eles recebam de volta o ICMS que a indústria do vestuário paga no Mato Grosso e vai receber aqui de volta. Que eles compensem em até 85% destes tributos pagos lá e que tinha a competitividade deles.

Também pela origem, porque Deputados legislando sobre tributos, isto é muito bom. Quero também parabenizar, porque une Oposição, Situação, a Casa como um todo. Quero parabenizar Cianorte, Deputado Jonas Guimarães, nosso Capitão, porque Cianorte é a cidade que mais será beneficiada, entre tantas outras. Terra Roxa, por exemplo, que é a cidade onde atuo, é a Capital do Vestuário da moda infantil. Mas, não poderia deixar de comentar da agilidade deste processo, das formalidades como foram tratadas na CCJ e dizer que contem com meu voto.

Parabéns a todos e a esta Casa, por aprovar este projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a subemenda substitutiva geral da CCJ. Em discussão. Em votação. **Aprovada.**

Redação Final

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 128/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública a Associação os Seresteiros de Maringá, “Cidade Canção”, com sede e foro no município de Maringá. **Aprovado. (Publ. no DA nº 027/08, de 02/04/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 133/08, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de utilidade pública a Associação Iguauense de artes marciais Kuk Sool Wan - HAP.KI.DO - Academia Tigre, com sede e foro no município de Iguau. **Aprovado. (Publ. no DA nº 029/08, de 07/04/08, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 077/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 131/08, que altera a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná - CODJ, nos dispositivos que especifica e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda da CCJ - **Aprovada. Projeto - Aprovado.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 123/08, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública estadual o Asilo São Vicente de Paulo, obra unida a Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede e foro no município de Telêmaco Borba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

2ª Discussão**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 809/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Atletas da Vila Autódromo I, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado**, artigo por artigo.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 019/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública o Projeto Amor a Vida e Voluntários do Brasil, com sede e foro no município de Cerro Azul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Está em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Aprovado, artigo por artigo.

Está em votação a emenda. **Aprovada**.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 170/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/08, que dispõe sobre o reajuste de 5% (cinco por cento) nos vencimentos das carreiras estatutárias civis e militares do Poder Executivo do estado do Paraná, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em número de 09 (nove), nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 170/08

Atendendo o disposto no artigo 137, do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei nº 170/08, em seu artigo 1º:

“Art. 1º Sobreponha-se o percentual de 19% aos policiais civis e militares, ao valor do reajuste dos pisos salariais.

Art. 2º Estenda-se esse reajuste aos policiais civis e militares aposentados.”

Sala das Sessões, em 06/05/08.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, EDGAR BUENO, MARCELO RANGEL, DUÍLIO GENARI, ANTONIO BELINATI, VALDIR ROSSONI, MAURO MORAES, DOUGLAS FABRÍCIO, DURVAL AMARAL, RENI PEREIRA, ROSANE FERREIRA, PASTOR EDSON PRACZYK e ELIO RUSCH

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Atendendo o disposto no artigo 137, do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei nº 170/08, em seu artigo 1º:

“Art. 1º Sobreponha-se o percentual de 19% aos professores de Educação Básica, ao valor do reajuste dos pisos salariais.

Art. 2º Estenda-se esse reajuste aos professores de Educação Básica aposentados.”

Sala das Sessões, em 06/05/08.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, RENI PEREIRA, EDGAR BUENO, DUÍLIO GENARI, MARCELO RANGEL, ANTONIO BELINATI, ELIO RUSCH, DOUGLAS FABRÍCIO, VALDIR ROSSONI, MAURO MORAES, ROSANE FERREIRA e PASTOR EDSON PRACZYK.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Modifique-se o parágrafo 2º do artigo 1º para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º. O disposto nesta lei aplica-se aos inativos e geradores de pensão das carreiras civis e militar do Poder Executivo, inclusive aos proventos decorrentes de aposentadorias de servidores alcançados pela Emenda Constitucional Federal nº 041/03, mesmo que não tenham o direito à paridade plena.”

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, MARCELO RANGEL, TADEU VENERI, RENI PEREIRA e ROSANE FERREIRA.

JUSTIFICATIVA:

É importante registrar expressamente que o reajuste alcançará todos os pensionistas e aposentados mesmo que estes não tenham o direito à paridade plena existente desde 1988 e mantida para parte dos aposentados e pensionistas pela Emenda Constitucional nº 041/03.

Se permanecer o texto que faz referência genérica à Emenda 041 pode ensejar interpretação que o mesmo atingirá apenas aqueles pensionistas e aposentados nos termos da Emenda Constitucional nº 041/03 que têm direito à paridade, ou seja, que se aposentem com base no artigo 6º da referida emenda.

Da forma proposta fica expresso que todos terão direito ao reajuste.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 04

Modifique-se o artigo 2º do artigo desta lei para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º esta lei entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir de 01/05/08.

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(aa) TADEU VENERI, MARCELO RANGEL, RENI PEREIRA, ROSANE FERREIRA e DOUGLAS FABRÍCIO.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da emenda é claro no sentido de assegurar o reajuste a todos os servidores a partir de 01/05/08.

Presume-se que, ao conceder reajuste salarial para os servidores, há possibilidade orçamentária e os gastos com pessoal estão dentro dos limites da Lei Complementar nº 101/00.

A lei que concede reajuste não pode estar condicionada a outras variantes o que pode ensejar o descumprimento da mesma, ou seja, concede um reajuste para todos os servidores que pode vir a deixar de ser concedido para alguns servidores. Isto pode ocorrer pois, de acordo com o calendário fixado, no momento em que parcela dos servidores deveriam receber o reajuste conclui-se que não há disponibilidade orçamentária ou os gastos ultrapassam os limites da LRF.

O objetivo da emenda é dar segurança, estabilidade jurídica e efetividade à lei que está sendo aprovada.

Não pode a Assembléia Legislativa conceder um reajuste que está condicionado a outras variantes que dependerão de análise do comportamento orçamentário em cada momento.

E mais, 1 de maio é a data que o salário-mínimo regional está sendo reajustado.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 05

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 170/08, de autoria do Poder Executivo, conforma Mensagem nº 015/08, tem por objetivo alterar a redação do seu artigo 1º, conforme redação a seguir:

“Art. 1º Fica concedido o índice geral de 15% (quinze por cento) na referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico, com conseqüente reflexo nos interníveis e interclasses, respeitada a amplitude salarial e a dinâmica de intercargos, a todas as carreiras estatutárias civis e militar, do Poder Executivo do Estado do Paraná, para atendimento ao disposto no inciso X, do artigo 27 da Constituição Estadual.”

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(aa) DUÍLIO GENARI, MARCELO RANGEL, LUIZ CARLOS MARTINS, OSMAR BERTOLDI, PLAUTO MIRÓ, CIDA BORGHETTI, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, DOUGLAS FABRÍCIO e RIBAS CARLI FILHO.

JUSTIFICATIVA:

Na mensagem em que o Poder Executivo que encaminhou a esta Casa proposta de reajuste para o piso salarial mínimo dos trabalhadores da iniciativa privada, o Governador afirmou que o estado do Paraná é um dos mais ricos da nação, a 6ª economia do país em relação ao Produto Interno Bruto - PIB, tem plenas condições econômicas de suportar um piso salarial que oscila entre R\$ 527,00 a R\$ 548,00. Estes valores equivalem a um aumento médio de 15% (quinze por cento) em relação ao piso regional vigente no ano anterior.

Pois, bem, a presente emenda modificativa tem por objetivo estabelecer a coerência na política salarial deste estado e o tratamento igualitário entre os trabalhadores da iniciativa privada e os públicos, civis e militares.

Ora, é evidente que se a economia paranaense tem condições de absorver um reajuste para seus trabalhadores de 15%, em, decorrência de sua pujança, obrigatoriamente, este crescimento econômico também se reflete nos cofres públicos estaduais, em decorrência do correspondente aumento da arrecadação tributária, o que enseja a concessão de igual reajuste aos trabalhadores vinculados ao Poder Público Estadual.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 06

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 170/08, de autoria do Poder Executivo, conforma Mensagem nº 015/08, tem por objetivo alterar a redação do seu artigo 1º, conforme redação a seguir:

“Art. 1º Fica concedido o índice geral de 15% (quinze por cento) na remuneração dos servidores de todas as carreiras estatutárias, civil e militar, do Poder Executivo do Estado do Paraná, para atendimento ao disposto no inciso X, do artigo 27 da Constituição Estadual.”

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) ELIO RUSCH

Apoiamento:

Edgar Bueno, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Cida Borghetti, Ademar Traiano, Ribas Carli Filho, Marcelo Rangel, Luiz Carlos Martins e Valdir Rossoni.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que a remuneração de muitas das carreiras dos servidores públicos estaduais não é feita através de subsídio único, e sim é composta por vencimento básico e outras vantagens, se o índice de revisão que se pretende conceder incidir exclusivamente sobre o vencimento básico, ele não se traduzirá num índice geral e único para todos os servidores.

Resultará em um sem número de índices distintos para a revisão salarial de que trata o inciso X, do artigo 37 da Constituição Federal (artigo 27, inciso X da Constituição Estadual) contrariando o comando da lei maior que impõe a revisão geral, na mesma data e sem variação de índices.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 07

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 170/08, de autoria do Poder Executivo, conforma Mensagem nº 015/08, tem por objetivo alterar a redação do seu artigo 2º, conforme redação a seguir:

“Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de maio deste ano.”

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) ELIO RUSCH

Apoiamento:

Edgar Bueno, Duílio Genari, Douglas Fabrício, Valdir Rossoni, Ademar Traiano, Cida Borghetti, Marcelo Rangel e Luiz Carlos Martins.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda modificativa tem por objetivo assegurar que todos os servidores públicos, sem distinção de carreiras ou quadros, possam receber a reposição salarial de que trata esta lei na mesma data, conforme prevê a Constituição Federal no inciso X do seu artigo 37.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 08

A presente emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 170/08, de autoria do Poder Executivo, conforme Mensagem nº 015/08, tem por objetivo acrescentar à redação original desta proposição um novo artigo a ser numerado como artigo 2º, conforme redação a seguir, renumerando-se o artigo 2º da redação original como artigo 3º:

“Art. 4º Fica assegurado a todo servidor público estadual, civil e militar vencimento básico e soldo igual ou superior ao Piso Salarial Estadual.”

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) ELIO RUSCH

Apoiamento:

Edgar Bueno, Duílio Genari, Cida Borghetti, Ademir Traiano, Valdir Rossoni, Douglas Fabrício, Marcelo Rangel, Luiz Carlos Martins e Ribas Carli Filho.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o vencimento básico do servidor civil e o soldo do servidor militar são o parâmetro para o cálculo de algumas vantagens atreladas ao seu vencimento básico, importante garantir-lhes o piso mínimo compatível com o do trabalhador da iniciativa privada.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 09

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 170/08, de autoria do Poder Executivo, conforma Mensagem nº 015/08, tem por objetivo alterar a redação do parágrafo 1º do seu artigo 1º, conforme segue:

“Art. 1º...

§ 1º A aplicação do índice do IGPM será relativa ao período acumulado do mês de maio de 2007 a abril de 2008, repetindo-se para o mês de abril de 2008 o índice de março do mesmo ano com arredondamento.”

Sala das Sessões, em 07/05/08.

(a) MARCELO RANGEL

Apoiamento:

Douglas Fabrício, Duílio Genari, Plauto Miró e Elio Rusch

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

1ª Discussão**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 828/07, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 623/07, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁ-

VEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 828/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :**Capítulo I****Das Disposições Preliminares**

Art. 1º O Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná rege-se por esta lei.

Art. 2º O Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná será constituído dos seguintes cargos efetivos, conforme anexo I:

I - Analista de Controle;

II - Técnico de Controle;

III - Auxiliar de Controle.

Parágrafo Único. Integram também o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná os cargos de provimento em comissão conforme o anexo II.

Art. 3º O Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná será regido pelos seguintes conceitos básicos:

I - Área: conjunto de atividades de controle externo e administrativas, desenvolvidas pelos servidores;

II - Cargo Público: unidade básica do Plano de Cargos e Carreiras de natureza permanente, criado por lei, organizado em carreiras, com atribuições e remuneração estabelecidas em lei, remunerado pelos cofres públicos e provido por concurso público de provas e títulos;

III - Função Pública: conjunto de atribuições e responsabilidades permanentes inerentes ao cargo público, ou conjunto de atribuições e responsabilidades de caráter transitório ao serviço público;

IV - Carreira: conjunto estruturado de níveis e referências, organizado para permitir o desenvolvimento do servidor, mediante progressão funcional;

V - Níveis: conjunto estruturado de letras, organizadas por referências, para permitir o desenvolvimento do servidor, mediante progressão funcional;

VI - Referências: conjunto de números para posicionamento do servidor na escala de vencimento do respectivo nível, cujo interstício mínimo é de 6 (seis) meses;

VII - Vencimento: retribuição pecuniária básica, devida pelo exercício do cargo, fixada e alterada exclusivamente por lei;

VIII - Remuneração: vencimento acrescido de vantagens pecuniárias permanentes, variáveis e temporárias;

IX - Qualificação: conjunto de requisitos exigidos para o ingresso e o desenvolvimento mínimo na carreira e

para obtenção de vantagens pecuniárias estabelecidas em lei;

X - Enquadramento Funcional: ato administrativo para formalização da nova denominação do cargo;

XI - Enquadramento Salarial: ato administrativo para formalização do posicionamento do servidor na nova tabela de vencimento;

XII - Progressão funcional: passagem do servidor de um nível para outro imediatamente superior dentro da faixa de referência ou entre as referências.

Capítulo II Das Diretrizes do Plano

Art. 4º O Plano de Cargos e Carreiras de que trata esta lei observará as seguintes diretrizes:

I - valorização da qualificação técnica continuada do servidor e tempo de serviço prestado ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

II - vencimento e demais componentes do sistema remuneratório, fixados segundo a natureza, o grau de responsabilidade, a complexidade dos cargos, os requisitos para a investidura, a qualificação, as peculiaridades do cargo e a avaliação de desempenho;

III - organização multiprofissional e multidisciplinar das carreiras.

Capítulo III Da Estrutura do Plano

Art. 5º O Plano de Cargos e Carreiras aprovado por esta lei é disposto mediante:

I - organização dos cargos distribuídos em níveis e referências;

II - provimento dos cargos;

III - enquadramento funcional e salarial;

IV - desenvolvimento nas carreiras;

V - remuneração, nos níveis e referências do anexo IV.

Art. 6º A estruturação do plano com a organização em cargos, níveis e referências está definida no anexo I desta lei.

Art. 7º Os cargos em extinção do Plano de Cargos e Carreiras do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme Leis Estaduais nºs 10146/92, 11508/96, 13435/02 e 15074/06 serão organizados em níveis e referências, nas carreiras específicas de acordo com a escolaridade exigida para ingresso no cargo, observados os níveis iniciais de cada carreira e o critério de antiguidade, da seguinte forma:

I - Revisor Assistente, na carreira de Analista de Controle, área de apoio administrativo, do Nível E, Referência 1 até o Nível I, Referência 11;

II - Taquígrafo, Auxiliar de Controle e Datilógrafo, na carreira de Técnico de Controle, do Nível B, Referência 1 até o Nível F, Referência 11;

III - Auxiliar Administrativo, na carreira de Auxiliar de Controle, do Nível A, Referência 1 até o Nível D, Referência 11;

Capítulo IV Do Provimento e Atribuições do Cargo Efetivo

Art. 8º O ingresso nas carreiras, constantes do anexo I, dar-se-á nos níveis e referências iniciais, mediante concurso público de provas ou provas e títulos, para provimento nos seguintes cargos:

I - Cargo de Analista de Controle nas áreas: Jurídica, Contábil, Econômica, Administrativa, Atuarial, Engenharia, Informática, Comunicação Social, Assistência Social, Biblioteconomia, Médica, Odontológica, de Psicologia e de Revisão, com atuação no Controle Externo e Apoio Administrativo, com diploma de conclusão de curso superior, com habilitação legal específica, conforme definido no edital do concurso;

II - Cargo de Técnico de Controle, nas áreas de Controle Externo e Apoio Administrativo, com certificado de conclusão do ensino médio e, se for o caso, habilitação legal específica, conforme definido no edital do concurso;

III - Cargo de Auxiliar de Controle, nas áreas de Apoio Administrativo e de Transporte, com certificado de conclusão do ensino fundamental.

Parágrafo Único. O concurso público poderá incluir uma terceira etapa, conforme previsto em edital, destinada a Programa de Formação, de caráter eliminatório e/ou classificatório.

Art. 9º O edital do concurso público conterá obrigatoriamente, o programa das disciplinas e as atribuições a serem exercidas no cargo.

Art. 10. É atribuição do cargo de Analista de Controle, o desempenho de todas as atividades de caráter técnico, administrativo e logístico de nível superior relativas ao exercício das competências constitucionais e legais do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 11. É atribuição do cargo de Técnico de Controle, o desempenho de atividades e logísticas de apoio, de nível médio, concernentes ao exercício das competências constitucionais e legais do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 12. É atribuição do Auxiliar de Controle, o desempenho de atividades administrativas e logísticas de apoio, de nível fundamental, relativas ao exercício das competências constitucionais e legais do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Capítulo V Enquadramento Funcional nas Áreas de Atividades

Art. 13. O Plano de Cargos e Carreiras do Tribunal de Contas do Estado do Paraná transformará os cargos atuais em três grupos:

I - Analista de Controle, de nível superior, que englobará os cargos de Técnico de Controle Contábil, Técnico de Controle Econômico, Técnico de Controle Administrativo, Técnico de Controle Atuarial, Assessor Jurídico, Assessor de Engenharia, Analista de Sistemas, Assessor de Comunicação, Assistente Social, Revisor Assistente, Bibliotecário, Médico, Odontólogo, Psicólogo;

II - Técnico de Controle, de nível médio, que englobará os cargos de Taquígrafo, Programador Analista, Oficial de Controle, Datilógrafo e Auxiliar de Controle;

III - Auxiliar de Controle, de nível fundamental, que englobará os cargos de Auxiliar Administrativo e Motorista.

Capítulo VI

Do Enquadramento Salarial e Funcional

Art. 14. O enquadramento do servidor, no nível e referência conforme o anexo I, dar-se-á pelo tempo de serviço prestado exclusivamente ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. A partir do enquadramento, os critérios de progressão funcional adotados serão os definidos no artigo 16 e seguintes.

Art. 15. O tempo no respectivo nível e referência deverá ser compatível ao tempo de serviço prestado exclusivamente ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

§ 1º Os servidores que na data do enquadramento não contarem com o tempo exigido para o nível e a referência em que estiverem situados, permanecerão na mesma posição até que se complete o tempo compatível, respeitada a irredutibilidade da remuneração.

2º Os servidores que na data do enquadramento contarem com o tempo de serviço acima do tempo exigido no nível e na referência em que se encontrarem, serão enquadrados no nível e na referência correspondente ao tempo de serviço.

Capítulo VII

Da Progressão Funcional

Art. 16. O desenvolvimento do servidor na carreira ocorrerá mediante progressão funcional.

Art. 17. Para que o servidor progrida de uma referência para a outra, dentro do mesmo nível, é necessário que preencha os critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente, a cada seis meses corridos.

§ 1º A antiguidade será aferida pelo tempo de serviço, em cargo efetivo no Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

§ 2º O merecimento será aferido mediante avaliação do desempenho funcional do servidor pela Comissão

de Avaliação e Desempenho, conforme critérios definidos em resolução específica.

Art. 18. Para que o servidor progrida de um nível para o outro é necessário que atinja os pontos, nos termos do artigo 24, conforme o anexo III e atinja a média mínima na avaliação de desempenho estabelecida, mediante resolução específica, pela Comissão de Avaliação e Desempenho.

Parágrafo Único. No caso do servidor não atingir os requisitos do *caput* este não poderá ser promovido por antiguidade.

Art. 19. Não haverá progressão funcional para o servidor:

I - em estágio probatório;

II - em disponibilidade e/ou à disposição;

III - que não tenha cumprido o interstício mínimo, de seis meses em cada nível;

IV - cumprindo pena de suspensão ou que a tenha cumprido nos 12 (doze) últimos meses;

V - com vínculo funcional suspenso;

Parágrafo Único. A vedação de que trata o inciso II não se aplica ao critério de antiguidade.

Capítulo VIII

Da Progressão Funcional por Antiguidade

Art. 20. A progressão funcional por antiguidade, dentro do nível, será efetivada automaticamente para a referência imediatamente superior ao que se encontrar o servidor.

Art. 21 Não será considerado como de efetivo exercício prestado, para efeito de progressão funcional, o tempo relativo a:

I - faltas injustificadas;

II - licença para tratamento de interesses particulares;

III - afastamento, sem remuneração, para acompanhar cônjuge ou companheiro;

IV - suspensão disciplinar.

Capítulo IX

Da Progressão Funcional por Merecimento

Art. 22. A progressão funcional por merecimento será efetivada para a referência imediatamente superior ao que se encontrar o servidor, dentro do mesmo nível, mediante aprovação na avaliação de desempenho.

§ 1º A Comissão de Avaliação e Desempenho definirá os critérios e instrumentos de avaliação, mediante resolução específica, tendo no mínimo os seguintes elementos:

I - assiduidade;

II - pontualidade;

III - qualidade do trabalho realizado;

IV - produtividade;

V - prestatividade.

Art. 23. Ao servidor é assegurada a participação na avaliação de desempenho, mediante conhecimento dos critérios e instrumentos de avaliação, bem como do seu resultado.

Capítulo X

Da Progressão Funcional entre os Níveis

Art. 24. A progressão funcional da última referência de um nível para a inicial do subsequente será efetivada mediante a obtenção, cumulativa, de aprovação na avaliação e a pontuação, nos termos do anexo III:

I - para o Analista de Controle, o mínimo de 100 (cem) pontos;

II - para o Técnico de Controle, o mínimo de 70 (setenta) pontos;

III - para o Auxiliar de Controle, o mínimo de 40 (quarenta) pontos.

§ 1º A avaliação de capacitação e atividades desenvolvidas será efetivada pela Comissão de Avaliação e Desempenho com auxílio da Diretoria de Recursos Humanos.

§ 2º Os cursos de graduação e pós-graduação, em área afim, deverão ser devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação.

Capítulo XI

Dos Recursos

Art. 25. O interessado poderá interpor pedido de reconsideração à Comissão de Avaliação e Desempenho quanto às questões pertinentes à progressão funcional, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do conhecimento da decisão do julgamento da avaliação de desempenho e da avaliação da progressão funcional entre as referências.

Art. 26. Da decisão do pedido de reconsideração da Comissão de Avaliação e Desempenho caberá Recurso Administrativo à Presidência do Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do conhecimento da decisão.

Art. 27. O enquadramento dar-se-á por ato da presidência, em até 180 (cento e oitenta dias) dias após a publicação da presente lei.

Parágrafo Único. Não havendo recursos suficientes, o enquadramento, a progressão funcional ou a verba de representação do artigo 29, aguardará até que o orçamento e disponibilidades financeiras estejam adequados para sua realização.

Art. 28. Ao servidor designado por Ato da Presidência, com atribuição de assessoramento direto aos Diretores das Diretorias, Coordenadores das Coordenadorias e Inspectores das Inspetorias, será concedida a gratificação pelo exercício de encargos especiais,

observados os valores praticados em regulamento próprio do Tribunal de Contas do Paraná.

Parágrafo Único. Por sua natureza transitória, a Gratificação prevista no *caput* deste artigo, não constituirá base para incidência de Contribuição Previdenciária e poderá ser excluída, a qualquer tempo, com o afastamento do servidor das funções que ensejaram a concessão.

Art. 29. Fica assegurado aos servidores ocupantes dos cargos de Técnico de Controle, portadores de diploma de curso superior em área afim, que venham a exercer ou exerçam atividades exclusivamente no Tribunal de Contas do Paraná, nas áreas de Controle Externo ou de Apoio Administrativo, o pagamento da verba de representação em até 50% (cinquenta por cento) do percentual efetivamente pago da verba de representação, estabelecida no artigo 34 desta lei, para o cargo de Analista de Controle.

Parágrafo Único. O pagamento da verba de representação prevista no *caput* deste artigo será devido somente após a Avaliação de Desempenho, feita pela Comissão de Avaliação e Desempenho, designada por ato da Presidência.

Art. 30. A cessão de servidores à disposição de outros órgãos ou entidades da Administração Pública do Paraná, de outros estados, da união ou de municípios, dar-se-á sem ônus para o Tribunal de Contas do Paraná.

Art. 31. O servidor do Tribunal de Contas do Paraná, afastado para exercício de mandato eletivo, ou à disposição de outros órgãos e de entidades da Administração Pública do Estado do Paraná, de outros estados, da união, ou de municípios, somente fará jus à promoção por antigüidade, não podendo habilitar-se a qualquer outra modalidade de progressão ou promoção por merecimento.

Parágrafo Único. Fica vedada a cessão ou colocação à disposição de servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná para entidades de natureza privada, exceto 01 (um) servidor para o sindicato de classe e, neste caso, não se aplica o artigo 2º da Lei Estadual nº 10981/94.

Art. 32. Fica assegurada aos servidores ativos e inativos do Tribunal de Contas, na percepção de remuneração ou proventos, a irredutibilidade de vencimentos e proventos.

Art. 33. Os ocupantes dos cargos em extinção, conforme o artigo 173 da Lei Complementar nº 113/05 de 15/12/05, não poderão ter vencimento básico inferior ao do último nível e referência do cargo de Analista de Controle.

Art. 34. O percentual pago a título de verba de representação, calculado sobre o vencimento básico, reduzido para 75% (setenta e cinco por cento) pela Lei nº 14507, de 01/10/04, aos ocupantes dos cargos de pro-

vimentos efetivo, de Analista de Controle de nível superior, de Consultor Jurídico e Consultor Técnico de nível universitário, sendo recomposto gradativamente por ato do Presidente do Tribunal de Contas ao percentual fixado, no artigo 4º e parágrafo único da Lei nº 9436, de 09/11/90.

Art. 35. A verba de representação de 40% (quarenta por cento) para o cargo de Taquígrafo será substituída pela verba de representação do artigo 29, diante do reenquadramento para o cargo de Técnico de Controle.

Art. 36. Ao servidor que, no exercício de suas funções, na atividade de controle externo ou apoio administrativo, for acionado judicialmente ou responder processo administrativo, será garantido pelo Tribunal de Contas do Paraná o pagamento das custas e despesas advindas dos respectivos processos, limitadas aos valores da tabela de honorários da Ordem dos Advogados do Brasil.

Parágrafo Único. Na hipótese de condenação, com trânsito em julgado, o servidor deverá restituir as despesas pagas pelo Tribunal de Contas do Paraná.

Art. 37. Fica criada a Advocacia do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que funcionará em colaboração à Procuradoria Geral do Estado do Paraná, nas causas em que o Tribunal de Contas do Paraná possua interesse.

Parágrafo Único. O Presidente do Tribunal de Contas do Paraná designará dentre os Analistas de Controle com formação jurídica, os servidores que exercerão a função de advogado do *caput* deste artigo, que funcionarão junto e sob a direção da Diretoria Jurídica do Tribunal.

Art. 38. Aplica-se aos inativos o disposto nesta lei obedecidas as Emendas Constitucionais nºs 020/98, 041/03 e 047/05.

Art. 39. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta da dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 40. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22/11/07.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS

ANEXO I					
Dos Cargos Efetivos					
SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Nº de Cargos	Carreira - Nível Superior	Código/Nível/Referência	Nº de Cargos	Carreira - Nível Superior	Código/Nível/Referência
128	Técnico de Controle Contábil	TCC-E01 a TCC-G11	378	Analista de Controle	AC-E01 a AC-I11
48	Téc. de Contr. Econômico	TCE-E01 a TCE-G11			
45	Téc. de Contr. Administrat.	TCA-E01 a TCA-G11			
02	Técnico de Controle Atuarial	TCAt-E01 a TCAt-G11			
79	Assessor Jurídico	AJ-E01 a AJ-G11			
24	Assessor de Engenharia	AE-E01 a AE-G11			
22	Analista de Sistema	AS-E01 a AS-G11			
02	Assessor de Comunicação	ACo-D01 a ACo-F10			
03	Assistente Social	ASO-D01 a ASO-F10			
11	Revisor Assistente	RA-D01 a RA-F10			
04	Bibliotecário	BB-D01 a BB-F10			
03	Médico	MD-D01 a MD-F10			
03	Odontólogo	OD-D01 a OD-F10			
04	Psicólogo	OS-D01 a OS-F10			
378			378		

Nº de Cargos	Carreira - Nível Médio	Código/Nível/ Referência	Nº de Cargos	Carreira - Nível Médio	Código/Nível/ Referência
06	Taquígrafo	TQ-D01 a TQ-F05	125	Técnico de Controle	TC-B01 a TC-F11
14	Programador Analista	PA-C01 a PA-E11			
97	Oficial de Controle	OC-B01 a OC-D09			
07	Datilógrafo	DT-A05 a DT-C10			
01	Auxiliar de Controle	AC-09 a AC-D02			
125			125		
Nº de Cargos	Carreira - Nível Fundamental	Código/Nível/ Referência	Nº de Cargos	Carreira - Nível Fundamental	Código/Nível/ Referência
03	Auxiliar Administrativo	AD-A01 a AD-C06	16	Auxiliar de Controle	AuxC-A01 a AuxC-D11
13	Motorista	MT-A01 a MT-C01			
16			16		
Cargos em Extinção			Cargos em Extinção		
Nº de Cargos	Carreira	Símbolo	Nº de Cargos	Carreira	Símbolo
08	Consultor Jurídico		08	Consultor Jurídico	CJ
30	Consultor Técnico	CT-1 I a CT-1 IV	30	Consultor Técnico	CT
38			38		

ANEXO II					
Dos Cargos em Comissão					
SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Direção e Assessoramento			Direção e Assessoramento		
Nº de Cargos	Categorias Funcionais	Símbolo	Nº de Cargos	Categorias Funcionais	Símbolo
01	Diretor Geral	DAS-1	01	Diretor Geral	DAS-1
01	Coordenador Geral	DAS-1	01	Coordenador Geral	DAS-1
10	Diretor	DAS-2	10	Diretor	DAS-2
06	Inspetor de Controle	DAS-2	06	Inspetor de Controle	DAS-2
07	Diretor de Gabinete de Conselheiro	DAS-2	07	Diretor de Gabinete de Conselheiro	DAS-2
07	Assessor Técnico de Conselheiro	DAS-2	07	Assessor Técnico de Conselheiro	DAS-2
06	Assessor de Planejam. de Inspeção	DAS-2	06	Assessor de Planejam. de Inspeção	DAS-2
01	Diretor de Gabinete da Presidência	DAS-2	01	Diretor de Gabinete da Presidência	DAS-2
01	Assessor Técnico da Presidência	DAS-2	01	Assessor Técnico da Presidência	DAS-2
01	Secretário Especial da Presidência	DAS-2	01	Secretário Especial da Presidência	DAS-2
01	Assessor de Planejam. da Presidência	DAS-2	01	Assessor de Planejam. da Presidência	DAS-2

01	Assessor Parlamentar	DAS-2	01	Assessor Parlamentar	DAS-2
01	Assessor Técnico da Diretoria Geral	DAS-2	01	Assessor Técnico da Diretoria Geral	DAS-2
01	Assessor de Planejamento da IGC	DAS-2	01	Assessor de Planejamento da DCE	DAS-2
01	Assistente Administrativo da Presid.	DAS-2	01	Assistente Administrativo da Presid.	DAS-2
01	Assessor Administrativo da Presidência	DAS-2	01	Assessor Administrativo da Presidência	DAS-2
06	Coordenador	DAS-3	06	Coordenador	DAS-3
01	Assessor de Planej. de Diretor Geral	DAS-3	01	Assessor de Planej. de Diretor Geral	DAS-3
01	Assessor Jurídico da Presidência	DAS-3	01	Assessor Jurídico da Presidência	DAS-3
07	Assessor Jurídico	DAS-3	07	Assessor Jurídico	DAS-3
07	Assessor Administrat. de Conselheiro	DAS-3	07	Assessor Administrat. de Conselheiro	DAS-3
01	Assessor Juríd. da Corregedoria Geral	DAS-3	01	Assessor Juríd. da Corregedoria Geral	DAS-3
02	Asses. Admin. da Procuradoria Geral	DAS-3	02	Asses. Admin. da Procuradoria Geral	DAS-3
02	Secretário de Câmara	DAS-3	02	Secretário de Câmara	DAS-3
01	Asses. Técn. da Coordenadoria Geral	DAS-4	01	Asses. Técn. da Coordenadoria Geral	DAS-4
07	Assistente Técnico de Conselheiro	DAS-4	07	Assistente Técnico de Conselheiro	DAS-4
01	Assessor de Gabinete da Auditoria	DAS-5	01	Assessor de Gabinete da Auditoria	DAS-5
01	Assessor de Gabinete da Procuradoria	DAS-5	01	Assessor de Gabinete da Procuradoria	DAS-5
07	Oficial de Gabinete do Conselheiro	1-C	07	Oficial de Gabinete do Conselheiro	1-C
07	Auxiliar de Controle Externo	1-C	07	Auxiliar de Controle Externo	1-C
01	Assessor Técn. da Diretoria Geral	1-C	01	Assessor Técn. da Diretoria Geral	1-C
01	Chefe de Gabinete da Diretoria Geral	1-C	01	Chefe de Gabinete da Diretoria Geral	1-C
06	Oficial de Gabinete da Presidência	1-C	06	Oficial de Gabinete da Presidência	1-C
01	Asses. de Gabin. da Corregedoria Geral	1-C	01	Asses. de Gabin. da Corregedoria Geral	1-C
01	Oficial de Gabin. da Correg. Geral	1-C	01	Oficial de Gabin. da Correg. Geral	1-C
01	Chefe de Gabinete da Procuradoria	1-C	01	Chefe de Gabinete da Procuradoria	1-C
01	Chefe de Gabinete da Auditoria	1-C	01	Chefe de Gabinete da Auditoria	1-C
07	Assistente Técnico do ICE	2-C	07	Assistente Técnico do ICE	2-C
07	Auxiliar de Gabinete do Conselheiro	2-C	07	Auxiliar de Gabinete do Conselheiro	2-C
06	Auxiliar de Inspeção de Controle	2-C	06	Auxiliar de Inspeção de Controle	2-C
02	Oficial de Gabin. da Diretoria Geral	2-C	02	Oficial de Gabin. da Diretoria Geral	2-C
01	Auxiliar de Gabin. da Presidência	2-C	01	Auxiliar de Gabin. da Presidência	2-C
01	Auxiliar de Diretoria	2-C	01	Auxiliar de Diretoria	2-C
01	Auxiliar de Gabinete da Auditoria	2-C	01	Auxiliar de Gabinete da Auditoria	2-C
01	Auxiliar de Gabinete da Procuradoria	2-C	01	Auxiliar de Gabinete da Procuradoria	2-C
07	Auxiliar Técnico de Conselheiro	3-C	07	Auxiliar Técnico de Conselheiro	3-C
01	Auxiliar de Gabin. da Diretoria Geral	3-C	01	Auxiliar de Gabin. da Diretoria Geral	3-C
144			144		

ANEXO III	
Da pontuação para a progressão funcional entre os níveis	
Nível Superior	
Atividade	Pontuação
Cursos realizados pelo TCE-PR em área afim	10 pontos a cada 40 horas de curso
Participação em Comissões no TCE-PR	5 pontos por Comissão a cada ano
Votos de louvor	5 pontos por voto de louvor que no máximo poderá ser contado um por ano
Exercício do cargo de Diretor, Coordenador e Inspetor	20 pontos por ano de exercício no cargo
Especialização em área afim ao TCE-PR	100 pontos por Especialização
Mestrado em área afim ao TCE-PR	250 pontos por Mestrado
Doutorado ou Pós-Doutorado em área afim ao TCE-PR	350 pontos por Doutorado ou Pós-Doutorado
Cursos externos ao TCE em área afim	5 pontos a cada 40 horas de curso
Outro curso de Graduação em área afim ao TCE-PR	250 pontos por curso
Nível Médio	
Atividade	Pontuação
Cursos realizados pelo TCE-PR em área afim	10 pontos a cada 40 horas de curso
Participação em Comissões no TCE-PR	5 pontos por Comissão a cada ano
Votos de louvor	5 pontos por voto de louvor que no máximo poderá ser contado um por ano
Exercício do cargo de Diretor, Coordenador e Inspetor	20 pontos por ano de exercício no cargo
Especialização em área afim ao TCE-PR	100 pontos por Especialização
Cursos externos ao TCE em área afim	5 pontos a cada 40 horas de curso
Outro curso de Graduação em área afim ao TCE-PR	250 pontos por curso
Nível Fundamental	
Atividade	Pontuação
Cursos realizados pelo TCE em área afim	10 pontos a cada 40 horas de curso
Participação em Comissões no TCE-PR	5 pontos por Comissão a cada ano
Votos de louvor	5 pontos por voto de louvor que no máximo poderá ser contado um por ano
Exercício do cargo de Diretor, Coordenador e Inspetor	20 pontos por ano de exercício no cargo
Cursos externos ao TCE em área afim	5 pontos a cada 40 horas de curso
* Por área afim entendem-se as áreas afetas ao controle externo ou apoio administrativo ao controle externo	** Os pontos excedentes remanesçam na ficha funcional do servidor

ANEXO IV									
Dos Cargos, dos Valores, dos Níveis e das Referências.									
	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1	1.505,01	1.764,65	2.069,07	2.425,99	2.844,46	3.335,01	3.910,21	4.521,23	5.667,35
2	1.526,94	1.790,34	2.099,21	2.461,33	2.885,90	3.383,61	3.958,80	4.615,06	5.784,95
3	1.549,19	1.816,42	2.129,79	2.497,21	2.927,95	3.432,93	4.008,09	4.710,83	5.905,00
4	1.571,76	1.842,89	2.160,82	2.533,59	2.970,62	3.482,94	4.058,10	4.808,59	6.027,55
5	1.594,66	1.869,74	2.192,31	2.570,52	3.013,87	3.533,66	4.108,85	4.908,38	6.152,63
6	1.617,90	1.897,00	2.224,25	2.607,98	3.057,79	3.585,15	4.160,34	5.010,24	6.280,31
7	1.641,47	1.924,65	2.256,65	2.645,98	3.102,34	3.637,37	4.212,60	5.114,21	6.410,64
8	1.665,39	1.952,71	2.289,57	2.684,55	3.147,55	3.690,37	4.265,59	5.220,34	6.543,67
9	1.689,69	1.981,18	2.322,95	2.723,67	3.193,40	3.744,14	4.319,34	5.328,67	6.679,46
10	1.714,30	2.010,04	2.356,79	2.763,35	3.239,93	3.798,69	4.373,88	5.439,25	6.818,07
11	1.739,28	2.039,33	2.391,13	2.803,64	3.287,12	3.854,04	4.429,23	5.552,12	6.959,56
CT/CJ	6.959,56								

Treinamentos para os Jurisdicionados - Exercício de 2002									
Nome	Data	Local	Municípios Convidados	Municípios Presentes	Carga Horária	Número Inscrições	Número Part.	Instrutores	Regiões Convidadas
I Encontro Técnico Tribunal e Consórcio Intermunicipal	10/12	Curitiba		21	6 horas		45	Gumercindo Andrade de Souza Técnico de Controle Contábil Eduardo Supriniaki Filho Técnico de Controle Contábil Simone Manassés Valaski Assessora Jurídica	AMUNOP COMCAM AMUSEP
Encontro Técnico com empresas de Informática	18/12	Curitiba			4 horas		40	Eduardo Supriniaki Filho Técnico de Controle Contábil Gumercindo Andrade de Souza Técnico de Controle Contábil	Todas

Treinamentos para os Jurisdicionados - Exercício de 2002									
Nome	Data	Local	Municípios Convidados	Municípios Presentes	Carga Horária	Número Inscrições	Número Part.	Instrutores	Regiões Convidadas
Procedimentos na execução e prestação de contas de convênios, auxílios e subvenções sociais	06/05	Curitiba	43	15	7 horas	79	57	Gilson César de Oliveira Técnico de Controle Contábil Maricy Marques Zubeck Técnica de Controle Contábil	AMLIPA ASSOMECA AMSULEP AMCG
	07/05	Curitiba	43	33	7 horas	199	154	Gilson César de Oliveira Técnico de Controle Contábil Gilberto Tragancin Oficial de Controle	AMLIPA ASSOMECA AMSULEP
	08/05	Curitiba	43	64	7 horas	204	156	Gilson César de Oliveira Técnico de Controle Contábil Gilberto Tragancin Oficial de Controle	AMLIPA ASSOMECA AMSULEP
	19/06	Londrina	96	34	7 horas	237	192	Gilson César de Oliveira Técnico de Controle Contábil Djalma Riesemberg Júnior Diretor da Diretoria Revisora de Contas	AMU-NORPI AMEPAR AMUNOP AMUVI

Nome	Data	Local	Municípios Convidados	Municípios Presentes	Carga Horária	Número Inscrições	Número Part.	Instrutores	Regiões Convidadas
Procedimentos na execução e prestação de contas de convênios, auxílios e subvenções sociais	06/05	Curitiba	43	15	7 horas	79	57	Gilson César de Oliveira Técnico de Controle Contábil Maricy Marques Zubeck Técnica de Controle Contábil	AMLIPA ASSOMECA AMSULEP AMCG
	07/05	Curitiba	43	33	7 horas	199	154	Gilson César de Oliveira Técnico de Controle Contábil Gilberto Tragancin Oficial de Controle	AMLIPA ASSOMECA AMSULEP
	08/05	Curitiba	43	64	7 horas	204	156	Gilson César de Oliveira Técnico de Controle Contábil Gilberto Tragancin Oficial de Controle	AMLIPA ASSOMECA AMSULEP
	19/06	Londrina	96	34	7 horas	237	192	Gilson César de Oliveira Técnico de Controle Contábil Djalma Riesemberg Júnior Diretor da Diretoria Revisora de Contas	AMUNORPI AMEPAR AMUNOP AMUVI

Nome	Data	Local	Municípios Convidados	Municípios Presentes	Carga Horária	Número Inscrições	Número Part.	Instrutores	Regiões Convidadas
Prestação de contas SIM - AM	10/06	Curitiba	53	48	7 horas	234	174	Paulo Roberto Marques Fernandes Técnico de Controle Contábil José de Almeida Rosa Técnico de Controle Contábil Valdemar Suty Afonso Contador	AMLIPA ASSOMECC AMUVARI AMSULEP AMCG AMSULPAR
	11/06	Curitiba	68	50	8 horas	224	181	Paulo Roberto Marques Fernandes Técnico de Controle Contábil José de Almeida Rosa Técnico de Controle Contábil Valdemar Suty Afonso Contador	AMCESPAR AMOCEN- TRO AMSOP
	12/06	Curitiba	72	67	8 horas	260	197	Paulo Roberto Marques Fernandes Técnico de Controle Contábil José de Almeida Rosa Técnico de Controle Contábil Valdemar Suty Afonso Contador	CANTU- QUIRI- GUAÇU AMOP
	18/06	Curitiba	76	83	8 horas	291	245	Paulo Roberto Marques Fernandes Técnico de Controle Contábil José de Almeida Rosa Técnico de Controle Contábil Valdemar Suty Afonso Contador	AMUNOP COMCAM AMUSEP
	19/06	Curitiba	68	74	8 horas	246	180	Paulo Roberto Marques Fernandes Técnico de Controle Contábil José de Almeida Rosa Técnico de Controle Contábil Valdemar Suty Afonso Contador	AMCESPAR AMOCEN- TRO AMSOP
	20/06	Curitiba	61	65	8 horas	215	168	Paulo Roberto Marques Fernandes Técnico de Controle Contábil José de Almeida Rosa Técnico de Controle Contábil Valdemar Suty Afonso Contador	AMUNPAR AMERIOS
Procedimentos na execução e prestação de contas de convênios, auxílios e subvenções sociais	05/07	Cianorte	116	91	7 horas	423	319	Djalma Riesemberg Júnior Diretor da Diretoria Revisora de Contas Gilson César de Oliveira Técnico de Controle Contábil	AMUSEP AMUNPAR AMERIOS COMCAM
Procedimentos na execução e prestação de contas de convênios, auxílios e subvenções sociais	07/08	Guarapuava	56	45	7 horas	243	197	Djalma Riesemberg Júnior Diretor da Diretoria Revisora de Contas Gilson César de Oliveira Técnico de Controle Contábil	AMOCEN- TRO CANTU- QUIRI GUAÇU AMSULPAR AMCESPAR

Nome	Data	Local	Municípios Convidados	Municípios Presentes	Carga Horária	Número Inscrições	Número Part.	Instrutores	Regiões Convidadas
Procedimentos na execução e prestação de contas de convênios, auxílios e subvenções sociais	25/09 26/09	Cascavel	51 51	40 34	7 horas 7 horas	193 115	135 252	Djalma Riesemberg Júnior Diretor da Diretoria Revisora de Contas Gilson César de Oliveira Técnico de Controle Contábil	AMOP
Câmaras Municipais e Administração Pública	04/09	Londrina	48	31	7 horas	118	81	Fernando Mello Guimarães Procurador junto ao TCE Simone Manassés Assessora Jurídica	AMEPAR AMUVI
Câmaras Municipais e Administração Pública	10/09	Umuarama	116	56	7 horas	234	176	Fernando Mello Guimarães Procurador junto ao TCE Simone Manassés Assessora Jurídica	AMERIOS COMCAM AMUSEP AMUNPAR
Câmaras Municipais e Administração Pública	17/09	Cascavel	86	53	7 horas	204	146	Fernando Mello Guimarães Procurador junto ao TCE Simone Manassés Assessora Jurídica	AMOP AMOCENTRO CANTUQUIRI-GUAÇU
Recursos Humanos na Administração Pública	24/09	Telêmaco Borba	108	54	7 horas	177	135	Simone Manassés Assessora Jurídica	AMCG AMUVI AMUNOP AMUNORPI AMEPAR AMOCENTRO
SIM - AM Acompanhamento Mensal e Pessoal	26/11	Curitiba TCE		80	7 horas		225	Eduardo Supriniaki Filho Técnico de Controle Contábil Rita de Cássia Bompeixe Carstens Mombelli Assessora Jurídica Simone Manassés Valaski Assessora Jurídica	AMUNORPI AMEPAR AMUVI
SIM - AM Acompanhamento Mensal e Pessoal	27/11	Curitiba TCE		83	7 horas	252	209	Eduardo Supriniaki Filho Técnico de Controle Contábil Rita de Cássia Bompeixe Carstens Mombelli Assessora Jurídica Simone Manassés Valaski Assessora Jurídica	AMCESPAR AMOCENTRO AMSOP
SIM - AM Acompanhamento Mensal e Pessoal	28/11	Curitiba TCE		56	7 horas	158	119	Eduardo Supriniaki Filho Técnico de Controle Contábil Rita de Cássia Bompeixe Carstens Mombelli Assessora Jurídica Simone Manassés Valaski Assessora Jurídica	TURMA EXTRA
Procedimentos na execução e prestação de contas de convênios, auxílios e subvenções sociais	24/10	Francisco Beltrão		46	7 horas		308	Djalma Riesemberg Júnior Diretor da Diretoria Revisora de Contas Gilson César de Oliveira Técnico de Controle Contábil	AMSOP
As licitações e os contratos administrativos - questões atuais e polêmicas	06/11	Toledo	108	40	7 horas		161	Carlos Eduardo de Moura Diretor da TJ	AMOP COMCAM AMERIOS

Nome	Data	Local	Municípios Convidados	Municípios Presentes	Carga Horária	Número Inscrições	Número Part.	Instrutores	Regiões Convidadas
As licitações e os contratos administrativos - questões atuais e polêmicas	13/11	Maringá	106	58	7 horas	225	161	Carlos Eduardo de Moura Diretor da TJ Edgar Guimarães Consultor Jurídico	AMUSEP AMUVI AMEPAR AMUNPAR
As licitações e os contratos administrativos - questões atuais e polêmicas	18/11	Campo Largo	102		7 horas			Carlos Eduardo de Moura Diretor da TJ Edgar Guimarães Consultor Jurídico	ASSOME AMSULEP AMCG AMLIPA AMSULPAR AMCESPAR AMUNORPI
SIM - AM Acompanhamento Mensal e Pessoal	18/11	Curitiba TCE		62	7 horas	75	62	Eduardo Supriniaki Filho Técnico de Controle Contábil Rita de Cássia Bompeixe Carstens Mombelli Assessora Jurídica Simone Manassés Valaski Assessora Jurídica	AMUNOP COMCAM AMUSEP
SIM - AM Acompanhamento Mensal e Pessoal	19/11	Curitiba TCE		42	7 horas	149	114	Eduardo Supriniaki Filho Técnico de Controle Contábil Rita de Cássia Bompeixe Carstens Mombelli Assessora Jurídica Simone Manassés Valaski Assessora Jurídica	AMLIPA ASSOME AMUVARI AMSULEP AMCG AMSULPAR
SIM - AM Acompanhamento Mensal e Pessoal	20/11	Curitiba TCE		58	7 horas	162	141	Eduardo Supriniaki Filho Técnico de Controle Contábil Rita de Cássia Bompeixe Carstens Mombelli Assessora Jurídica Simone Manassés Valaski Assessora Jurídica	CANTU- QUIRI- GUAÇU AMOP
SIM - AM Acompanhamento Mensal e Pessoal	25/11	Curitiba TCE		72	7 horas	212	168	Eduardo Supriniaki Filho Técnico de Controle Contábil Rita de Cássia Bompeixe Carstens Mombelli Assessora Jurídica Simone Manassés Valaski Assessora Jurídica	AMUNPAR AMERIOS

PREVISÃO DO IMPACTO FINANCEIRO

Atendendo às exigências previstas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar 101/00, o impacto orçamentário-financeiro dos gastos decorrentes da implantação do presente anteprojeto de lei, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, fica demonstrado conforme segue.

O limite fixado para despesa de pessoal, estabele-

cido no artigo 20, inciso II, letra “a”, da referida lei complementar, é de 3% para o Poder Legislativo, sendo 1,36% destinado ao Tribunal de Contas.

Tal limite, após a implantação pretendida, não será desrespeitado, considerada a Receita Corrente Líquida, realizada nos últimos doze meses, assim como as condições de adequação do teto orçamentário deste Tribunal aos limites por ela fixados.

Conforme se demonstra:

Receita Líquida* - RL	7.118.000.000,00
Receita Corrente Líquida** - RCL	12.102.883.000,00
* PERCON. SEFA. DIDEP de setembro de 2007 ** SEFANFI. SEFA. CAFF de abril de 2007	

Limite da despesa com pessoal fixado na Lei Complementar nº 101/00 - LRF	
Limite Legal - 1,36% RCL	164.599.000,00
Limite Prudencial 95% - 1,29% RCL	156.127.000,00
Limite Orçamentário Fixado Anualmente em Lei Ordinária	
1,90% RL	135.242.000,00

DISPOSITIVOS DE ORDEM ECONÔMICA E FISCAL LIMITES DA LRF

1. Conforme exposição de motivos do anteprojeto, a despesa de pessoal não será incrementada visto que não há aumento do número de cargos e sim apenas atribuição de nova nomenclatura e alterações da estrutura funcional (anexo I), resguardando-se à aplicação do artigo 17, parágrafo 1º e 2º, do diploma fiscal.

Art. 17. (...)

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do artigo 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do parágrafo 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no parágrafo 1º do artigo 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa. (grifo nosso)

2. Para os estudos de viabilidade econômica foram considerados o disposto no presente projeto de lei, as projeções de enquadramento dos servidores elaborada pela Diretoria de Recursos Humanos deste Tribunal e a tabela de vencimentos do anexo IV. A projeção de implantação do presente quadro de servidores, relativamente aos efeitos financeiros, ocorrerá a partir do exercício de 2008 e está demonstrada no quadro de evolução da despesa proposta e seu novo comportamento foi estimado segundo as disposições dos artigos 14, 15, 29 e parágrafo único.

3. Consideradas as disposições iniciais, em especial relativamente à adequação orçamentário do teto deste Tribunal, tais impactos projetados demonstram a viabili-

dade da proposta e atendem as exigências legais da Lei de Responsabilidade Fiscal, notadamente, em seu artigo 16:

Art. 16. (...)

§ 1º Para os fins desta lei complementar, considera-se:

I - adequada com a Lei Orçamentária Anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.

4. Para fixação dos valores da tabela constante no anexo IV (dos cargos, dos valores, dos níveis e das referências), foi considerada a tabela de vencimentos efetivos atual e as disposições do presente anteprojeto.

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento às disposições da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (artigo 17, parágrafo 1º e 2º), que a despesa resultante do presente projeto de lei está contemplada na lei orçamentária do Exercício Financeiro de 2007 e no Plano Plurianual 2004/2007, bem como na proposta encaminhada para o Plano Plurianual 2008/2011 sendo necessária, entretanto, a adoção de medidas compensatórias relativamente à adequação do teto orçamentário deste Tribunal, fixado anualmente em lei ordinária ao comportamento da Receita Líquida, aos limites da despesa com pessoal fixados na Lei Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a fim de resguardar as condições de legitimidade orçamentária e financeira do disposto no artigo 27, parágrafo único, do presente projeto de lei.

Curitiba, em 08/11/07.

(a) NESTOR BAPTISTA - Presidente

ANEXO IV									
Dos Cargos, dos Valores, dos Níveis e das Referências.									
	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1	1.505,01	1.764,65	2.069,07	2.425,99	2.844,46	3.335,01	3.910,21	4.521,23	5.667,35
2	1.526,94	1.790,34	2.099,21	2.461,33	2.885,90	3.383,61	3.958,80	4.615,06	5.784,95
3	1.549,19	1.816,42	2.129,79	2.497,21	2.927,95	3.432,93	4.008,09	4.710,83	5.905,00
4	1.571,76	1.842,89	2.160,82	2.533,59	2.970,62	3.482,94	4.058,10	4.808,59	6.027,55
5	1.594,66	1.869,74	2.192,31	2.570,52	3.013,87	3.533,66	4.108,85	4.908,38	6.152,63
6	1.617,90	1.897,00	2.224,25	2.607,98	3.057,79	3.585,15	4.160,34	5.010,24	6.280,31
7	1.641,47	1.924,65	2.256,65	2.645,98	3.102,34	3.637,37	4.212,60	5.114,21	6.410,64
8	1.665,39	1.952,71	2.289,57	2.684,55	3.147,55	3.690,37	4.265,59	5.220,34	6.543,67
9	1.689,69	1.981,18	2.322,95	2.723,67	3.193,40	3.744,14	4.319,34	5.328,67	6.679,46
10	1.714,30	2.010,04	2.356,79	2.763,35	3.239,93	3.798,69	4.373,88	5.439,25	6.818,07
11	1.739,28	2.039,33	2.391,13	2.803,64	3.287,12	3.854,04	4.429,23	5.552,12	6.959,56
CT/CJ	6.959,56								

À
Presidência da Assembleia Legislativa do Paraná
Exmo. Deputado Dr. Nelson Justus

Com muita honra, encaminhamos a V. Exa. projeto de lei que reestrutura o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e dá outras providências.

Exposição de Motivos

1. Impossibilidade do aumento de despesa:

O enquadramento dos servidores não ocasionará impacto nas despesas do Tribunal, haja vista a carência temporal para se iniciar a progressão funcional.

Os níveis e referências nas carreiras são graduados em faixas de valores reduzidos minimizando o impacto orçamentário ao longo do tempo.

2. Aumento de despesas a longo prazo, desde que condicionado à disponibilidade orçamentária e ao atingimento nas carreiras dos critérios de progressão:

A longo prazo, o impacto será condicionado à existência de recursos e à progressão nas carreiras pelos servidores.

Nas leis anteriores a carreira não contemplava todo tempo de serviço para os servidores. No novo quadro houve um alongamento nas carreiras, de tal forma que o seu final coincide com a aposentadoria.

Outros Tribunais de Contas dos Estados, a exemplo de Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, regulamentaram de forma semelhante as carreiras dos seus servidores.

3. Conjugação dos critérios de antiguidade e merecimento e cláusulas de barreira:

A progressão funcional será efetivada por meio de meritocracia objetiva que se conjugará com a avaliação de desempenho, bem como com o critério de antiguidade.

O servidor que obtiver nota inferior à fixada pela Comissão de Avaliação e Desempenho não poderá progredir na carreira, além de outras consequências legais.

4. Dos cargos em extinção:

Os ocupantes do cargo de nível superior em extinção, de Revisor Assistente, serão enquadrados no nível superior de Analista de Controle. Os cargos de nível médio, Taquígrafos, Auxiliares de Controle e Datilógrafo serão enquadrados no nível médio de Técnico de Controle. E os cargos de nível fundamental de Auxiliares Administrativos serão enquadrados no nível fundamental de Auxiliar de Controle.

Contudo, permanecem em extinção, não havendo com isto nenhuma criação de cargos, mas somente nova nomenclatura e aproveitamento de vinte e seis servidores em funções similares, diante dos avanços tecnológicos ocorridos ao longo do tempo.

Os cargos de Consultores Técnicos e Jurídicos permanecem em extinção, nos termos do artigo 173 da Lei Complementar nº 113/05.

5. Correção de disparidades e implantação de quadro compatível com a atividade de Controle Externo:

Houve um alinhamento dos cargos no nível superior, médio e fundamental, que possuíam carreira de curta duração sem perspectiva de progressão funcional.

Implantou-se nova nomenclatura dos cargos, em três níveis, para futuro remanejamento, nas áreas em que o Tribunal demande. Evita-se assim a criação de novos cargos, com o aproveitamento dos existentes na medida em que vagarem.

Permanecem inalterados também o número de cargos de provimento em comissão, conforme anexo II.

Tribunal de Contas do
Estado do Paraná, em 21/11/07.
(a) NESTOR BAPTISTA - Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 828/07

P A R E C E R :

Do Projeto de Lei

O Projeto de Lei nº 828/07 de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências.

O Presidente do Tribunal de Contas, declara, “em atendimento as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (artigo 17, parágrafo 1º e 2º), que a despesa resultante do presente projeto de lei está contemplada na Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 2007 e no Plano Plurianual 2004/2007, bem como na proposta encaminhada para o Plano Plurianual 2008/2011, sendo necessário, entretanto, a adoção de medidas compensatórias relativamente a adequação do teto orçamentário deste Tribunal, fixado anualmente em lei ordinária ao comportamento da Receita Líquida, aos limites da despesa com pessoal fixados na Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a fim de resguardar as condições de legitimidade orçamentária e financeira do disposto no artigo 27, parágrafo único, do presente projeto de lei.”

Competência e Previsão Legal

Primeiramente, é imprescindível analisar a iniciativa legislativa sobre a matéria constante no projeto de lei em análise.

Nos ditames da Constituição do Estado do Paraná se verifica que o Tribunal de Contas do Estado possuiu a prerrogativa de iniciar o processo legislativo sobre a matéria albergada na proposição em tela, isto porque, devido a uma interpretação analógica, pode propor à Assembleia Legislativa projetos de lei que versem sobre a estrutura de seus cargos, nos limites das atribuições garantidas ao Tribunal de Justiça.

Nessa esteira, à competência para deflagrar processo legislativo sobre a estrutura de cargos do Tribunal de Contas, é prevista pelos artigos 77 e 101 da Constituição do Estado do Paraná.

Vejamos:

garantias de ordem subjetiva concedidas aos seus

Art. 77. O Tribunal de Contas, integrado por sete conselheiros, tem sede na capital do estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no artigo 101 desta Constituição. (grifei)

Adiante, o artigo 101 da mesma Carta Constitucional determina a competência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. A saber:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal:

(...)

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízes que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os artigos 39, parágrafo 4º, 150, II, 153, III e 153, parágrafo 2º, I da Constituição Federal;

(...)

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias; (grifei)

Portanto, a propositura do presente projeto de lei é legítima, uma vez que, nos ditames da Constituição do Estado do Paraná, o Tribunal de Contas detém o poder de iniciativa sobre matérias afetas a própria instituição.

Trazemos a baila, precedente do Supremo Tribunal Federal, que ratifica o exposto:

ADI 789/DF - Distrito Federal - Ação Direta de Inconstitucionalidade. Relator(a): Min. Celso de Mello. Julgamento: 26/05/94. Órgão Julgador: Tribunal Pleno.

Ementa - ADIN - Lei nº 8443/92 - Ministério Público junto ao TCU - Instituição que não integra o Ministério Público da União - Taxatividade do rol inscrito no artigo 128, I, da Constituição - Vinculação administrativa a corte de contas - Competência do TCU para fazer instaurar o processo legislativo concernente a estruturação orgânica do Ministério Público que perante ele atua (CF, artigo 73, *caput*, *in fine*) - matéria sujeita ao domínio normativo da legislação ordinária - enumeração exaustiva das hipóteses constitucionais de regramento mediante lei complementar - inteligência da norma inscrita no artigo 130 da Constituição - ação direta improcedente. *O Ministério Público que atua perante o TCU qualifica-se como órgão de extração constitucional, eis que a sua existência jurídica resulta de expressa previsão normativa constante da Carta Política (artigo 73, parágrafo 2º, I, e artigo 130), sendo indiferente, para efeito de sua configuração jurídico-institucional, a circunstância de não constar do rol taxativo inscrito no artigo 128, I, da Constituição, que define a estrutura orgânica do Ministério Público da União - O Ministério Público junto ao TCU não dispõe de fisionomia institucional própria e, não obstante as expressivas Procuradores pela própria Constituição (artigo 130)*

encontra-se consolidado na “intimidade estrutural” dessa Corte de Contas, que se acha investida - até mesmo em função do poder de autogoverno que lhe confere a Carta Política (artigo 73, caput, in fine) - da prerrogativa de fazer instaurar o processo legislativo concernente a sua organização, a sua estruturação interna, a definição do seu quadro de pessoal e a criação dos cargos respectivos. Só cabe lei complementar, no sistema de direito positivo brasileiro, quando formalmente reclamada a sua edição por norma constitucional explícita.

A especificidade do Ministério Público que atua perante o TCU, e cuja existência se projeta num domínio institucional absolutamente diverso daquele em que se insere o Ministério Público da União, faz com que a regulação de sua organização, a discriminação de suas atribuições e a definição de seu estatuto sejam passíveis de veiculação mediante simples lei ordinária, eis que a edição de lei complementar e reclamada, no que concerne ao Parquet, tão-somente para a disciplinação normativa do Ministério Público comum (CF, artigo 128, parágrafo 5º). A cláusula de garantia inscrita no artigo 130 da Constituição não se reveste de conteúdo orgânico-institucional. Acha-se vocacionada, no âmbito de sua destinação tutelar, a proteger os membros do Ministério Público especial no relevante desempenho de suas funções perante os Tribunais de Contas. Esse preceito da Lei Fundamental da República submete os integrantes do MP junto aos Tribunais de Contas ao mesmo estatuto jurídico que rege no que concerne a direitos, vedações e forma de investidura no cargo, os membros do Ministério Público comum. (grifei).

Portanto, verificamos que o presente projeto se encontra respaldado de constitucionalidade, uma vez que está dentro da esfera de iniciativa do Tribunal de Contas.

Todavia, se fazem necessárias algumas mudanças para esclarecer alguns artigos, assim como para modificar alguns pontos obscuros, sendo necessária à elaboração de um substitutivo geral para a adequação do projeto. Deste modo, o projeto reputa-se legal nos moldes do substitutivo em anexo.

As mudanças concretizadas e suas justificativas são as seguintes:

EMENDAS AO TEXTO DO PROJETO DE LEI Nº 828/07

Objeto da Emenda:

O artigo 7º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Os cargos em extinção do Plano de Cargos e Carreiras do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme Leis Estaduais nºs 10146/92, 11508/96, 13435/02 e 15074/06 serão organizados em níveis e referências, nas carreiras específicas de acordo com a escolaridade exigida para ingresso no cargo, observados o artigo 14 e parágrafos desta lei, conforme segue:

I - Revisor Assistente, na carreira de Analista de Controle, área de apoio administrativo, do nível E, referência 1 até o nível I, referência 11;

II - Taquígrafo, Auxiliar de Controle e Datilógrafo, na carreira de Técnico de Controle, do nível B, referência 1 até o nível F, referência 11;

III - Auxiliar Administrativo, na carreira de Auxiliar de Controle, do nível A, referência 1 até o nível E, referência 11.

Parágrafo Único. Os cargos a que se refere este artigo serão extintos à medida que vagarem.”

Exposição de Motivos:

Alterou-se o *caput*, do artigo e o inciso III, com a inclusão de um parágrafo único, a fim de permitir o mesmo andamento/progressão em níveis e referências, com isonomia entre as carreiras, observada a construção do novo Anexo I.

Objeto da Emenda:

O artigo 4º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º (...)

I - valorização da qualificação técnica continuada do servidor;

II - vencimento e demais componentes do sistema remuneratório, fixados segundo a natureza, o grau de responsabilidade, a complexidade dos cargos, os requisitos para a investidura, a qualificação, as peculiaridades do cargo e a avaliação de desempenho;”

Exposição de Motivos:

Alterou-se o inciso I, o inciso II permanece inalterado e o inciso III foi suprimido, a fim de garantir a consistência do Plano e suas diretrizes.

O Anexo I do presente projeto de lei passa a ser o abaixo:

ANEXO I					
Dos Cargos Efetivos					
SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Nº de Cargos	Carreira - Nível Superior	Código/Referência/ Nível	Nº de Cargos	Carreira - Nível Superior	Código/Referência/ Nível
128	Técnico de Controle Contábil	TCC-E01 a TCC-G11	378	Analista de Controle	AC-E01 a AC-I11
48	Téc. de Contr. Econômico	TCE-E01 a TCE-G11			
45	Téc. de Contr. Administrat.	TCA-E01 a TCA-G11			
02	Técnico de Controle Atuarial	TCAAt-E01 a TCAAt-G11			
79	Assessor Jurídico	AJ-E01 a AJ-G11			
24	Assessor de Engenharia	AE-E01 a AE-G11			
22	Analista de Sistema	AS-E01 a AS-G11			
02	Assessor de Comunicação	ACo-D01 a ACo-F10			
03	Assistente Social	ASO-D01 a ASO-F10			
11	Revisor Assistente	RA-D01 a RA-F10			
04	Bibliotecário	BB-D01 a BB-F10			
03	Médico	MD-D01 a MD-F10			
03	Odontólogo	OD-D01 a OD-F10			
04	Psicólogo	OS-D01 a OS-F10			
378			378		
Nº de Cargos	Carreira - Nível Médio	Código/Referência/ Nível	Nº de Cargos	Carreira - Nível Médio	Código/Referência/ Nível
06	Taquígrafo	TQ-D01 a TQ-F05	125	Técnico de Controle	TC-B01 a TC-F11
14	Programador Analista	PA-C01 a PA-E11			
97	Oficial de Controle	OC-B01 a OC-D09			
07	Datilógrafo	DT-A05 a DT-C10			
01	Auxiliar de Controle	AC-09 a AC-D02			
125			125		
Nº de Cargos	Carreira - Nível Fundamental	Código/Referência/ Nível	Nº de Cargos	Carreira - Nível Fundamental	Código/Referência/ Nível
03	Auxiliar Administrativo	AD-A01 a AD-C06	16	Auxiliar de Controle	AuxC-A01 a AuxC-E11
13	Motorista	MT-A01 a MT-C01			
16			16		
Cargos em Extinção			Cargos em Extinção		
Nº de Cargos	Carreira	Símbolo	Nº de Cargos	Carreira	Símbolo
08	Consultor Jurídico		08	Consultor Jurídico	I-11
30	Consultor Técnico	CT-1 I a CT-1 IV	30	Consultor Técnico	I-11
38			38		

Objeto da Emenda:

O artigo 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. O enquadramento do servidor, no nível e referência conforme o Anexo I dar-se-á nos níveis e referências atualmente ocupados, e será procedido mediante ato do Presidente do Tribunal de Contas do Paraná.

§ 1º O enquadramento previsto neste artigo deverá observar a estrutura dos cargos efetivos constantes no Anexo I.

§ 2º A partir do enquadramento, os critérios de progressão funcional adotados serão definidos no capítulo VII.”

Exposição de Motivos:

Viabilizar a implantação da lei, no tocante ao aspecto do impacto financeiro inicial.

Objeto da Emenda:

O Anexo IV do presente projeto de lei passa a ser o abaixo:

ANEXO IV									
Referência/ Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I
01	1.552,27	1.820,06	2.134,04	2.502,17	2.933,78	3.439,73	4.032,99	4.663,20	5.845,30
02	1.574,89	1.846,56	2.165,13	2.538,62	2.976,52	3.489,86	4.083,11	4.759,97	5.966,60
03	1.597,83	1.873,46	2.196,67	2.575,62	3.019,89	3.540,72	4.133,94	4.858,75	6.090,42
04	1.621,11	1.900,76	2.228,67	2.613,14	3.063,90	3.592,30	4.185,52	4.959,58	6.216,81
05	1.644,73	1.928,45	2.261,15	2.651,23	3.108,51	3.644,62	4.237,87	5.062,50	6.345,82
06	1.668,70	1.956,57	2.294,09	2.689,87	3.153,80	3.697,72	4.290,97	5.167,56	6.477,51
07	1.693,01	1.985,08	2.327,51	2.729,06	3.199,75	3.751,58	4.344,88	5.274,80	6.611,93
08	1.717,68	2.014,03	2.361,46	2.768,84	3.246,38	3.806,25	4.399,53	5.384,26	6.749,14
09	1.742,75	2.043,39	2.395,89	2.809,19	3.293,67	3.861,71	4.454,97	5.495,99	6.889,20
10	1.768,13	2.073,16	2.430,79	2.850,12	3.341,66	3.917,97	4.511,22	5.610,04	7.032,16
11	1.793,89	2.103,36	2.466,21	2.891,67	3.390,34	3.975,06	4.568,31	5.726,46	7.178,09

Exposição de Motivos:

O Anexo IV atualmente constante do Projeto de Lei 828/07, não contempla o reajuste de 3,14% concedido através da Lei Estadual nº 15748, de 24/12/07, motivo pelo qual está sendo atualizado.

Objeto da Emenda:

Suprime o artigo 15 e parágrafos.

Exposição de Motivos:

Viabilizar a implantação da lei, no tocante ao aspecto do impacto financeiro inicial.

Objeto da Emenda:

O artigo 16 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 16. Decorridos, no mínimo, 12 (doze) meses do enquadramento referido no artigo 14, o desenvolvimento do servidor na carreira ocorrerá mediante progressão funcional, computando-se, para tanto, o tempo de serviço prestado ao Tribunal na carreira ocupada na data da publicação desta lei, respeitando-se o lapso temporal acumulado mínimo de 07 (sete) anos para cada nível.

§ 1º Independente do tempo de serviço na carreira ocupada na data de publicação desta lei, o servidor

somente progredirá referência a referência obedecendo o lapso temporal mínimo de 06 (seis) meses.

§ 2º O servidor que, na data do enquadramento, contar com tempo de serviço na carreira atual acima do exigido para o nível e referência em que se encontre, será enquadrado na primeira referência subsequente àquela ocupada na data da publicação da lei, devendo, a partir daí, ser observada a regra do parágrafo 1º deste artigo.

§ 3º O servidor que se encontre na situação referida no parágrafo anterior não estará sujeito aos critérios estabelecidos no artigo 17, parágrafo 1º e artigo 18, desta lei, até que se esgote o tempo de serviço excedente.

§ 4º A progressão funcional definida neste artigo somente ocorrerá se houver disponibilidade orçamentária e financeira, conforme disposto no parágrafo Único do artigo 27.

Exposição de Motivos:

Garantir o tempo de permanência mínimo em cada nível.

Objeto da Emenda:

O artigo 17 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 17. Para que o servidor progrida de uma referência para outra, dentro do mesmo nível, é necessário que preencha os critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente, a cada lapso temporal mínimo de 06 (seis) meses.

§ 1º A antiguidade será aferida pelo tempo de serviço na carreira.

§ 2º O merecimento será aferido mediante a avaliação de desempenho funcional do servidor pela Comissão de Avaliação e Desempenho, conforme critérios definidos em resolução específica.

Exposição de Motivos:

Tornar mais claras as regras de promoção e de obediência temporal.

Objeto da Emenda:

O inciso III, do artigo 19 passa a vigorar com a seguinte redação:

III - que não tenha cumprido o interstício temporal mínimo de seis meses em cada referência.

Exposição dos Motivos:

Adequar o inciso aos termos nível e referência.

Objeto da Emenda:

Suprime o artigo 20.

Exposição dos Motivos:

Reduzir o texto da lei, já que a matéria está sendo tratada em outros artigos.

No tocante ao impacto financeiro provocado pela presente proposição, o Presidente do Tribunal de Contas, declara: “em atendimento as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (artigo 17, parágrafos 1º e 2º), que a despesa resultante do presente projeto de lei está contemplada na Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 2007 e no Plano Plurianual 2004/2007, bem como na proposta encaminhada para o Plano Plurianual 2008/2011, sendo necessária, entretanto, a adoção de medidas compensatórias relativamente a adequação do teto orçamentário deste Tribunal, fixado anualmente em lei ordinária ao comportamento da Receita Líquida, aos limites da despesa com pessoal fixados na Lei Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a fim de resguardar as condições de legitimidade orçamentária e financeira do disposto no artigo 27, parágrafo Único, do presente projeto de lei.”

Dessa forma, verificamos que o projeto ora em análise se encontra coberto de legalidade, visto que atende as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo reputado constitucional.

3. Conclusão

Nesse contexto, verificamos que o projeto está em conformidade com nossa Constituição Estadual, bem como, com as alterações propostas, dentro da legalidade.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Desta forma, em decorrência de parecer, inferimos pela aprovação do projeto que ora se analisa, nos termos do substitutivo geral em anexo, conforme motivos já explicitados.

Sala das Comissões, em 29/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 828/07

Fica alterada a redação do Projeto de Lei nº 828/07, passando a vigorar com a seguinte redação:

Capítulo I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º O Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná rege-se por esta lei.

Art. 2º O Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná será constituído dos seguintes cargos efetivos, conforme Anexo I:

I - Analista de Controle;

II - Técnico de Controle;

III - Auxiliar de Controle.

Parágrafo Único. Integram também o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná os cargos de provimento em comissão conforme o Anexo II.

Art. 3º O Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná será regido pelos seguintes conceitos básicos:

I - Área: conjunto de atividades de controle externo e administrativas, desenvolvidas pelos servidores.

II - Cargo Público: unidade básica do Plano de Cargos e Carreiras de natureza permanente, criado por lei, organizado em carreiras, com atribuições e remuneração estabelecidas em lei, remunerado pelos cofres públicos e provido por concurso público de provas ou provas e títulos;

III - Função Pública: conjunto de atribuições e responsabilidades permanentes inerentes ao cargo público, ou conjunto de atribuições e responsabilidades de caráter transitório ao serviço público;

IV - Carreira: conjunto estruturado de níveis e referências, organizado para permitir o desenvolvimento do servidor, mediante progressão funcional;

V – Níveis: conjunto estruturado de letras, organizadas por referências, para permitir o desenvolvimento do servidor, mediante progressão funcional;

VI – Referências: conjunto de números para posicionamento do servidor na escala de vencimento do respectivo nível, cujo interstício mínimo é de 6 (seis) meses;

VII – Vencimento: retribuição pecuniária básica, devida pelo exercício do cargo, fixada e alterada exclusivamente por lei;

VIII – Remuneração: vencimento acrescido de vantagens pecuniárias permanentes, variáveis e temporárias;

IX – Qualificação: conjunto de requisitos exigidos para o ingresso e o desenvolvimento mínimo na carreira e para obtenção de vantagens pecuniárias estabelecidas em lei;

X – Enquadramento Funcional: ato administrativo para formalização da nova denominação do cargo;

XI – Enquadramento Salarial: ato administrativo para formalização do posicionamento do servidor na nova tabela de vencimento;

XII – Progressão funcional: passagem do servidor de um nível para outro imediatamente superior dentro da faixa de referência ou entre as referências.

Capítulo II

Das Diretrizes do Plano

Art. 4º O Plano de Cargos e Carreiras de que trata esta Lei observará as seguintes diretrizes:

I – valorização da qualificação técnica continuada do servidor;

II – vencimento e demais componentes do sistema remuneratório, fixados segundo a natureza, o grau de responsabilidade, a complexidade dos cargos, os requisitos para a investidura, a qualificação, as peculiaridades do cargo e a avaliação de desempenho.

Capítulo III

Da Estrutura do Plano

Art. 5º O Plano de Cargos e Carreiras aprovado por esta lei é disposto mediante:

I – organização dos cargos distribuídos em níveis e referências;

II – provimento dos cargos;

III – enquadramento funcional e salarial;

IV – desenvolvimento nas carreiras;

V – remuneração, nos níveis e referências do Anexo IV.

Art. 6º A estruturação do plano com a organização em cargos, níveis e referências está definida no Anexo I desta lei.

Art. 7º Os cargos em extinção do Plano de Cargos e Carreiras do Tribunal de Contas do Estado do Paraná,

conforme Leis Estaduais nºs 10146/92, 11508/96, 13435/02 e 15074/06 serão organizados em níveis e referências, nas carreiras específicas de acordo com a escolaridade exigida para ingresso no cargo, observados o artigo 14 e parágrafos desta lei, conforme segue:

I – Revisor Assistente, na carreira de Analista de Controle, área de apoio administrativo, do nível E, referência 1 até o nível I, referência 11;

II – Taquígrafo, Auxiliar de Controle e Datilógrafo, na carreira de Técnico de Controle, do Nível B, Referência 1 até o nível F, referência 11;

III – Auxiliar Administrativo, na carreira de Auxiliar de Controle, do nível A, referência 1 até o nível E, referência 11.

Parágrafo Único. Os cargos a que se refere este artigo serão extintos à medida que vagarem.

Capítulo IV

Do Provimento e Atribuições do Cargo Efetivo

Art. 8º O ingresso nas carreiras, constantes do Anexo I, dar-se-á nos níveis e referências iniciais, mediante concurso público de provas ou provas e títulos, para provimento nos seguintes cargos:

I – Cargo de Analista de Controle nas áreas: Jurídica, Contábil, Econômica, Administrativa, Atuarial, Engenharia, Informática, Comunicação Social, Assistência Social, Biblioteconomia, Médica, Odontológica, de Psicologia e de Revisão, com atuação no Controle Externo e Apoio Administrativo, com diploma de conclusão de curso superior, com habilitação legal específica, conforme definido no edital do concurso;

II – Cargo de Técnico de Controle, nas áreas de Controle Externo e Apoio Administrativo, com certificado de conclusão do ensino médio e, se for o caso, habilitação legal específica, conforme definido no edital do concurso;

III – Cargo de Auxiliar de Controle, nas áreas de Apoio Administrativo e de Transporte, com certificado de conclusão do ensino fundamental.

Parágrafo Único – O concurso público poderá incluir uma terceira etapa, conforme previsto em edital, destinada a Programa de Formação, de caráter eliminatório e/ou classificatório.

Art. 9º O edital do concurso público conterá obrigatoriamente, o programa das disciplinas e as atribuições a serem exercidas no cargo.

Art. 10. É atribuição do cargo de Analista de Controle, o desempenho de todas as atividades de caráter técnico, administrativo e logístico de nível superior relativas ao exercício das competências constitucionais e legais do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 11. É atribuição do cargo de Técnico de Controle, o desempenho de atividades administrativas e logísticas de apoio, de nível médio, concernentes ao exercício

das competências constitucionais e legais do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 12. É atribuição do Auxiliar de Controle, o desempenho de atividades administrativas e logísticas de apoio, de nível fundamental, relativas ao exercício das competências constitucionais e legais do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Capítulo V

Enquadramento Funcional nas Áreas de Atividades

Art. 13. O Plano de Cargos e Carreiras do Tribunal de Contas do Estado do Paraná transformará os cargos atuais em três grupos:

I – Analista de Controle, de nível superior, que englobará os cargos de Técnico de Controle Contábil, Técnico de Controle Econômico, Técnico de Controle Administrativo, Técnico de Controle Atuarial, Assessor Jurídico, Assessor de Engenharia, Analista de Sistemas, Assessor de Comunicação, Assistente Social, Revisor Assistente, Bibliotecário, Médico, Odontólogo, Psicólogo;

II – Técnico de Controle, de nível médio, que englobará os cargos de Taquígrafo, Programador Analista, Oficial de Controle, Datilógrafo e Auxiliar de Controle;

III – Auxiliar de Controle, de nível fundamental, que englobará os cargos de Auxiliar Administrativo e Motorista.

Capítulo VI

Do Enquadramento Salarial e Funcional

Art. 14. O enquadramento do servidor, no nível e referência conforme o Anexo I dar-se-á nos níveis e referências atualmente ocupados e será procedido mediante ato do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

§ 1º O enquadramento previsto neste artigo deverá observar a estrutura dos cargos efetivos constantes no Anexo I.

§ 2º A partir do enquadramento, os critérios de progressão funcional adotados serão definidos no capítulo VII.

Capítulo VII

Da Progressão Funcional

Art. 15. Decorridos no mínimo 12 (doze) meses do enquadramento referido no artigo 14, o desenvolvimento do servidor na carreira ocorrerá mediante progressão funcional, computando-se, para tanto, o tempo de serviço prestado ao Tribunal na carreira ocupada na data de publicação desta lei, respeitando-se o lapso temporal acumulado mínimo de 07 (sete) anos para cada nível.

§ 1º Independente do tempo de serviço na carreira ocupada na data de publicação desta Lei, o servidor somente progredirá referência a referência obedecendo o lapso temporal mínimo de 6 (seis) meses.

§ 2º O servidor que na data do enquadramento contar com tempo de serviço acima do exigido para o nível e referência em que se encontre, será enquadrado na primeira referência subsequente, devendo, a partir daí, ser observada a regra parágrafo 1º deste artigo.

§ 3º O servidor que se encontre na situação referida no parágrafo anterior não estará sujeito aos critérios estabelecidos nos artigos 16, parágrafo 1º e artigo 17 desta lei, até que se esgote o tempo de serviço excedente.

§ 4º A progressão funcional definida neste artigo somente ocorrerá se houver disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 16. Para que o servidor progrida de uma referência para a outra, dentro do mesmo nível, é necessário que preencha os critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente, a cada seis meses corridos.

§ 1º A antiguidade será aferida pelo tempo de serviço, em cargo efetivo no Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

§ 2º O merecimento será aferido mediante avaliação do desempenho funcional do servidor pela Comissão de Avaliação e Desempenho, conforme critérios definidos em resolução específica.

Art. 17. Para que o servidor progrida de um nível para o outro é necessário que atinja os pontos, nos termos do art. 22, conforme o Anexo III e atinja a média mínima na avaliação de desempenho estabelecida, mediante resolução específica, pela Comissão de Avaliação e Desempenho.

Parágrafo Único No caso do servidor não atingir os requisitos do *caput* este não poderá ser promovido por antiguidade.

Art. 18. Não haverá progressão funcional para o servidor:

I - em estágio probatório;

II - em disponibilidade e/ou à disposição;

III- que não tenha cumprido o interstício temporal mínimo de 06 (seis) meses em cada referência;

IV - cumprindo pena de suspensão ou que a tenha cumprido nos 12 (doze) últimos meses;

V - com vínculo funcional suspenso;

Parágrafo Único. A vedação de que trata o inciso II não se aplica ao critério de antiguidade.

Capítulo VIII

Da Progressão Funcional por Antiguidade

Art. 19. Não será considerado como de efetivo exercício prestado, para efeito de progressão funcional, o tempo relativo a:

- I - faltas injustificadas;
- II - licença para tratamento de interesses particulares;
- III – afastamento, sem remuneração, para acompanhar cônjuge ou companheiro;
- IV - suspensão disciplinar.

Capítulo IX

Da Progressão Funcional por Merecimento

Art. 20. A progressão funcional por merecimento será efetivada para a referência imediatamente superior ao que se encontrar o servidor, dentro do mesmo nível, mediante aprovação na avaliação de desempenho.

§ 1º A Comissão de Avaliação e Desempenho definirá os critérios e instrumentos de avaliação, mediante Resolução específica, tendo no mínimo os seguintes elementos:

- I – assiduidade;
- II - pontualidade;
- III - qualidade do trabalho realizado;
- IV – produtividade;
- V – prestatividade.

Art. 21. Ao servidor é assegurada a participação na avaliação de desempenho, mediante conhecimento dos critérios e instrumentos de avaliação, bem como do seu resultado.

Capítulo X

Da Progressão Funcional entre os Níveis

Art. 22. A progressão funcional da última referência de um nível para a inicial do subsequente será efetivada mediante a obtenção, cumulativa, de aprovação na avaliação e a pontuação, nos termos do Anexo III:

- I – Para o Analista de Controle, o mínimo de 100 (cem) pontos;
- II – Para o Técnico de Controle, o mínimo de 70 (setenta) pontos;
- III – Para o Auxiliar de Controle, o mínimo de 40 (quarenta) pontos.

§ 1º A avaliação de capacitação e atividades desenvolvidas será efetivada pela Comissão de Avaliação e Desempenho com auxílio da Diretoria de Recursos Humanos.

§ 2º Os cursos de graduação e pós-graduação, em área afim, deverão ser devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação.

Capítulo XI

Dos Recursos

Art. 23. O interessado poderá interpor Pedido de Reconsideração à Comissão de Avaliação e Desempenho quanto às questões pertinentes à progressão funcional, no prazo de 15(quinze) dias a contar do conhecimento da

decisão do julgamento da avaliação de desempenho e da avaliação da progressão funcional entre as referências.

Art. 24. Da decisão do Pedido de Reconsideração da Comissão de Avaliação e Desempenho caberá Recurso Administrativo à presidência do Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do conhecimento da decisão.

Capítulo XII

Das Disposições Finais

Art. 25. O enquadramento dar-se-á por ato da presidência, em até 180 (cento e oitenta dias) dias após a publicação da presente lei.

Parágrafo Único. Não havendo recursos suficientes, o enquadramento, a progressão funcional ou a verba de representação do artigo 27, aguardará até que o orçamento e disponibilidades financeiras estejam adequados para sua realização.

Art. 26. Ao servidor designado por ato da presidência, com atribuição de assessoramento direto aos Diretores das Diretorias, Coordenadores das Coordenadorias e Inspetores das Inspetorias, será concedida a gratificação pelo exercício de encargos especiais, observados os valores praticados em regulamento próprio do Tribunal de Contas do Paraná.

Parágrafo Único. Por sua natureza transitória, a gratificação prevista no *caput* deste artigo, não constituirá base para incidência de contribuição previdenciária e poderá ser excluída, a qualquer tempo, com o afastamento do servidor das funções que ensejaram a concessão.

Art. 27. Fica assegurado aos servidores ocupantes dos cargos de Técnico de Controle, portadores de diploma de curso superior em área afim, que venham a exercer ou exerçam atividades exclusivamente no Tribunal de Contas do Paraná, nas áreas de Controle Externo ou de Apoio Administrativo, o pagamento da verba de representação em até 50% (cinquenta por cento) do percentual efetivamente pago da verba de representação, estabelecida no artigo 34 desta lei, para o cargo de Analista de Controle.

Parágrafo Único. O pagamento da verba de representação prevista no *caput* deste artigo será devido somente após a Avaliação de Desempenho, feita pela Comissão de Avaliação e Desempenho, designada por ato da presidência.

Art. 28. A cessão de servidores à disposição de outros órgãos ou entidades da Administração Pública do Paraná, de outros estados, da união ou de municípios, dar-se-á sem ônus para o Tribunal de Contas do Paraná.

Art. 29. O servidor do Tribunal de Contas do Paraná, afastado para exercício de mandato eletivo, ou à

disposição de outros órgãos e de entidades da Administração Pública do Estado do Paraná, de outros estados, da união, ou de municípios, somente fará jus à promoção por antigüidade, não podendo habilitar-se a qualquer outra modalidade de progressão ou promoção por merecimento.

Parágrafo Unico. Fica vedada a cessão ou colocação à disposição de servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná para entidades de natureza privada, exceto 01 (um) servidor para o sindicato de classe e, neste caso, não se aplica o artigo 2º da Lei Estadual nº 10981/94.

Art. 30. Fica assegurada aos servidores ativos e inativos do Tribunal de Contas, na percepção da remuneração ou proventos, a irredutibilidade de vencimentos e proventos.

Art. 31. Os ocupantes dos cargos em extinção, conforme o artigo 173 da Lei Complementar nº 113/05 de 15/12/05, não poderão ter vencimento básico inferior ao do último nível e referência do cargo de Analista de Controle.

Art. 32. O percentual pago a título de verba de representação, calculado sobre o vencimento básico, reduzido para 75% (setenta e cinco por cento) pela Lei nº. 14507, de 01/10/04, aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo, de Analista de Controle de nível superior, de Consultor Jurídico e Consultor Técnico de nível universitário, sendo recomposto gradativamente por ato do Presidente do Tribunal de Contas ao percentual fixado, no artigo 4º e parágrafo Unico da Lei nº 9436, de 09/11/90.

Art. 33. A verba de representação de 40% (quarenta por cento) para o cargo de Taquígrafo será substituída

pela verba de representação do artigo 27, diante do reenquadramento para o cargo de Técnico de Controle.

Art. 34. Ao servidor que, no exercício de suas funções, na atividade de controle externo ou apoio administrativo, for acionado judicialmente ou responder processo administrativo, será garantido pelo Tribunal de Contas do Paraná o pagamento das custas e despesas advindas dos respectivos processos, limitadas aos valores da tabela de honorários da Ordem dos Advogados do Brasil.

Parágrafo Unico. Na hipótese de condenação, com trânsito em julgado, o servidor deverá restituir as despesas pagas pelo Tribunal de Contas do Paraná.

Art. 35. Fica criada a Advocacia do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que funcionará em colaboração à Procuradoria Geral do Estado do Paraná, nas causas em que o Tribunal de Contas do Paraná possua interesse.

Parágrafo Unico. O Presidente do Tribunal de Contas do Paraná designará dentre os Analistas de Controle com formação jurídica, os servidores que exercerão a função de Advogado do *caput* deste artigo, que funcionarão junto e sob a direção da Diretoria Jurídica do Tribunal.

Art. 36. Aplica-se aos inativos o disposto nesta lei obedecidas as Emendas Constitucionais nºs 020/98, 041/03 e 047/05.

Art. 37. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta da dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 38. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

ANEXO I					
Dos Cargos Efetivos					
SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Nº de Cargos	Carreira - Nível Superior	Código/Referência/ Nível	Nº de Cargos	Carreira - Nível Superior	Código/Referência/ Nível
128	Técnico de Controle Contábil	TCC-E01 a TCC-G11	378	Analista de Controle	AC-E01 a AC-I11
48	Téc. de Contr. Econômico	TCE-E01 a TCE-G11			
45	Téc. de Contr. Administrat.	TCA-E01 a TCA-G11			
02	Técnico de Controle Atuarial	TCAAt-E01 a TCAAt-G11			
79	Assessor Jurídico	AJ-E01 a AJ-G11			
24	Assessor de Engenharia	AE-E01 a AE-G11			
22	Analista de Sistema	AS-E01 a AS-G11			
02	Assessor de Comunicação	ACo-D01 a ACo-F10			
03	Assistente Social	ASO-D01 a ASO-F10			
11	Revisor Assistente	RA-D01 a RA-F10			
04	Bibliotecário	BB-D01 a BB-F10			
03	Médico	MD-D01 a MD-F10			
03	Odontólogo	OD-D01 a OD-F10			
04	Psicólogo	OS-D01 a OS-F10			
378			378		
Nº de Cargos	Carreira - Nível Médio	Código/Referência/ Nível	Nº de Cargos	Carreira - Nível Médio	Código/Referência/ Nível
06	Taquígrafo	TQ-D01 a TQ-F05	125	Técnico de Controle	TC-B01 a TC-F11
14	Programador Analista	PA-C01 a PA-E11			
97	Oficial de Controle	OC-B01 a OC-D09			
07	Datilógrafo	DT-A05 a DT-C10			
01	Auxiliar de Controle	AC-09 a AC-D02			
125			125		
Nº de Cargos	Carreira - Nível Fundamental	Código/Referência/ Nível	Nº de Cargos	Carreira - Nível Fundamental	Código/Referência/ Nível
03	Auxiliar Administrativo	AD-A01 a AD-C06	16	Auxiliar de Controle	AuxC-A01 a AuxCD11
13	Motorista	MT-A01 a MT-C01			
16			16		
Cargos em Extinção			Cargos em Extinção		
Nº de Cargos	Carreira	Símbolo	Nº de Cargos	Carreira	Símbolo
08	Consultor Jurídico		08	Consultor Jurídico	I-11
30	Consultor Técnico	CT-1 I a CT-1 IV	30	Consultor Técnico	I-11
38			38		

ANEXO IV									
Referência/ Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I
01	1.552,27	1.820,06	2.134,04	2.502,17	2.933,78	3.439,73	4.032,99	4.663,20	5.845,30
02	1.574,89	1.846,56	2.165,13	2.538,62	2.976,52	3.489,86	4.083,11	4.759,97	5.966,60
03	1.597,83	1.873,46	2.196,67	2.575,62	3.019,89	3.540,72	4.133,94	4.858,75	6.090,42
04	1.621,11	1.900,76	2.228,67	2.613,14	3.063,90	3.592,30	4.185,52	4.959,58	6.216,81
05	1.644,73	1.928,45	2.261,15	2.651,23	3.108,51	3.644,62	4.237,87	5.062,50	6.345,82
06	1.668,70	1.956,57	2.294,09	2.689,87	3.153,80	3.697,72	4.290,97	5.167,56	6.477,51
07	1.693,01	1.985,08	2.327,51	2.729,06	3.199,75	3.751,58	4.344,88	5.274,80	6.611,93
08	1.717,68	2.014,03	2.361,46	2.768,84	3.246,38	3.806,25	4.399,53	5.384,26	6.749,14
09	1.742,75	2.043,39	2.395,89	2.809,19	3.293,67	3.861,71	4.454,97	5.495,99	6.889,20
10	1.768,13	2.073,16	2.430,79	2.850,12	3.341,66	3.917,97	4.511,22	5.610,04	7.032,16
11	1.793,89	2.103,36	2.466,21	2.891,67	3.390,34	3.975,06	4.568,31	5.726,46	7.178,09

Sala das Comissões, em 29/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 828/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei n° 828/07, em análise, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, dispõe sobre a Reestruturação do Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores daquela Corte de Contas, e dá outras providências.

A Comissão de Constituição e Justiça ao examinar o projeto de lei em apreço emitiu parecer favorável na forma de substitutivo geral.

Esta Comissão chamada a exarar parecer com base no artigo 33, parágrafo 3°, do Regimento Interno desta Casa, conclui que tendo em vista a carência temporal para se iniciar a ascensão funcional, o aumento de despesas ocorrerá a longo prazo, condicionado à disponibilidade orçamentária e ao atingimento nas carreiras dos critérios de progressão.

As despesas decorrentes da aplicação da lei correrão à conta da dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas do Estado.

Integra o projeto, documento da presidência do Tribunal de Contas, declarando que a despesa resultante da proposição está contemplada na Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 2007 e no Plano Plurianual 2004/2007, bem como na proposta encaminhada para o Plano Plurianual 2008/2011, observando ainda que será necessária a adoção de medidas compensatórias relativamente à adequação do teto orçamentário do Tribunal de Contas, fixado anualmente em lei ordinária ao comporta-

mento da Receita Líquida, aos limites da despesa com pessoal fixados na Lei Complementar n° 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante do exposto, esta Comissão manifesta parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação, na forma do substitutivo geral da CCJ.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06/05/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 144/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública estadual o PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social Municipal, com sede e foro no município de Ramilândia e foro no município de Matelândia. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA n° 032/08, de 14/04/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 144/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, declara de utilidade pública o PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social Municipal, com sede no município de Ramilândia e foro no município de Matelândia.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por

estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 146/08, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de utilidade pública a Associação CORAJEM - Comissão Organizadora da Adolescência e Juventude Ecumênica Missionária, com sede e foro no município de Irati. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 032/08, de 14/04/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 146/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, declara de utilidade pública a Associação CORAJEM - Comissão Organizadora da Adolescência e Juventude Ecumênica Missionária, com sede e foro na cidade de Irati/PR.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1013, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 1011 a 1012, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1014 a 1024, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1029 e 1043, 1046 a 1052, 1055 a 1059, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1045, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1060, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1053 e 1054, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 115 e 134/08

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quinta-feira, às 10h, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 760/07, 075, 079, 111, 115, 134 e 136/08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 019/08

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 038, 143, 144 e 145/08

Levanta-se a Sessão.



SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 047

5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	69
Presenças.....	69
Abertura da Sessão	69

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

3ª Discussão 70

Encerramento da Sessão 70

Publicações Administrativas:

Diretoria Geral

Portaria DAT..... 70

DIÁRIO Nº 047

5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2008

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Ribas Carli Filho e Professor Luizão.

Presenças:

Às dezessete horas e cinquenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson

Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (48).

Ausentes os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Luiz Eduardo Cheida e Luiz Fernandes Litro (03).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Luciana Rafagnin e o Sr. Deputado Fábio Camargo (02).

Em licença médica o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, conforme requerimento aprovado na Sessão Ordinária, de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli Filho.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há expediente a ser lido e nem oradores inscritos no Pequeno e Grande Expediente e nem no Horário das Lideranças.

Ordem do Dia:

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

